**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES,
URI, CAMPUS DE SANTO ÂNGELO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**ANAIS
XXIV MOSTRA REGIONAL DE TRABALHOS JURÍDICOS**

**ISSN 2176-8439
Julho, 2025
Santo Ângelo/RS**

M916a Mostra Regional de Trabalhos Jurídicos (2025 : Santo Ângelo, RS)

Anais [da] XXIV Mostra Regional de Trabalhos Jurídicos [recurso eletrônico] / [organização: Janete Rosa Martins ... [et al.]. – Santo Ângelo : EdiURI, 2025.

110 p.

ISSN 2176-8439

1. Direito - Anais. 2. Trabalhos jurídicos. I. Martins, Janete Rosa (org.) II. Título

CDU: 340:061.3

Responsável pela catalogação: Fernanda Ribeiro Paz CRB 10/1720

Revisão

Débora Zimpel Gebert

Formatação

Débora Zimpel Gebert

Publicação

EdiURI– Campus de Santo Ângelo

Rua Universidade das Missões, 464 – CEP 98.802-470

Santo Ângelo – RS – Brasil – Fone: 55-3313-7900

- 2025 –

**Anais
XXIV Mostra Regional de Trabalhos Jurídicos**

**Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI
Campus de Santo Ângelo-RS
Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação
Curso de Direito**

**Reitor
Arnaldo Nogaró
Pró-Reitor de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação
Marcelo Paulo Stracke
Pró-Reitora de Ensino
Edite Maria Sudbrack
Pró-Reitor de Administração
Ezequiel Plínio Albarello
URI – Campus de Santo Ângelo
Diretora Geral
Berenice Wbatuba
Diretor Administrativo
Gilberto Pacheco
Diretor Acadêmico
Carlos Lemos
Coordenadora do Curso de Direito
Janete Rosa Martins
Organizadores/as
Janete Rosa Martins
João Delciomar Gatelli
Luciana Claudete Meirelles Corrêa
Taciana Marconatto Damo Cervi**

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES –
CAMPUS
SANTO ÂNGELO**

EdiURI

**Comitê Executivo
Neusa Maria John Scheid**

Conselho Editorial
Adalberto Narciso Hommerding – URI – RS
Antônio Carlos Wolkmer – UFSC – SC
Felipe Chiarello de Souza Pinto – UPMackenzie – SP
Gisele Citadino – PUC – RJ
João Carlos Krause – URI – RS
João Martins Bertaso – URI – RS
José Alcebíades de Oliveira Júnior – UFRGS – RS
José Russo – UFAM – AM
Leonel Severo Rocha – UNISINOS – RS
Leopoldo Bartolomeu – UnaM - AR
Manuel Atienza – Universidade de Alicante – ESP
Marta Biagi – UBA – AR
Raymundo Juliano Rego Contri – URI – RS
Vicente de Paulo Barreto – UERJ – RJ
Vilmar Antônio Boff – Uri – RS
Vladimir Oliveira da Silveira – PUC – SP

**Av. Universidade das Missões, 464 - Santo Ângelo/Rio Grande do Sul
CEP: 98.802-470 – Tel.: 55 (55) 3313.7900 - www.santoangelo.uri.brSUMÁRIO**

ANAIS DA XXIV MOSTRA REGIONAL DE TRABALHOS JURÍDICOS

BANCAS EXAMINADORAS

GT 1: DIREITO E MULTICULTURALISMO

Membros da banca: Prof. Dr. Adalberto Narciso Hommerding, Doutoranda. Tamires Eidelwein e Mestrando Affonso Henrique Soares Pazdziora

Professor Dr. Adalberto Narciso Hommerding

Possui graduação em Direito pelo Instituto de Ensino Superior de Santo Ângelo (1993), mestrado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001) e doutorado em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2005) e pós-doutorado em Direito pela Universidad de Alicante, Espanha (2012). Atualmente é professor da URI - Universidade Regional Integrada, de Santo Ângelo, na graduação e pós-graduação, inclusive Mestrado e Doutorado em Direito. É Juiz de Direito na Comarca de Santa Rosa, no Estado do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Teoria Geral do Processo e Teoria da Legislação, atuando principalmente nos seguintes temas: Direitos fundamentais, Direito Constitucional, jurisdição constitucional, Teoria da Legislação, Filosofia do Direito, Sociologia do Direito, Hermenêutica, História do Direito, Direitos Humanos, Processo Civil e Direito das Coisas.

Doutoranda Me. Tamires Eidelwein

Mestra em Antropologia pela Universidade Federal do Piauí (PPGAnt/UFPI). Especialista em Direito Penal e Processo Penal pela Uninovafapi. Especialista em Direito Constitucional e Administrativo com Habilitação em Docência do Ensino Superior pela Escola Superior de Advocacia do Piauí- ESA/PI. Advogada (OAB/PI 17.335). Ex-Presidente da Comissão de Direito da Saúde e Assistência Social OAB/PI Subseção Picos (2022). Ex-presidente da Comissão de Direitos Humanos OAB/PI Subseção Picos (2018/2021). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Penal e Processo Penal, Direitos Humanos, Direito de Família e Sucessões; Direitos Sociais Fundamentais Constitucionais - Direito à Saúde, Direito da Criança e do Adolescente, Direito do Consumidor; Propedêutica Jurídica - Filosofia, Sociologia, Antropologia e História do Direito; e Responsabilidade Civil.

Mestrando Affonso Henrique Soares Pazdziora

Graduado em Direito pelas Faculdades Integradas Machado de Assis. Com especializações em Direito Digital e Compliance (Centro Universitário União das Américas Descomplica) e Direito Processual Civil com Habilitação para Docência (Faculdade Educamais). Atualmente, cursando Pós-Graduação em Direito Penal e Processo Penal com Habilitação para Docência no Ensino Superior pela Faculdade Educamais e um Mestrado em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Membro integrante do Grupo de Pesquisa registrado no CNPQ "A democracia e a diversidade cultural nas atuais sociedades complexas". Complementando minha formação, realizo uma formação pedagógica em Ciências Sociais para lecionar na Educação Básica.

GT 2: POLÍTICAS DE CIDADANIA E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Membros da banca: Profa. Dra. Letícia Lassen Petersen e Prof. Me. Eduardo Meyer Mendes, Doutorandas Laura Mallmann Marcht e Alana Taíse Castro Sartori, e Mestrandas Roberta Balhejos Menin e Tatiana Moreira Wesz

Profa. Dra. Letícia Lassen Petersen

Graduada em Pedagogia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (2002), Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (2004), Especialista em Novo Direito Civil pela UNISUL (2005), Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2007), Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2014). Estágio Pós Doutoral junto ao Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva (PPGCOL) da UFRGS (2015/2016). Atualmente exerce a docência junto aos cursos de Graduação em Direito da Fundação Educacional Machado de Assis (FEMA) e Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI - Santo Ângelo), além de exercer atividade de Analista Jurídica junto à Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul.

Prof. Me. Eduardo Meyer Mendes

Mestre em Desenvolvimento: Direitos humanos e desenvolvimento, pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (2013). Pós-graduado em Direito Tributário pela Unissul e Pós Graduado em Direito Processual Civil pelo IESA. Professor da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI - campus Santo Ângelo, nas disciplinas de D. Tributário, Processo Civil e Prática Jurídica. Advogado atuante.

Doutoranda Laura Mallmann Marcht

Doutoranda em Direito - área de concentração em Direitos Especiais -, com bolsa integral da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) - Campus de Santo Ângelo. Pós-graduanda em Direito Público e Direito Contemporâneo pela Escola da Magistratura Federal do Paraná (ESMAFE/PR). Foi professora do Curso de Graduação em Direito da URI do Campus de São Luiz Gonzaga. Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu - Mestrado e Doutorado em Direitos Humanos - da UNIJUÍ, com bolsa da CAPES. Durante o curso de Mestrado, atuou como bolsista no projeto de pesquisa A Sociedade Internacional e a Paz Por Meio do Direito: uma leitura a partir das obras de Hans Kelsen e de Norberto Bobbio, coordenado pelo Prof. Dr. Gilmar Antonio Bedin. Bacharela em Direito pela UNIJUÍ. Possui experiência internacional pela Universidade do Porto, Portugal (entre setembro de 2017 e janeiro de 2018), nas Faculdades de Direito e Criminologia da referida Universidade.

Doutoranda Alana Taíse Castro Sartori

Professora dos cursos de graduação em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Mestre em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - campus Santo Ângelo. Pós-graduada em Tribunal do Júri e Execução Criminal e Direito Tributário e Processo Tributário pela Faculdade Legale, de São Paulo. Bacharela em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - campus Santo Ângelo; conceito 5 no MEC. Pesquisadora voluntária e integrante do Grupo de Pesquisa "Novos Direitos em Sociedades Complexas", vinculado ao Programa de Pós-Graduação stricto sensu - Mestrado e Doutorado em Direito da URI, Campus Santo Ângelo/RS. Advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil sob o número OAB/RS 127.778.

Mestranda Roberta Balhejos Menin

Graduada em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus de Cerro Largo. Mestranda em Direito pelo PPGD da URI campus Santo Ângelo. Pós-Graduada em Justiça Restaurativa e Mediação por Intermédio da Empatia pela URI campus de Santiago.

Mestranda Tatiana Moreira Wesz

Mestranda do Programa de Pós-Graduação stricto sensu Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) - Campus Santo Ângelo/RS. Pós-graduada em Direito Público pela Faculdade Legale - FALEG/SP; Pós-graduada em Direito Público pela Fundação Escola Superior do Ministério Público; Graduada em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, Campus São Luiz Gonzaga/RS (2020). Residente Jurídica no Ministério Público do Rio Grande do Sul.

Sumário

GT 1: DIREITO E MULTICULTURALISMO	11
A GESTAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO COMO MÉTODO DE COMBATE À INFERTILIDADE À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....	12
Gabriely Fernandes ¹	12
Taciana Marconatto Damo Cervi.....	12
A ORDEM NASCIDA DO CAOS: UM OLHAR SOBRE ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS NA ELABORAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	17
Bruna Luisa Schwan.....	17
Rosângela Angelin.....	17
EDUCAÇÃO INTERCULTURAL: UM DIREITO DOS POVOS INDÍGENAS.....	22
Osmar Veronese.....	22
Edemir Braga Dias.....	22
GÊNERO E DIVERSIDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA COM TRABALHADORAS DO SUS NO CONTEXTO DO PET-SAÚDE EQUIDADE.....	27
Leandra Lia Müller.....	27
Éder Jardel da Silva.....	27
Fernanda Nascimento Teichmann ³	27
O DIREITO AO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: CAMINHOS POSSÍVEIS PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA.....	32
Edemir Braga Dias.....	32
Ana Caroline Dorneles Wouters.....	32
PARA ALÉM DO POSITIVISMO JURÍDICO: POR UMA EPISTEMOLOGIA CRÍTICA DA CIÊNCIA DO DIREITO.....	37
Tamires Eidelwein.....	37
Osmar Veronese.....	37
Gabriel Eidelwein Silveira.....	37
GT 2: POLÍTICAS DE CIDADANIA E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	43
PET SAÚDE EQUIDADE E TRABALHADORES/AS DO SUS: DESVELANDO ASPECTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHERES.....	44
Julia Wolfart Ferst.....	44
Júnior Röpke Morais.....	44
Rosângela Angelin.....	44
VIOLÊNCIAS DE GÊNERO: ASSÉDIO MORAL E SEXUAL NO ÂMBITO DO PET-SAÚDE EQUIDADE.....	50
Victória Gloger dos Santos Almeida.....	50
Brenda Bittencourt Schneider.....	50
Cristina Scherbaum.....	50
A MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA ÁREA DA SAÚDE.....	56
Luziana Colombo Lunardi.....	56
Janete Rosa Martins.....	56
A PRÁTICA DOS PROCEDIMENTOS JURÍDICOS EXTRAJUDICIAIS NAS RELAÇÕES EMPRESARIAIS: CONTRATOS, TÍTULOS E SOLUÇÕES CONSENSUAIS.....	61

Dienifer Elaine Da Luz Dos Santos	61
Ariane Machado Cardoso	61
Bruna Bastos	61
DIÁLOGOS E REFLEXÕES EM VIOLÊNCIA DE GÊNERO	65
Thaís Langner Bonfim	65
Lizete Dieguez Piber.....	65
INTERLOCUÇÕES ENTRE DIREITO E RELIGIÃO NO BRASIL COLONIAL (1530-1822) ..70	70
Alana Taíse Castro Sartori	70
Noli Bernardo Hahn	70
PROTEÇÃO DA HONRA DOS POVOS INDÍGENAS: O RECONHECIMENTO DO DANO MORAL COLETIVO POR PUBLICAÇÕES OFENSIVAS EM MEIO FÍSICO E DIGITAL.....75	75
Janice Scheila Kieling.....	75
Júlio da Silveira Moreira	75
ENTRE A PENA E A REINserÇÃO: LIMITES E CONTRADIÇÕES DA RESSOCIALIZAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL	80
Ana Paula do Nascimento Brum.....	80
Luiz Alberto Brasil Simões Pires Filho.....	80
MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL E A (NÃO) REPRESENTAÇÃO CRIMINAL CONTRA O HOMEM AGRESSOR	85
Maria Eduarda Cipolat Gay	85
Lizete Dieguez Piber.....	85
OS DESAFIOS ATUAIS DA RESSOCIALIZAÇÃO DE APENADOS NO BRASIL	91
Ana Clara Naressi da Silva.....	91
Milena Jost Burtzlaff	91
Mário Luis Oliveira dos Santos	91
VIOLÊNCIA DE GÊNERO, SEXUALIDADE E DISCRIMINAÇÃO: RELATOS BASEADOS NAS INTERVENÇÕES REALIZADAS. NO PET-SAÚDE EQUIDADE¹	97
Gabriela Slodkowski Nunes.....	97
Rafaela Luz Kulinski	97
Lizete Dieguez Piber.....	97
POLÍTICAS PÚBLICAS DE RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO NO PRESÍDIO ESTADUAL DE SÃO BORJA (2023-2025).....	102
Vagner de Mattos Poerschke	102
VULNERABILIDADE DA PESSOA IDOSA NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO ENVELHECIMENTO DIGNO.....	104
Emanuela Leal Rodrigues	104
Rafaela Rodrigues	104
Luana Maíra Moura de Almeida	104
A REFORMA PSIQUIÁTRICA: UMA LUTA PELA DIGNIDADE HUMANA.....	109
Laura Marcondes de Andrade	109
Letícia Lassen Petersen	109

GT 1: DIREITO E MULTICULTURALISMO

A GESTAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO COMO MÉTODO DE COMBATE À INFERTILIDADE À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Gabriely Fernandes¹

Taciana Marconatto Damo Cervi

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a prática da gestação de substituição como método de combate à infertilidade à luz do ordenamento Jurídico Brasileiro. Nesse sentido, a pesquisa é orientada pela seguinte questão: “Como a gestação de substituição é regulamentada no Brasil?”.

Assim, o trabalho propõe-se a abordar, precipuamente, a gestação de substituição como método de combate à infertilidade, elucidando conceitos pertinentes ao tema. Após, trata sobre a regulamentação legal da gestação de substituição no Brasil. Por fim, tece as considerações finais pertinentes.

Para tanto, adota o método de abordagem hipotético-dedutivo e o método de procedimento analítico por meio da pesquisa indireta de revisão bibliográfica.

A GESTAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO COMO MÉTODO DE COMBATE À INFERTILIDADE

O Sistema Nacional de Produção de Embriões (SisEmbrio), vinculado à Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA), demonstra que a infertilidade é uma condição de relevante incidência no Brasil, o que tem levado ao aumento da procura por técnicas de reprodução assistida, especialmente em razão de fatores biológicos. A infertilidade é conceituada como a ausência de gestação após doze meses de relações sexuais frequentes e desprotegidas, podendo ser classificada como primária, quando nunca houve uma gravidez, ou secundária, quando as gestações anteriores não chegaram a termo (Almeida; Sá, 2024).

O panorama epidemiológico mundial indica que a infertilidade afeta entre 10% e 14% dos casais. Com base nos dados populacionais do Brasil e na estimativa do número de mulheres em idade reprodutiva, calcula-se que entre 6 e 8 milhões de casais brasileiros enfrentam esse problema (Araújo; Sá, 2024 *apud* Kotecki; Carvalho; Macedo, 2018).

Nesse contexto, a gestação de substituição surge como um meio viável para enfrentar as barreiras impostas pela infertilidade, seja ela de ordem biológica ou estrutural (Almeida; Sá, 2024).

A gestação por substituição ocorre quando uma mulher cede seu útero para gestar um filho que não é biologicamente seu, havendo circunstâncias específicas que podem levar à indicação desta modalidade de gestação. A literatura especializada diferencia essa indicação em duas categorias, absoluta e relativa, sendo ambas determinadas com base no exame diagnóstico realizado pelo especialista (Almeida; Sá, 2024 *apud* Ribeiro, Silveira, Ruiz, 2018).

Segundo Araújo e Sá (2024 *apud* Ribeiro; Silveira; Ruiz, 2018, p. 233), a medicina especializada ensina:

As indicações absolutas para utilização de útero de substituição são mulheres que apresentam ausência congênita de útero ou histerectomizadas, mas com a presença de ovários funcionantes. Outras situações em que pode ser

empregado (indicações relativas) são mulheres que apresentam certas condições médicas, como doenças renais ou cardíacas graves ou isoimunização grave, que podem colocar em risco a vida da mulher, ou da criança, caso ela se torne gestante. Mulheres que apresentam abortos de repetição cuja chance de levar a gestação a termo é remota, e mulheres com repetidas falhas de implantação, sem causa definida após fertilização in vitro com transferências de embriões saudáveis, podem ser indicações para a prática do útero de substituição, apesar de não haver consenso na literatura (Araújo; Sá, 2024 apud Ribeiro; Silveira; Ruiz, 2018, p. 233).

Deste modo, tem-se que indicações absolutas e relativas são determinadas essencialmente, a partir da investigação diagnóstica conduzida pelo especialista. Em outro contexto, é igualmente possível compreender que o procedimento pode representar uma alternativa viável para a concretização de projetos parentais em casos nos quais não se há uma patologia física para ser diagnosticada, como ocorre com casais homoafetivos, homens solteiros e viúvos (Araújo; Sá, 2024).

Durante a consulta médica, é imprescindível que as partes envolvidas recebam orientações éticas e legais que esclareçam as consequências e limitações jurídicas da prática da cessão temporária do útero, incluindo aspectos como nascimento, filiação, registro e responsabilidades. Esse momento deve ser utilizado para sanar todas as dúvidas sobre os efeitos jurídicos do procedimento, sendo essencial que tanto a clínica quanto o profissional responsável estejam preparados para informar adequadamente os candidatos. Além disso, cabe às clínicas de reprodução assistida, com o apoio de equipe multidisciplinar, realizar uma avaliação do estado emocional da mulher que se propõe a ser gestante por substituição (Almeida; Sá, 2024).

A REGULAMENTAÇÃO LEGAL DA GESTAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO NO BRASIL

No Brasil, o primeiro Código Civil, datado de 1916, refletia ideais de índole patriarcal e patrimonialista, atribuindo ao homem a posição de chefe da família e considerando a mulher casada como civilmente incapaz, além de reconhecer exclusivamente o casamento como forma legítima de constituição familiar. As Constituintes de 1934 e as seguintes promoveram poucas alterações quando à estrutura patriarcal e discriminatória existentes no Código Civil de 1916 (Tallon; Rocha, 2024).

Sobre a atual constituinte, narra Araújo e Sá (2024):

A consagração da mudança de paradigma veio com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 (CR/88), a partir da qual se depreende que o exercício de liberdades associadas à reprodução humana deve ser reconhecido como um direito fundamental que decorre da dignidade da pessoa humana enquanto base do Estado Democrático de Direito (art. 1º, inciso III da CR/88), do direito à liberdade e à igualdade (art. 5º, caput da CR/88) e da inviolabilidade do direito à vida privada (art. 5º, inciso X da CR/88). Neste sentido, o §7º do artigo 226, assegura o livre planejamento familiar como matéria de deliberação do casal ou da única pessoa.

A Lei nº 9.263/1996 regulamenta o direito constitucional ao planejamento familiar, definindo-o como ações que garantem à mulher, ao homem ou ao casal o direito de decidir sobre ter filhos, aumentar ou limitar a prole. No âmbito do SUS, assegura acesso tanto a métodos de concepção quanto de contracepção, garantindo o direito de escolher ter ou não filhos (Araújo; Sá, 2024).

Importante salientar que o Brasil não possui uma lei específica que regulamente as técnicas de reprodução humana assistida. Diante da omissão do Poder Legislativo, o Conselho Federal de Medicina (CFM), no exercício de sua competência para normatizar eticamente a profissão médica, passou a disciplinar o tema por meio de suas resoluções, estabelecendo não apenas diretrizes de caráter ético, mas também impondo limitações que impactam diretamente o exercício de direitos fundamentais dos pacientes que recorrem a essas técnicas. Embora essa atuação seja alvo de críticas, sua relevância no cenário jurídico e social brasileiro é inegável, especialmente pela lacuna normativa existente (Almeida; Sá, 2024).

A primeira regulamentação relacionada à gestação por substituição no Brasil foi estabelecida em 1992, por meio da Resolução nº 1.358/1992 do Conselho Federal de Medicina, que passou a permitir a prática de forma gratuita. Na ocasião, o CFM posicionou-se no sentido de que a cessão temporária de útero poderia ocorrer em situações excepcionais, desde que observadas as condições e os critérios éticos estabelecidos na própria resolução, estabelecendo que:

II -SOBRE A GESTAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO (DOAÇÃO TEMPORÁRIA DO ÚTERO) As Clínicas, Centros ou Serviços de Reprodução Humana podem usar técnicas de RA para criar a situação identificada como gestação de substituição, desde que exista um problema médico que impeça ou contraindique a gestação na doadora genética.

1 - As doadoras temporárias do útero devem pertencer à família da doadora genética, num parentesco até o segundo grau, sendo os demais casos sujeitos à autorização do Conselho Regional de Medicina.

2 - A doação temporária do útero não poderá ter caráter lucrativo ou comercial (CFM, 1992).

Atualmente, O Conselho Federal de Medicina (CFM) já publicou oito resoluções sobre reprodução humana assistida, sendo a mais recente a Resolução CFM nº 2.320, de 1º de setembro de 2022 (Araújo; Sá, 2024), a qual dispõe:

VII – SOBRE A GESTAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO (CESSÃO TEMPORÁRIA DO ÚTERO) As clínicas, centros ou serviços de reprodução podem usar técnicas de reprodução assistida para criar a situação identificada como gestação de substituição, desde que exista uma condição que impeça ou contraindique a gestação.

1. A cedente temporária do útero deve:

a) ter ao menos um filho vivo;

b) pertencer à família de um dos parceiros em parentesco consanguíneo até o quarto grau (primeiro grau: pais e filhos; segundo grau: avós e irmãos; terceiro grau: tios e sobrinhos; quarto grau: primos);

c) na impossibilidade de atender o item b, deverá ser solicitada autorização do Conselho Regional de Medicina (CRM).

2. A cessão temporária do útero não pode ter caráter lucrativo ou comercial e a clínica de reprodução não pode intermediar a escolha da cedente.

3. Nas clínicas de reprodução assistida, os seguintes documentos e observações devem constar no prontuário da paciente:

a) termo de consentimento livre e esclarecido assinado pelos pacientes e pela cedente temporária do útero, contemplando aspectos biopsicossociais e riscos envolvidos no ciclo gravídico-puerperal, bem como aspectos legais da filiação;

b) relatório médico atestando a adequação da saúde física e mental de todos os envolvidos;

c) termo de Compromisso entre o(s) paciente(s) e a cedente temporária do útero que receberá o embrião em seu útero, estabelecendo claramente a questão da filiação da criança;

- d) compromisso, por parte do(s) paciente(s) contratante(s) de serviços de reprodução assistida, públicos ou privados, com tratamento e acompanhamento médico, inclusive por equipes multidisciplinares, se necessário, à mulher que ceder temporariamente o útero, até o puerpério;
- e) compromisso do registro civil da criança pelos pacientes, devendo essa documentação ser providenciada durante a gravidez; e
- f) aprovação do(a) cônjuge ou companheiro(a), apresentada por escrito, se a cedente temporária do útero for casada ou viver em união estável (CFM, 2022).

A Resolução nº 2.320/22 do Conselho Federal de Medicina atualizou as regras éticas da reprodução assistida no Brasil, dedicando uma seção específica à gestação de substituição. Além disso, ampliou o acesso ao procedimento, permitindo seu uso por casais heterossexuais, homoafetivos e viabilizando a gestação compartilhada entre casais homoafetivos femininos, possibilitando que o embrião, formado pela fecundação dos óvulos de uma das parceiras, seja transferido para o útero da outra (Orselli; Sá; Andrade, 2023).

O Conselho Federal de Medicina permite que a cessão temporária de útero ocorra apenas nos casos de impedimento médico para gestação ou em relação homoafetiva, não sendo possível recorrer ao procedimento por mera escolha, devendo observar os requisitos previstos na seção VII (Orselli; Sá; Andrade, 2023).

Ademais, a norma vigente estabelece que a cedente de útero deve possuir ao menos um filho vivo e precisa ser parente consanguínea de até quarto grau de um dos envolvidos e, na falta dessa possibilidade, é necessária a autorização do Conselho Federal de Medicina (CFM, 2022).

A Resolução do CFM de 2022 estabelece que a gestação por substituição deve ser gratuita, vedando qualquer tipo de remuneração, tanto entre as partes quanto pela clínica responsável. Como não há previsão sobre esse contrato na legislação ordinária nem no Código Civil, essa exigência se limita às normas éticas do Conselho (Araújo; Sá, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise realizada, conclui-se que a gestação de substituição no Brasil é regulamentada exclusivamente por meio de normas éticas editadas pelo Conselho Federal de Medicina, na ausência de legislação específica. A atual resolução vigente estabelece requisitos como a necessidade de parentesco consanguíneo de até quarto grau da cedente de útero, a exigência de que ela possua ao menos um filho vivo e, ainda, veda qualquer forma de remuneração pelo procedimento, que deve ocorrer de forma gratuita

Portanto, verifica-se que a regulamentação no Brasil se dá de forma restrita, limitada às regras éticas impostas pelo CFM, o que gera inseguranças jurídicas, já que não há disciplina legal específica sobre o tema no ordenamento jurídico.

REFERÊNCIAS

FREIRE DE SÁ, Maria de Fátima; PEREIRA DE ALMEIDA, Ana Flávia. **ESTUDOS BIOJURÍDICOS SOBRE A GESTAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO NO BRASIL**. Sinapse Múltipla, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 47–67, 2024. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/sinapsemultipla/article/view/34627>. Acesso em: 20 maio. 2025.

SÁ, Maria de Fatima Freire de; ARAÚJO, Ana Thereza Meirelles. **Compêndio Biojurídico Sobre Reprodução Humana Assistida**. Editora Foco, 2024.

SHEILA TAVARES TALLON; JAKELINE MARTINS SILVA ROCHA. **FAMÍLIAS ECTOGENÉTICAS: LIMITES JURÍDICOS DA REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA**. Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, [S. l.], v. 8, n. 1, 2024. DOI: 10.61164/rmnm.v8i1.2544. Disponível em: <https://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/2544>. Acesso em: 21 maio. 2025.

CFM. **Resolução CFM 1.358/1992**. Adota normas éticas para a utilização de técnicas de reprodução assistida. Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/1992/1358.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2025.

CFM. **Resolução CFM 2.320/2022**, Adota normas éticas para a utilização de técnicas de reprodução as sistida. Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2022/2320_2022.pdf. Acesso em: 25 mai. 2025.

ORSELLI, Helena de Azeredo; SÁ, Priscila Zeni de; ANDRADE, Ana Paula Floriani de. **GESTAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO: O DIÁLOGO DAS FONTES ENTRE A RESOLUÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA Nº 2.320/2022 E O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**. **Revista de Biodireito e Direito dos Animais**, Florianópolis, Brasil, v. 8, n. 2, 2023. DOI: 10.26668/IndexLawJournals/2525-9695/2022.v8i2.9322. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistarbda/article/view/9322>. Acesso em: 25 maio. 2025.

A ORDEM NASCIDA DO CAOS: UM OLHAR SOBRE ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS NA ELABORAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Bruna Luisa Schwan¹

Rosângela Angelin²

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O tema do presente trabalho trata dos direitos das mulheres, delimitando-se a uma análise dos impactos que os movimentos sociais feministas tiveram sobre a promulgação da Constituição Federal de 1988 e sobre os direitos femininos conquistados após a promulgação do referido documento, abordando-se as principais legislações incorporadas ao ordenamento jurídico que representaram significativo avanço na promoção de garantias fundamentais às mulheres demonstrando o potencial do surgimento de uma ordem democrática diante do caos. Trata-se de um estudo teórico, de abordagem dedutiva, possui caráter explicativo, realizado por procedimentos técnicos, bibliográficos e documentais, denota que, os movimentos feministas têm contribuído grandemente para o avanço dos direitos das mulheres no Brasil, cuja conclusão parte da compreensão de que muitas legislações foram implementadas nesse sentido após a Constituição Federal de 1988.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

O Brasil, em sua história contou com a existência de oito Constituições Federais, sete outorgadas e/ou promulgadas no período Republicano e apenas uma, a primeira, nascida no período Imperial. São, portanto, oito documentos que vigoraram durante a história constitucional do Brasil, surgidos em momentos distintos e com objetivos particulares à cada época. Ainda, numa rápida releitura desta história, o diagnóstico de que houveram avanços e retrocessos simultâneos é bastante presente, sobretudo com relação aos direitos constitucionais das mulheres, grupo este que sofreu com a invisibilização social e política e, conseqüentemente, com a falta de direitos e de garantias fundamentais ao longo de grande parte desta história.

Durante a história brasileira, foram poucos os documentos que se preocuparam com a inclusão de direitos femininos. Um dos poucos exemplos de avanços neste sentido, foi a instituição do direito ao voto feminino, surgido na Era Vargas, com a Constituição Federal de 1934. Paulo Bonavides, em *A história constitucional do Brasil*, ensina que a Constituição de 1934 foi diretamente influenciada pela Revolução de 30 e muito aguardada pela população, pois havia um clamor social pela efetivação dos direitos sociais, principalmente após a experiência liberal que marcou a Constituição de 1891 e, nessa Constituição republicana, o voto feminino se fez peresnette Além

---

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito – Mestrado pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, campus Santo Ângelo. Pós-graduada em Direito Penal e Criminologia. Graduada em Direito. Advogada. E-mail: brunaschwan3@hotmail.com

² Pós-Doutora nas Faculdades EST (São Leopoldo). Doutora em Direito pela Universidade de Osnabrueck (Alemanha). Docente da Graduação em Direito e do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* – Mestrado e Doutorado em Direito e da Graduação em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus Santo Ângelo-RS. E-mail: rosangela@san.uri.br

disso, o referido documento inaugurou uma nova organização, reservando um capítulo específico para tratar, dentre outras matérias, da proteção à família, o que também ia ao encontro dos direitos vindicados pelas mulheres, já que os cuidados com a prole consistiam numa das suas principais funções, senão a única. (Bonavides, 1991).

A bem da verdade, embora parte considerável da doutrina infirme que o voto feminino foi uma conquista do Governo Vargas, a aprovação do Código Eleitoral da época contou com o empenho de Bertha Lutz, considerada uma das maiores líderes feministas do Brasil (Angelin; Hahn, 2019). Fato é que a partir desta conquista muitas outras se seguiram, entre altos e baixos, até a promulgação da Carta de 1988, que após vinte e um anos de regime autoritário, objetivou resgatar o Estado de direito, a separação dos poderes, a federação, a democracia e os direitos fundamentais, à luz do princípio da dignidade humana, e configura, atualmente, o documento mais abrangente e pormenorizado sobre os direitos humanos jamais adotado no Brasil (Piovesan, s.a.).

Nesse ínterim, os movimentos feministas e de mulheres ganharam força “[...] e tiveram uma contribuição decisiva na inserção de direitos voltados para a igualdade de gênero dentro da nova Constituição Federal brasileira, promulgada em 1988” (Angelin; Hahn, 2019, p. 102). Desse modo, assim como com os demais direitos femininos conquistados ao longo dos anos no Brasil, a evolução legal e jurídica dos direitos e garantias das mulheres é resultado de uma luta coletiva, instaurada por mulheres que buscavam não só melhores condições de vida, mas principalmente, reconhecimento nos espaços públicos e a efetivação de direitos básicos, como educação, saúde e moradia (Angelin; Hendges, 2016).

A própria Constituição de 1988 se deve, sobretudo, ao trabalho desenvolvido por um grupo de 26 mulheres eleitas denominado “Bancada do Batom” que desenvolveu propostas junto à Constituinte, quase unanimemente consagradas no documento. Tanto “[...] deputadas e senadoras se articularam em torno das reivindicações da “Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes [...]”. Cerca de 80% dessas propostas foram incorporados ao texto constitucional, assegurando às mulheres diversos direitos fundamentais” (Brasil, 2022, s.p.).

No entanto, não há como negar que foi um passo importantíssimo à consagração dos direitos das mulheres no Brasil, tanto pela previsão constitucional expressa, quanto pela criação, posterior, de novas leis e novas políticas públicas de combate às diversas violências praticadas contra as mulheres. Conforme Flávia Piovesan, a organização das mulheres em movimentos, sejam eles feministas ou de mulheres, lograram ganhos significativos na positivação de normas dentro do texto constitucional, nos seguintes âmbitos:

- a) a igualdade entre homens e mulheres em geral (art. 5º, I) e especificamente no âmbito da família (art. 226, § 5º); b) o reconhecimento da união estável como entidade familiar (art. 226, § 3º, regulamentado pelas Leis nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994 e nº 9.278, de 10 de maio de 1996); c) a proibição da discriminação no mercado de trabalho, por motivo de sexo ou estado civil (art. 7º, XXX, regulamentado pela Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, que proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização e outras práticas discriminatórias para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho); d) a proteção especial da mulher no mercado de trabalho, mediante incentivos específicos (art. 7º, XX, regulamentado pela Lei nº 9.799, de 26 de maio de 1999, que insere na Consolidação das Leis do Trabalho regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho); e) o planejamento familiar como uma livre decisão do casal, devendo o Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito

(art. 226, § 7º, regulamentado pela Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, no âmbito do atendimento global e integral à saúde); e f) o dever do Estado de coibir a violência no âmbito das relações familiares (art. 226, § 8º, tendo sido prevista a notificação compulsória, em território nacional, de casos de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados, nos termos da Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, bem como adotada a Lei “Maria da Penha” – Lei nº 11.340, de 7 agosto de 2006, para a prevenção e o combate da violência contra a mulher) (Piovesan, s.a., p. 3).

Nesta toada, não só relativamente às mulheres, pois a Constituição Federal de 1988 representou um ganho a outros muitos grupos vulneráveis, tem-se que atualmente a proteção legal de tais grupos parte do texto constitucional, o qual serve de fundamento base à criação das demais legislações, devendo estas dialogar, em perfeita simetria, com o texto constitucional, essencialmente no tocante aos direitos e garantias fundamentais dos brasileiros. Carolina Valença Ferraz aponta que a proteção às mulheres também é consolidada nos fundamentos constitucionais, previstos no art. 1º da Constituição Federal de 1988. Segundo a autora, ao dispor sobre a dignidade da pessoa humana, se está afirmando que em um Estado Democrático de Direito “[...] todos devem ser considerados e, mais do que isso, deve haver um cuidado especial com os setores fragilizados. No caso, a mulher pode se enquadrar perfeitamente nesta situação” (Ferraz, 2013, p. 25).

A partir da Constituição Federal de 1988 e das ações dos movimentos feministas e de mulheres, outros muitos avanços ocorreram para viabilizar o acesso das mulheres a diversas áreas da sociedade, bem como para garantir-lhes cada vez mais direitos em condições de igualdade aos dos homens e o seu reconhecimento e representação nos espaços públicos. Sobre isso, Angelin e Hahn trazem a importância da influência dos movimentos feministas na criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, a qual esteve vinculada ao Ministério da Justiça e que auxiliou na efetivação de direitos das mulheres (Angelin; Hahn, 2019, p. 102).

A par disso, surgiram também outras legislações específicas de proteção às mulheres, como por exemplo a Lei nº 11.340/2006, Lei Maria da Penha, que também foi um marco na evolução normativa do ordenamento jurídico brasileiro. Isso porque, muito embora sua efetividade seja bastante discutida, consolidou uma nova era, marcada pela proteção à integridade física, psíquica, moral, psicológica, patrimonial e sexual das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar (Brasil, 2006). Valéria Diez Scarance Fernandes destaca que a Lei Maria da Penha acarretou mudanças no processo penal, de forma que “[...] o processo por violência doméstica passou a ser constituído de forma multidisciplinar, transformado e renovado, para romper o ciclo de violência doméstica” (Fernandes, 2015, p. 16). Ademais, é nítida a compreensão de que a Lei Maria da Penha fora criada com objetivos que transcendem à questão de gênero propriamente dita, uma vez que, conforme determina o art. 13, na medida do possível, conferir-se-á proteção à família, assim compreendida como as demais vítimas da violência no âmbito doméstico e familiar (Brasil, 2006).³

Houve, ainda, a alteração do Código Penal para incluir o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, alteração esta promovida pela Lei

---

³ Também é oportuno esclarecer que a referida legislação, até a data de 03 de abril de 2018, não possuía qualquer tipificação criminal no texto. Contudo, com o advento da Lei nº 13.641, fora incluído o art. 24-A, que cominou a pena de 3 meses a 2 anos de detenção àquele que descumprisse a decisão judicial de deferimento das medidas protetivas de urgência (Brasil, 2018).

nº 13.104/2015, o que representou um avanço na legislação repressiva penal quanto aos direitos das mulheres. (Brasil, 2015).

Por assim dizer, tem-se que os movimentos feministas, a Constituição Federal de 1988 e a Lei Maria da Penha, nesse contexto, fizeram valer a luta de muitas mulheres, de muitos movimentos sociais e feministas que buscavam a igualdade e a eliminação da violência contra as mulheres. Aliada às demais legislações correlatas e à muitas políticas públicas de prevenção à violência de gênero e/ou doméstica e familiar, significou mais um grande passo na busca do reconhecimento pleno da mulher em sua condição humana. A Constituição Federal de 1988 consolidou uma nova era marcada por ideais mais democráticos, trazendo em seu texto direitos e garantias fundamentais a todos os brasileiros, sem distinção de sexo, cor ou raça, por exemplo, conferindo avanços importantes na conquista de espaços sociais e políticos às mulheres.

Os movimentos feministas, nesse aspecto, desempenharam – e continuam desempenhando – um papel importantíssimo na construção de uma sociedade mais igualitária e na luta pela superação dos traços patriarcais ainda muito presentes na dinâmica social dos dias atuais. A eles se devem muitas conquistas – senão todas – relativas aos direitos das mulheres, ocorridas ao longo dos anos e que ganharam mais notoriedade e efetividade após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

No entanto, muito embora o ordenamento jurídico brasileiro compunha uma gama de direitos e deveres para a estruturação de uma sociedade mais igualitária e mais justa, sabe-se que há muito para se galgar em direção à idealização destes objetivos e isso envolve necessariamente uma maior participação da população, principalmente das mulheres, nas decisões políticas, jurídicas e sociais.

Por essa razão, dentre muitas outras alternativas, mas adstrito ao tema do presente trabalho, tem-se que os movimentos feministas precisam seguir com a chama acesa para continuar conquistando o reconhecimento do espaço das mulheres nos meios públicos, dentro de suas casas e/ou nos demais setores da sociedade, como lhes é de direito, um direito humano, inerente à sua própria condição e em estrito respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema do presente trabalho demonstra o quão desafiador é tratar dos direitos das mulheres, e isso se dá em razão de que a necessidade de novos avanços relativamente à legislação brasileira de proteção deste grupo é uma realidade cristalina. Ainda que muito já tenha sido conquistado, pelo trabalho árduo dos movimentos sociais feministas antes e após a Constituição Federal de 1988, é demasiado importante que o tema permaneça nas pautas políticas, sociais e acadêmicas. Nesse sentido, confirmando o objetivo inicial, tem-se que os movimentos sociais contribuíram de forma significativa para a previsão constitucional de igualdade entre homens e mulheres, advinda com a Constituição Federal de 1988, e, por consequência, interferiram positivamente no avanço das demais legislações de promoção dos direitos das mulheres e de proteção deste grupo contra quaisquer tipos de violência ou discriminação.

Isso denota que a luta promovida pelos movimentos feministas, que identificam um objetivo comum ao grupo e lutam para a implementação deste objetivo, é muito relevante à conquista de direitos e espaços das mulheres na sociedade. Neste sentido, a pesquisa apresenta fundamentos no que se refere à importância da atividade dos referidos movimentos sociais feministas. Um dos exemplos do sucesso

destas atividades é a própria Constituição Federal de 1988, quando preconizou, de forma histórica, a igualdade entre homens e mulheres, preceito este que serviu de base ao surgimento de outras legislações e políticas públicas de amparo às mulheres. Por isso, constata-se contribuições positivas dos movimentos feministas e da Constituição Federal de 1988 na conquista dos direitos das mulheres ao longo dos anos.

REFERÊNCIAS

ANGELIN, Rosângela; HAHN, Noli Bernardo. **Movimentos feministas e a vida das mulheres: (re)construindo possibilidades emancipatórias** / Rosângela Angelin, Noli Bernardo Hahn – Curitiba: CRV, 2019.

ANGELIN, Rosângela; HENDGES, Nadja Carolina. Referenciais feministas frente ao patriarcado, à desigualdade e aos direitos humanos das mulheres. In: **Direitos humanos, justiça e multiculturalismo** / organizadores: Gilmar Antonio Bedin, Graciela Beatriz Rodríguez, Alejandro Rosillo Martínez / Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2016. p. 260-280.

BIANCHINI, Alice. **Lei Maria da Penha: Lei n. 11.340/2006: aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero**/Alice Bianchini. – 3. ed. – São Paulo: Saraiva, 2016. – (Coleção saberes monográficos).

BONAVIDES, Paulo. **História constitucional do Brasil** / Paulo Bonavides, Paes de Andrade. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 09 de Março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 9 mar. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.641, de 3 de Abril de 2018. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para tipificar o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 3 abr. 2018.

BRASIL. **Senado Federal**. Constituição de 1988 ampliou espaço das mulheres e garantiu direitos fundamentais. 2022.

FERNANDES, Valéria Diez Scarance. **Lei Maria da Penha: o processo penal no caminho da efetividade: abordagem jurídica e multidisciplinar (inclui Lei de Femicídio)** / Valéria Diez Scarance Fernandes – São Paulo: Atlas, 2015.

FERRAZ, Carolina Valença. **Manual dos direitos da mulher** / coord. Carolina Valença Ferraz [et al.]. – São Paulo: Saraiva, 2013. – (Série IDP – Direito, diversidade e cidadania).

PIOVESAN, Flávia. **Igualdade de gênero na constituição federal: os direitos civis e políticos das mulheres no Brasil**. s.a.

EDUCAÇÃO INTERCULTURAL: UM DIREITO DOS POVOS INDÍGENAS

Osmar Veronese⁴
Edemir Braga Dias⁵

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A educação é um direito de todos. Essa premissa básica tem sustentado os diversos discursos que buscam garantir o acesso à educação no Brasil. É certo que a Constituição de 1988 elenca a educação como um direito social e estabelece-a como essencial para o desenvolvimento do indivíduo e da nação. A mesma Constituição, ainda garante aos povos indígenas o direito a viver em suas terras, preservar a cultura e ter acesso à educação diferenciada.

Diante disso, refletir sobre a educação escolar indígena é importante para que seja possível estabelecer entendimentos e proporcionar novos olhares sobre o direito à educação para os povos indígenas, principalmente pela necessidade de ser intercultural, bilingue e diferenciada. A pesquisa é caracterizada como bibliográfica tendo o raciocínio o hipotético-dedutivo como principal modo. Destaca-se que o estudo tem como objetivo principal, compreender o sentido de educação intercultural, analisando o conceito e identificando a importância para os povos indígenas brasileiros.

DESENVOLVIMENTO

Conforme a Constituição de 1988 a educação é um direito social (art.6º), preconizando no art. 205 que, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988). Sendo um direito de todos, é lícito que os povos indígenas busquem concretizar o direito à educação. Na Constituição de 1988, os indígenas “[...] são tratados como cidadãos com direito a ter direito e têm respeitadas as suas diferenças.” (NASCIMENTO, 2000, p.62). Entende-se que a educação escolar indígena deve ser diferenciada, comunitária, bilíngue e intercultural.

---

5 Doutor em Modernización de las Instituciones y Nuevas Perspectivas en Derechos Fundamentales, pela Universidad de Valladolid/Espanha, Mestre em Sociedade e Estado em Perspectiva de Integração, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor de Direito Constitucional do Curso de Graduação em Direito e do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* - Mestrado e Doutorado em Direito - da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Santo Ângelo/RS. Procurador da República/ Ministério Público Federal. Responsável pelo projeto de pesquisa “Constituição, igualdade e diversidade: o constitucionalismo democrático como espaço de inclusão de grupos vulneráveis” e líder do Grupo de Pesquisa “Direitos de Minorias, Movimentos Sociais e Políticas Públicas”, com registro no CNPQ, vinculado à linha de pesquisa Direito e Multiculturalismo, do PPG/URI/Santo Ângelo/RS, Brasil. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9927-7242>. E-mail: osmarveronese@san.uri.br

⁵ Doutorando em Direito pelo PPG Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI Campus Santo Ângelo. Mestre em Direitos Especiais pela mesma Universidade. Licenciado em Pedagogia. Professor na rede municipal de ensino de São Miguel das Missões/RS, Brasil. Membro do Grupo de Pesquisa “Direitos de Minorias, Movimentos Sociais e Políticas Públicas”, com registro no CNPQ, vinculado à linha de pesquisa Direito e Multiculturalismo, do PPG/URI/Santo Ângelo/RS, Brasil. Advogado inscrito na OAB-RS CV: <https://lattes.cnpq.br/7552643137046779>. E-mail: ededias@ymail.com

No que tange à interculturalidade, Losandro Tedeschi (2010), alerta para a diferença entre multiculturalismo e interculturalismo, termos comumente utilizados como sinônimos, mas que trazem diferenças conceituais. Para ele, a interculturalidade está ligada ao encontro de diferentes culturas, de pessoas de grupos sociais de forma deliberada que se inter-relacionam,

O prefixo inter indica uma relação entre vários elementos diferentes: marca uma reciprocidade (interação, intercâmbio, ruptura do isolamento) e ao mesmo tempo uma separação ou disjuntiva (interdição, interposição, diferença). Este prefixo não corresponde a um 'mero indicador retórico', mas se refere a um processo dinâmico marcado pela reciprocidade de perspectivas. (TEDESCHI, 2010, p. 9-10).

Intercultural são todos os processos dialógicos entre culturas diferentes e não a simples aceitação das diferenças culturais. Trata-se, portanto, de promover relações que reconheçam o outro sem menosprezá-lo. Para tanto, para ser intercultural os processos devem ser orientados pelo “[...] reconhecimento do direito à diversidade e a luta contra todas as formas de discriminação e desigualdade social e tentam promover relações dialógicas e igualitárias entre pessoas e grupos que pertencem a universos culturais diferentes”. (TEDESCHI, 2010, p. 10).

Catherine Walsh destaca a interculturalidade e sua relação com decolonialidade. Assim, o intercultural fundamenta-se no respeito à diversidade como um pensamento contra-hegemônico, em oposição à colonialidade do poder, colocando-se como processo e projeto político.

Mais que a simples ideia de inter-relação (ou comunicação, como geralmente se entende no Canadá, Europa e Estados Unidos), a interculturalidade aponta e representa processos de construção de um conhecimento outro, de uma prática política outra, de um poder social (e estatal) outro e de uma sociedade outra; uma outra forma de pensamento relacionada com e contra a modernidade/colonialidade, e um paradigma outro, que é pensado por meio da práxis política. (WALSH, 2019, p. 09).

Ainda de acordo com Walsh, trata-se de um movimento que encontra uma forte base na necessidade de mudar a forma como os indivíduos subalternizados foram tratados no decorrer da história.

Desde los años 90, existe en América Latina una nueva atención a la diversidad étnico-cultural, una atención que parte de reconocimientos jurídicos y de una necesidad cada vez mayor de promover relaciones positivas entre distintos grupos culturales, de confrontar la discriminación, el racismo y la exclusión, de formar ciudadanos conscientes de las diferencias y capaces de trabajar conjuntamente en el desarrollo del país y en la construcción de una sociedad justa, equitativa, igualitaria y plural. La interculturalidad se inscribe en este esfuerzo. (WALSH, 2009, p. 76).

Para ela é possível distinguir entre interculturalidade relacional, interculturalidade funcional e interculturalidade crítica. A relacional, reflete um aspecto comum das sociedades marcadas pelo intercâmbio de ideias, de culturas, pela convivência advinda dos diversos sujeitos que constituíram a sociedade atual. Pode se afirmar que é algo que sempre existiu. Nesse caso, a interculturalidade se limita às relações, ao contato sem que haja reflexão sobre o que envolve essas relações, que parecem tão inocentes, mas estão permeados por relações de poder (WALSH, 2009).

Já a interculturalidade funcional, refere-se ao “[...] reconocimiento de la diversidad y diferencia culturales, con metas a la inclusión de la misma al interior de la estructura social establecida.” (2009, p. 77). Apesar de reconhecer a diversidade existente na sociedade, não se compromete com a mudança, mas funciona como mais um aparato de dominação, em que as relações de poder continuam sendo assimétricas.

Por fim, Walsh destaca e considera a mais ideal, denominada de interculturalidade crítica. Trata-se de uma perspectiva que não vê as relações a partir da diversidade ou da diferença, mas como um problema colonial e racial que moldou a sociedade atual. “Es decir, de un reconocimiento de que la diferencia se construye dentro de una estructura y matriz colonial de poder racializado y jerarquizado, con los blancos y “blaqueados” en la cima y los pueblos indígenas y afrodescendientes en los peldaños inferiores.” (2009, p. 78). É possível afirmar que a interculturalidade crítica almeja a transformação estrutural da sociedade, com mudanças radicais na forma como ela está organizada, não só incluindo àqueles que estão excluídos numa estrutura já existente. Por isso a educação é uma ferramenta essencial para a promoção de interculturalidade na sociedade atual.

A educação é intercultural quando privilegia a transformação do modelo tradicional de escola/educação. “É importante entendermos que a instituição escolar e a ideia de educação intercultural são invenções do colonizador.” (LUCIANO, 2023, p. 08). Essa invenção tornou-se a instituição mais eficaz de colonialidade. Para superar essa condição nefasta, a interculturalidade deve fazer parte do seu cotidiano, proporcionando diálogos, empoderamento dos sujeitos, capacidade de articulação e reflexões sobre as formas de resistência.

Atualmente a educação escolar indígena, diferenciada, intercultural e bilíngue, para os povos indígenas está prevista na legislação brasileira e assegurada pela Constituição Federal de 1988, assim como pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 da Organização das Nações Unidas (ONU); pela Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas de 2007; pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), bem como por outros documentos nacionais e internacionais.

A escola indígena deve ser palco de resistência, de autonomia, fazer e ser indígena, “[...] se não forem cursos de resistência e de autoria indígena, não fazem sentido de existir. Se assim não forem, bastaria aos indígenas adequarem-se às possibilidades existentes de cursos e escolas para os brancos.” (RAMOS, 2023, p. 41). Resistir ao que não faz bem e colocar-se como protagonista em forma de superação à subserviência aniquiladora que aparece em muitos projetos educacionais. Ramos ainda assevera que a educação deve ser permeada de resistências, quais sejam: física, étnico-cultural, epistemológica, sociológica, utópica, de classe, política e linguística. Candau, afirma que a perspectiva intercultural defendida tem por objetivo

[...] promover uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Uma educação para a negociação cultural, que enfrenta os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais nas nossas sociedades e é capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente integradas. A perspectiva intercultural está orientada à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que

articule políticas de igualdade com políticas de identidade. (CANDAU, 2008, p. 2008)

Portanto, a educação intercultural propicia novos olhares sobre a escola existente, convidando para refletir sobre o seu sentido frente às necessidades dos povos indígenas que lutam por reconhecimento e valorização das suas culturas, em nome de uma sociedade melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito à educação é apregoado na legislação brasileira, restando consignado que os povos indígenas têm direito à educação diferenciada, específica, intercultural, bilíngue e de qualidade em nome da preservação de suas tradições, da língua e da forma de viver.

No contexto educacional a interculturalidade é determinada pela valorização das diferenças e da diversidade que compõem os povos indígenas, detentores de conhecimentos ímpares que muitas vezes foram marginalizados e apartados dos conhecimentos acadêmicos.

Dessa forma, a educação escolar indígena é intercultural por ter como base a troca de saberes, o diálogo sem imposição. Essa essência considera que as culturas são diferentes, mas que não há superioridade ou inferioridade, apenas diferenças que permitem o enriquecimento do diálogo entre elas. Contudo, é forçoso lembrar que historicamente as relações entre culturas ressaltavam a depreciação de algumas culturas e a supervalorização de outras, gerando estigmas que precisam ser superados em nome da dignidade de todos os povos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Palácio do Planalto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL, **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 12 jan. 2025

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação** v. 13 n. 37 jan./abr. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5szsvwMvGSVPkGnWc67BjtC/?format=pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2025.

NASCIMENTO, Adir Casaro. Educação Escolar Indígena: Entre os Limites e os Limiães da Inclusão/Exclusão. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, Sorocaba, SP, v. 9, n. 1, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/167>. Acesso em: 10 mar. 2025.

RAMOS, Antônio Dari. A resistência e a autoria como chaves de leitura para a educação escolar indígena diferenciada e descolonizadora. *Revista Antropologia & Sociedade*. v. 1 n. 1 (2023). Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/antropologiaesociedade/article/view/257846>>. Acesso em: 10 mar. 2025.

TEDESCHI, L.A. algumas questões sobre gênero e interculturalidade. **Temas sobre gênero e interculturalidade**. / Losandro Antônio Tedeschi, Antônio Dari Ramos (Org.). – Dourados, MS: Ed.UFGD, 2010.

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, V. M. (Org.) **Educação Intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y educación intercultural. **Construyendo Interculturalidad Crítica**. Disponível em: <<https://medhc16.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/06/interculturalidad-crc2a1tica-y-educacic2a6n-intercultural1.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2025.

GÊNERO E DIVERSIDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA COM TRABALHADORAS DO SUS NO CONTEXTO DO PET-SAÚDE EQUIDADE

Leandra Lia Müller⁶

Éder Jardel da Silva⁷

Fernanda Nascimento Teichmann³

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) tem sido parte fundamental da política de recursos humanos em saúde no Brasil há quinze anos. No ano de 2024 entrou em vigência o PET-Saúde Equidade tendo como objetivo geral sensibilizar e orientar as trabalhadoras(es) e gestoras(es) de saúde das secretarias municipais e/ou estaduais na promoção da equidade dentro do ambiente de trabalho, além de desenvolver ações voltadas à abordagem da equidade de gênero, identidade de gênero, sexualidade, raça, etnia e pessoas com deficiência, bem como à valorização das trabalhadoras e futuras trabalhadoras no Sistema Único de Saúde (SUS).

Sob a coordenação do Ministério da Saúde, o PET-Saúde busca aprimorar a integração entre ensino e prática nos serviços de saúde, proporcionando uma qualificação mais eficaz para profissionais da área, docentes universitários e estudantes do ensino superior. Nesta edição o programa é composto por três eixos temáticos de trabalho, sendo sobre a valorização das trabalhadoras e futuras trabalhadoras no âmbito do SUS, gênero, identidade de gênero, sexualidade, raça, etnia, deficiências e as interseccionalidades no trabalho na saúde, seguido do eixo sobre a valorização das trabalhadoras e futuras trabalhadoras no âmbito do SUS, saúde mental e as violências relacionadas ao trabalho na saúde, e por fim, o eixo sobre acolhimento e valorização às trabalhadoras(es) e futuras trabalhadoras(es) da saúde no processo de maternagem, acolhimento e valorização de mulheres, homens trans e outras pessoas que gestam.

A partir disso, há uma subdivisão de cinco grupos, sendo que este resumo relata uma experiência vivenciada por alunas(os), preceptoras e tutoras do grupo tutorial três, intitulado: Violência relacionada à orientação sexual, gênero e identidade de gênero. Neste contexto surge a problemática: Quais ações podem ser desenvolvidas para fortalecer os compromissos dos serviços contra todas as formas de violência às mulheres, particularmente as relacionadas à orientação sexual, gênero e identidade de gênero? O objetivo das intervenções é promover espaços de reflexão com as(os) trabalhadoras(os) da área da saúde e construir estratégias qualificadas sobre a temática, além de promover discussões coletivas de mobilização e prevenção contra todos tipos de violências de gênero junto aos serviços prestados pelas trabalhadoras da área da saúde.

Desta forma, foram desenvolvidas ações com foco na educação permanente em uma instituição de saúde mental de um município situado na região noroeste do

---

Acadêmica do curso de Enfermagem, bolsista do PET-Saúde Equidade – URI Campus Santo Ângelo.

⁷ Acadêmico do curso de Enfermagem, bolsista do PET-Saúde Equidade – URI Campus Santo Ângelo.

³ Farmacêutica, trabalhadora do SUS, preceptora do PET-Saúde Equidade – URI Campus Santo Ângelo.

Rio Grande do Sul. Através de um cronograma organizado, a primeira abordagem foi sobre gênero e diversidade de gênero, constituído de informações teórico-práticas, as quais foram pensadas a fim de proporcionar às trabalhadoras reflexões sobre a atividade profissional da equipe de saúde e o papel importante que exercem, sendo possível ampliar as discussões sobre a proposta do PET- Saúde Equidade e os desafios relativos à questão de gênero e diversidade no SUS avançando para um desenho que visa integrar teoria, metodologia e expectativa de resultados e reforçando a importância de iniciativas que contribuem com a formação profissional. É importante ressaltar que esta intervenção deu início a um ciclo de capacitações neste local, após foram realizados três encontros subsequentes dentro da temática do grupo em questão.

Segundo Bezerra et al., (2022) “A revisão narrativa sobre a gestão da diversidade nas organizações brasileiras evidencia que, embora programas e ações existam – muitas vezes adotados como diferencial estratégico –, tais iniciativas permanecem incipientes, demandando um aprofundamento que possibilite superar desigualdades históricas e promover uma inclusão efetiva dos grupos minoritários”. Através de uma metodologia centrada em abordagens qualitativas e participativas, o que faz com que o conhecimento seja construído coletivamente, e a partir das trajetórias daqueles que vivenciam e atuam neste núcleo de ação este trabalho foi construído.

Foram empregadas duas dinâmicas, sendo a primeira delas nomeada “Caixa das Associações” e a após a “Dinâmica de Bunker”, proporcionando momentos que desenvolvem uma reflexão aprofundada a respeito de gênero, identidades e orientação sexual que leva a uma percepção mais ampla das relações em torno de saúde e históricas desigualdades.

DESENVOLVIMENTO

O entendimento de temáticas importantes relacionadas ao gênero e a diversidade é essencial para analisar os desafios básicos das políticas de saúde, sobretudo no SUS. Assim destaca-se a educação permanente como ferramenta capaz de estabelecer espaços de diálogo e de reflexão crítica. Quando associada aos projetos de extensão, são capazes de proporcionar atividades práticas tornando os acadêmicos protagonistas e contribuindo com a identificação das diferentes vulnerabilidades. Partindo do pressuposto da diversidade, compreender a complexidade de tantos preconceitos presentes no sistema de saúde, se torna necessário a implementação de ambientes seguros para essas discussões (GATTI; PAIVA, 2023).

Em uma instituição de saúde mental, foi realizado uma abordagem baseada em uma metodologia descritiva e qualitativa, organizada inicialmente pela apresentação dos acadêmicos e da equipe, em seguida aplicada a dinâmica “Caixa das Associações”, que consiste na retirada de um papel contendo uma palavra, por exemplo: masculino, feminino, respeito, heterossexual, homossexual, entre outras que foram utilizadas. Os participantes foram orientados a explanar sobre a principal associação que fariam ao ler a palavra que lhe foi atribuída, com o objetivo de estimular uma reflexão inicial sobre estereótipos, conceitos e percepções relacionados a gênero, diversidade e orientação sexual, de forma leve e participativa.

Após, foi explanado através de uma apresentação em formato de slides os conteúdos teóricos sobre sexualidade, a qual refere-se ao conjunto de sentimentos, comportamentos, e identidades relacionados à atração sexual, amorosa e afetiva que

uma pessoa experimenta. Ela envolve aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais. Diferente de gênero que consiste na forma de se identificar e ser identificada como homem ou como mulher, além de orientar papéis e expressões de gênero e independe do sexo.

A diversidade de gênero é o entendimento de que não existem apenas dois gêneros (masculino e feminino), mas uma diversidade. Portanto, a identidade de gênero é relacionada ao gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído ao seu nascimento, não estando relacionado a sexualidade da pessoa. Por fim, a identidade de gênero e a orientação sexual são dimensões diferentes e que não se confundem, ou seja, pessoas transexuais podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais, tanto quanto as pessoas cisgênero.

Já na “Dinâmica de Bunker”, também conhecido como “Dinâmica do abrigo subterrâneo”, após uma breve introdução baseada em um episódio de catástrofe nuclear, o futuro da humanidade estava em jogo, existia um abrigo que poderia abrigar somente seis pessoas, então cada participante fazia a seleção de sobreviventes baseadas em características e estereótipos, dentre dezesseis opções elencadas. O objetivo é refletir sobre a influência de nossos conceitos, valores e como agimos diante de uma decisão, além de avaliar a flexibilidade, a capacidade criativa e o saber ouvir.

Foram utilizadas dinâmicas participativas a fim de um relato detalhado de intervenções realizadas pelo PET-Saúde, especialmente em perspectiva de gênero e diversidade. Buscando inovação das estratégias, o que se pretendia era compreender as percepções pelos participantes do estudo das práticas que fundamentaram a experiência e das evoluções ou retrocessos em suas abordagens enquanto profissionais diante das iniquidades estruturais do SUS. Para tal, as duas dinâmicas “Caixa das Associações” e “Bunker” foram aplicadas na ação, servindo de mapeamento de algumas narrativas e discursos da equipe. Como importantes instrumentos reflexivos capazes de desvelar o que há de desafios e avanços em territórios da promoção à equidade de gênero e da valorização à diversidade. Tendo em vista a necessidade de “objetivação” da situação, possibilitando ao pesquisador interpretar vivências praticadas e conceituá-las através de uma lógica, o registro das experiências de profissionais e usuários é de crucial importância para balizar a prática-real com análises teóricas, permitindo uma compreensão mais abrangida dos impactos dessas formações.

De acordo com Ferreira e Borba (2022) um relato de experiência consiste na descrição da experiência vivida relacionada à busca de conceitos acadêmico-científico explicativo, através da aplicação crítica-reflexiva com apoio teórico-metodológico, sendo assim ancorando a construção da metodologia que é capaz de unir a revisão de literatura e experiência prática.

As dinâmicas foram elaboradas com o intuito de interações construtivas, prezando pelo conforto e bem-estar dos participantes para que houvesse compartilhamento de suas experiências e reflexões de forma interativa. Profissionais de várias áreas participaram, sendo a maioria mulheres com formação em Psicologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A influência das intervenções formativas produzidas pelo PET-Saúde resultou em significativas mudanças na forma como os trabalhadores do SUS abordam e analisam as temáticas de gênero e diversidade. Além disso, os depoimentos dos participantes confirmaram que existem diversas barreiras na busca pela equidade, as

principais estão relacionadas à cultura, às instituições, à sociedade, às organizações, entre outras (SANTOS; MACHADO, 2024).

As atividades propostas cumpriram com o objetivo de promover espaços de reflexão com as(os) trabalhadoras(os) da área da saúde, além de possibilitar trocas multiprofissionais. A dinâmica de Caixa das Associações, em específico, assumiu determinadas descobertas não identificadas nos frequentes serviços de saúde, pois através desta foram geradas discussões sensíveis relacionadas ao tema gênero. Logo, a ideia de conforto e possibilidade de expressão, através do conhecimento construído de maneira conjunta e acolhedora, foi apontado como um diferencial neste processo formativo.

As intervenções se tornam fundamentais para sensibilizar as trabalhadoras do SUS, no entanto, ficou claro que promover a inclusão e humanização no SUS não se resume apenas a oferecer conhecimento teórico. É essencial que esse aprendizado seja vivenciado na prática, para que de fato ocorra uma mudança na maneira como os profissionais lidam com a diversidade no dia a dia. A partir dos depoimentos verbais das trabalhadoras, ficou perceptível o impacto positivo das experiências formativas, evidentemente na forma como as participantes passaram a refletir sobre suas ações e repensar sua postura diante de diferentes realidades e identidades.

Finalmente, mais um aspecto encontrado na análise que efetivamente precisa ser tratado para superação são os desafios de que a aceitação/adoção de novas nomenclaturas e abordagens sobre identidade e tratamento, quando mencionadas. Dada a resistência de alguns profissionais presentes aos novos termos estabelecidos, muitas vezes ligados às tradições culturais e normas formalizadas, a conclusão parte de que a sensibilização deve ser contínua com as equipes de saúde (ARANTES et al., 2024).

Em conclusão, a discussão do caso demonstra que a implementação de práticas formativas participativas e a reflexão crítica sobre gênero e diversidade podem abordar a percepção e ação dos profissionais de saúde. Este relato enfatiza como a integração entre teoria e prática proporcionada pelo PET-Saúde tem fomentado a inclusão da diversidade de gênero no âmbito do SUS. A adoção de estratégias interdisciplinares também se destaca como importante ferramenta para a identificação de dificuldades e implementação de mudanças efetivas. Dessa forma, é interessante que tais ações formativas continuem, já que a combinação entre saber teórico e prática fortalece a elaboração de políticas públicas mais justas e eficazes. Também, monitorar de perto o impacto das medidas adotadas permite aprimorá-las e desenvolver escopos que garantam direitos e promoção de equidade.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, E. S. M. et al. **Experienciando a Educação Permanente sobre Sexualidade e Identidade de Gênero no PET-SAÚDE**. 2024. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1668>. Acesso em: 24 fev. 2025
- BEZERRA, F. W. C. et al. **Gestão da diversidade nas organizações: uma breve revisão bibliográfica**. 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/362891734_Gestao_da_diversidade_nas_organizacoes_uma_breve_revisao_bibliografica. Acesso em: 23 fev. 2025
- FERREIRA, L. S.; BORBA, J. S. **A transversalidade da diversidade de gênero e sexualidade na educação em saúde: relato de um projeto de extensão**. 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reeducpop/article/view/54896>. Acesso em: 23 fev. 2025
- GATTI-REIS, L.; PAIVA, S. M. **Iniquidade de gênero e atenção à saúde no Brasil: em busca de equidade, diversidade e liderança**. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/e262341491>. Acesso em: 24 fev. 2025
- SANTOS, L. G. B. MACHADO, F. C. A. **Práticas de gestão da diversidade: identidade de gênero em organizações de saúde**. 2024. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/5575>. Acesso em: 24 fev. 2025
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA (UFDPAr). **Edital PET-Saúde 2024**. 2024. Disponível em: https://ufdpar.edu.br/ufdpar/arquivo_editalPetSaude2024. Acesso em: 13 mar. 2025.

O DIREITO AO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: CAMINHOS POSSÍVEIS PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Edemir Braga Dias⁸

Ana Caroline Dorneles Wouters⁹

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente resumo faz parte dos estudos que vêm sendo desenvolvidos pelos autores acerca do direito à educação. Desde logo compreende-se que a educação é um direito de todas as pessoas, sem quaisquer distinções. Contudo, para que esse direito seja efetivado, é necessário que a educação deixe ser excludente e passe a incluir àqueles que foram historicamente marginalizados, tal como as pessoas com deficiências.

Entende que a exclusão não opera somente a partir de barreiras físicas e arquitetônicas, mas barreiras estruturais que permanecem impregnadas na sociedade. Essas barreiras podem estar presentes no que se refere ao acesso à educação de qualidade um dos pressupostos para o desenvolvimento do indivíduo e para o exercício da cidadania.

Assim, a pesquisa surge a partir de discussões entre os autores e busca identificar o atendimento educacional especializado (AEE) como um direito das pessoas com deficiência no Brasil. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, baseada no método hipotético-dedutivo, que apresenta a educação especial, o atendimento educacional especializado e demonstra a sua essencialidade para que as pessoas com deficiência possam ter educação de qualidade e exercer a cidadania.

DESENVOLVIMENTO

No Brasil, a luta pela garantia de direitos e pelo fim da discriminação das minorias tem sido uma construção que decorre do entendimento que todos devem ter seus direitos básicos positivados e efetivados, tal como a luta de indígenas, afrodescendentes, das mulheres e, também, das pessoas com deficiências. Em relação às pessoas com deficiências é possível afirmar que a exclusão, a discriminação e o preconceito estão muito presentes na realidade brasileira, marcada

---

⁸ Doutorando em Direito pelo PPG Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI Campus Santo Ângelo. Mestre em Direitos Especiais pela mesma Universidade. Licenciado em Pedagogia. Professor na rede municipal de ensino de São Miguel das Missões/RS, Brasil. Membro do Grupo de Pesquisa “Direitos de Minorias, Movimentos Sociais e Políticas Públicas”, com registro no CNPQ, vinculado à linha de pesquisa Direito e Multiculturalismo, do PPG/URI/Santo Ângelo/RS, Brasil. Advogado inscrito na OAB-RS CV: <https://lattes.cnpq.br/7552643137046779>. E-mail: ededias@ymail.com

⁹ Licenciada em Pedagogia e especialista em Educação Especial e Inclusiva pela FETREMIS - Faculdade de Educação e Tecnologia da Região Missioneira; especialista em Atendimento Educacional Especializado e Alfabetização e Letramento pela Faculdade UNINA; especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Metropolitana de Franca; especialista em Alfabetização Matemática pela Faculdade São Braz. Aluna do curso de Mestrado em Ensino de Ciências da Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Cerro Largo/RS. Professora de Anos Iniciais e de Atendimento Educacional Especializado na rede municipal de ensino de São Miguel das Missões; Coordenadora Pedagógica na Escola Municipal de Ensino Fundamental São Martim- Mato Grande, São Miguel das Missões/RS.

pela falta de livre acesso a espaços físicos, ao mercado de trabalho e, ainda, à educação.

Neste cenário, a busca pela inclusão de pessoas com deficiência é colocada como algo primordial, sendo um ganho para todas as pessoas, sem distinção. A inclusão é mais que a simples aceitação do diferente em espaços educacionais, “Ela é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular”. (MANTOAN, 2015, p. 16).

O direito à educação é para todos conforme a Constituição Federal 1988, visto que ela visa “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988). Essa mesma carta Constitucional ressalta que a educação deve garantir o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, além de estabelecer como princípio a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988).

Nesse mesmo sentido, o Decreto nº 99.710/1990 prevê no art. 23 que os Estados signatários, “[...] reconhecem que a criança portadora de deficiências físicas ou mentais deverá desfrutar de uma vida plena e decente em condições que garantam sua dignidade, favoreçam sua autonomia e facilitem sua participação ativa na comunidade”. (BRASIL, 1990). Entende-se que toda criança com deficiência tem o seu direito garantido à educação de qualidade, sem discriminação, com inclusão e sem barreiras que impeçam o acesso e permanência.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, traz o conceito de educação especial.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). (BRASIL, 1996).

Já o art. 59 da LDB prevê que os sistemas de ensino devem assegurar “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos”, afim de atender às necessidades das pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 1996).

Apesar da grande conquista que representa a educação especial, deve ser levado em conta que o principal é construir espaços educacionais inclusivos para as pessoas com deficiência. Nesse sentido, para que haja inclusão escolar,

[...] é indispensável que os estabelecimentos de ensino eliminem barreiras arquitetônicas e adotem práticas de ensino adequadas às diferenças dos alunos em geral, oferecendo alternativas que contemplem a diversidade, além de recursos de ensino e equipamentos especializados que atendam a todas as necessidades educacionais dos educandos, com ou sem deficiências, mas sem discriminações. (MANTOAN, 2015, p. 25).

A escola deve ser espaço de diversidade, em que aquele que é diferente tenha suas capacidades reconhecidas, assim como suas limitações e possibilidades de desenvolvimento. Nesse mesmo sentido Mantoan assevera que

A escola comum é o ambiente mais adequado para se garantir o relacionamento dos alunos com ou sem deficiência e de mesma idade

cronológica, a quebra de qualquer ação discriminatória e todo tipo de interação que possa beneficiar o desenvolvimento cognitivo, social, motor, afetivo dos alunos, em geral. (2015, p. 23).

A inclusão traz muitos benefícios para a pessoa com deficiência e para a sociedade. Contudo, a educação para ser inclusiva deve estar pautada em pressupostos que observem as particularidades de cada pessoa no cotidiano das escolas. Para isso só com atendimento educacional especializado efetivo e comprometido com a inclusão.

Garcia disserta acerca do atendimento educacional especializado, ressaltando a sua importância ao referir que “[...] expressam uma concepção de inclusão escolar que considera a necessidade de identificar barreiras que impedem o acesso de alunos considerados diferentes.” (2008, p. 18). De acordo com Mantoan (2015) o atendimento educacional especializado deve ser colocado em complementariedade ao ensino dito regular e não como substituição. Esse atendimento deve permear a educação brasileira em todos os níveis, etapas e modalidades.

A educação especial enquanto modalidade que segrega deve ser evitada em nome de um atendimento educacional especializado que ocorre na rede regular de ensino. Conforme dispõe a resolução nº 4 do CNE de 2011 no artigo 5º que prevê que o mesmo seja

[...] prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições, comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (BRASIL, 2009).

O atendimento educacional especializado deve ter lugar nas escolas regulares a partir da identificação da sua necessidade, que pode ser complementar ou suplementar “compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente” (BRASIL, 2011). Essa mesma lei estabelece os objetivos do AEE:

- I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
- IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino. (BRASIL, 2011).

Também é importante citar o Estatuto da Pessoa com Deficiência que estabelece como responsabilidade do poder público: assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

- I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;
- II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de

serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia; (BRASIL, 2015).

Essa ação pressupõe um planejamento específico que leva em consideração as individualidades advindas de cada sujeito, através do Plano de Atendimento Individualizado, bem como no processo de avaliação dos alunos de AEE (LUCKESI, 2003), pois cada necessidade é única e deve ser avaliada de forma personificada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resta claro que o Atendimento Educacional Especializado é um direito de todas as pessoas com deficiência que necessitam desse suporte, sendo uma necessidade para que haja inclusão desses indivíduos na escola e, conseqüentemente, na sociedade. Esse atendimento tem função complementar ou suplementar, sem a pretensão de substituir a sala de aula regular.

O público a quem o AEE é destinado consiste em alunos com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidade e superdotação, que devem estar incluídos na rede regular de ensino e ter o atendimento em sala de recursos ou outro ambiente, preferencialmente no contraturno escolar.

O atendimento é individualizado, devendo ser observada as especificidades, as potencialidades e as necessidades de cada aluno, para a partir dessa observação ser elaborado o Plano de Atendimento Individualizado (PAI), direcionado e específico a cada estudante, conectando os conhecimentos prévios com aquilo que se busca desenvolver naquele determinado período.

Durante o Atendimento Educacional Especializado podem ser usadas diferentes intervenções pedagógicas e estratégias com o objetivo de potencializar a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes, como por exemplo, a utilização de recursos pedagógicos adaptados e a tecnologia assistiva, garantindo que todos tenham oportunidade e o seu direito de aprender assegurados.

Além de ser um direito garantido na Constituição o AEE está regulamentado pelo Decreto 7.611/2011, pela Resolução nº 4/2009 do CNE e pela lei 13.146/2015. Convém ressaltar que o acesso ao atendimento educacional especializado é essencial para o desenvolvimento do educando e para o exercício da cidadania, por meio do acesso à aprendizagem e educação de qualidade para todos, sem distinção.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Palácio do Planalto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 10 mai., 2025.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 12 jan. 2025

BRASIL.. **Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990.** Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm>. Acesso em 13 mai.2025

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 13 mai. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em 13 mai. 2025.

GARCIA, Rosalba Maria C. Políticas inclusivas na educação: do global ao local. In: BAPTISTA, Cláudio Roberto; CAIADO, Kátia Regina Moreno; JESUS, Denise Meyrelles de (Org.). **Educação especial: diálogo e pluralidade.** Porto Alegre: Mediação, 2008.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática.** Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo:Moderna, 2015.

PARA ALÉM DO POSITIVISMO JURÍDICO: POR UMA EPISTEMOLOGIA CRÍTICA DA CIÊNCIA DO DIREITO

*Tamires Eidelwein*¹⁰

*Osmar Veronese*¹¹

*Gabriel Eidelwein Silveira*¹²

A presente reflexão teórica apresenta uma crítica ao positivismo jurídico, com foco nos limites da sua pretensão de neutralidade científica, contrapondo-o a uma perspectiva crítico-epistemológica do Direito. Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico, centrada na análise e interpretação crítica de obras teóricas que discutem o positivismo jurídico e suas críticas, especificamente a partir de José Alcebiades de Oliveira Junior (1997) e Luis Alberto Warat (1983).

Assim, propõe-se a buscar novas formas de compreender a relação entre direito, política e produção do conhecimento, ao passo que tem como objetivo geral analisar os limites da pretensão de neutralidade da ciência jurídica no positivismo jurídico e examinar como uma abordagem crítico-epistemológica possibilita compreender o direito como uma prática inserida em contextos políticos e sociais.

Nesse sentido, este trabalho justifica-se pela relevância de se problematizar os fundamentos epistemológicos que sustentam a ideia de neutralidade na ciência jurídica, tal como concebida pelo positivismo jurídico. A proposta de uma ciência do direito desvinculada de valores, ideologias e contextos políticos tem influenciado

---

¹⁰ Doutoranda em Direito - área de concentração em Direitos Especiais -, com bolsa integral PROSUC/CAPES, pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/SA). Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal do Piauí/PPGAnt-UFPI, com bolsa integral da CAPES. Especialista em Direito Penal e Processo Penal pela Uninovafapi. Especialista em Direito Constitucional e Administrativo pela ESA/PI/Uninovafapi. Bacharela em Direito pela Universidade do Vale do Taquari/RS (UNIVATES). Advogada OAB/PI 17.335. Atualmente é membro do Grupo de Pesquisa: Direitos de Minorias, Movimentos Sociais e Políticas Públicas. E-mail: tamidarosa@gmail.com.

¹¹ Doutor em Modernización de las Instituciones y Nuevas Perspectivas en Derechos Fundamentales pela Universidad de Valladolid/Espanha (2011), com diploma revalidado pela Universidade Federal de Pernambuco (2012). Mestre em Sociedade e Estado em Perspectiva de Integração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1998). Graduado em Direito pelo Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo (1991) e em Tecnologia Agrônoma, Modalidade Cooperativismo, pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (1986). Professor de Direito Constitucional na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI (1999), integrando o Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu - Mestrado e Doutorado em Direito. Procurador da República, Ministério Público Federal (1997). Líder do Grupo de Pesquisa "Direitos de Minorias, Movimentos Sociais e Políticas Públicas", com registro no CNPQ, vinculado à linha de pesquisa Direito e Multiculturalismo, do PPG/Mestrado e Doutorado em Direito da URI/Santo Ângelo/RS. E-mail: osmarveronese@gmail.com.

¹² Doutor em Sociologia - UFRGS. Professor da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, Campus São Borja-RS, e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí - PPGS/UFPI. Coordenador do Projeto de Pesquisa "Judiciário e biopolítica: neoliberalismo, necropolítica e epistemicídio", desenvolvido na UNIPAMPA, contando com fomento, na forma de bolsas de iniciação científica, do PIBIC/CNPq/UNIPAMPA (Edital N° 289/2024), do PROBIC/FAPERGS/UNIPAMPA (Edital N° 287/2024) e do PRO-IC Modalidade Iniciação Científica (Chamada Interna N° 15/2024). E-mail: gabrielsilveira@unipampa.edu.br,

fortemente a formação jurídica tradicional, contribuindo para uma visão técnica e formalista do direito, frequentemente afastada das dinâmicas sociais e institucionais nas quais ele opera.

No entanto, em um cenário cada vez mais complexo e marcado por decisões judiciais com forte impacto político e institucional, torna-se necessário repensar os limites dessa abordagem. A crítica à neutralidade jurídica não busca negar o rigor científico, mas sim revelar as implicações políticas e sociais da produção do saber jurídico, questionando os critérios de validação do conhecimento e os efeitos de sua aplicação.

Ao propor uma abordagem crítico-epistemológica, a pesquisa busca contribuir para o aprofundamento da reflexão sobre o papel do direito na sociedade, compreendendo-o não como um sistema autônomo e isolado, mas como uma prática institucional atravessada por disputas de sentido, interesses e poder. Tal reflexão é essencial tanto para a teoria quanto para a prática jurídica, especialmente no contexto da formação de profissionais mais conscientes de sua função social e de sua atuação na construção do próprio direito.

Diante desse contexto, coloca-se a seguinte questão central: Quais são os limites da pretensão de neutralidade da ciência jurídica no positivismo, e como uma abordagem crítico-epistemológica permite compreender o direito como prática vinculada a contextos políticos e sociais?

A INSUFICIÊNCIA DA NEUTRALIDADE JURÍDICA E A ARTICULAÇÃO ENTRE DIREITO E POLÍTICA

O positivismo jurídico, conforme formulado por Hans Kelsen, é uma teoria que propõe uma abordagem científica do direito baseada numa pureza metodológica. Ou seja, para Kelsen, o conhecimento jurídico deve ser rigorosamente separado de qualquer influência ideológica, política ou ética. Sua proposta consiste em construir uma "ciência do direito pura", ou seja, uma teoria jurídica que se atenha exclusivamente à descrição e sistematização das normas jurídicas tal como elas são postas (direito positivo), evitando julgamentos de valor ou considerações morais.

Tal concepção implica que o direito deve ser estudado em sua forma lógica e normativa, como um sistema fechado de normas jurídicas organizadas hierarquicamente, a partir de uma norma fundamental hipotética (Grundnorm). Kelsen propõe uma distinção clara entre o "ser" (o que é o direito vigente) e o "dever-ser" (as prescrições jurídicas), recusando qualquer tentativa de misturar o direito com a sociologia, a política ou a moral. O objetivo é garantir um conhecimento objetivo, técnico e neutro, onde o jurista se limita a identificar e interpretar as normas válidas no ordenamento.

Nesse sentido, Kelsen defende a neutralidade da ciência jurídica, sustentando que é possível estudar o direito de forma desvinculada das disputas de poder, das lutas sociais e dos interesses políticos que atravessam o campo jurídico. A posição kelseniana parte da crença de que o jurista deve se abster de participar dos embates políticos, mantendo-se num plano analítico e descritivo. No entanto, essa pretensão de neutralidade é passível de críticas visto que denuncia os limites de uma visão despolitizada do direito, especialmente diante das exigências contemporâneas de justiça social e transformação democrática.

Conforme Oliveira Junior (1997), a perspectiva de uma abordagem jurídica desvinculada de considerações políticas pode levar à compreensão de que o "direito pelo direito garante a cidadania", ou seja, a legalidade pura assegura a cidadania.

Paralelamente à visão objetiva da Ciência Jurídica, é necessário adotar uma postura normativa característica da Sociologia Jurídica para buscar a efetividade do direito e, conseqüentemente, a concretização da cidadania.

Embora sejam tarefas distintas, é essencial considerar que ambas podem e devem ser contempladas de forma simultânea. Portanto, é imperativo reconhecer que a implementação política dos Direitos Humanos não pode ocorrer sem critérios fundamentados em princípios jurídicos. Destaca-se, neste contexto, a importância de refletir sobre os princípios jurídicos derivados da evolução histórica dos direitos humanos. Em síntese, nas palavras do autor “a política e o direito são duas faces de uma mesma moeda, que é o poder, e precisam andar juntas. Por isso, politização do direito sim, mas juridicização da política também, porque senão o absolutismo se impõe” (OLIVEIRA JUNIOR, 1997, p. 197).

Desse modo, a legalidade “pura” seria suficiente para garantir a cidadania, trata-se na verdade uma ilusão perigosa, pois ignora as desigualdades estruturais da sociedade e a distância entre a norma jurídica formal e sua aplicação real. Assim, a simples existência de leis não assegura, por si só, o exercício pleno dos direitos pelos cidadãos, especialmente em contextos marcados por exclusão social, discriminação e inefetividade institucional. A efetividade dos direitos exige uma dimensão política que transcende a legalidade formal. Portanto, é preciso considerar o papel ativo das instituições, da mobilização social e das decisões políticas na concretização dos direitos. Ao passo que a cidadania não se realiza apenas pela obediência à norma jurídica, mas pela atuação coordenada entre direito e política, de modo que permita transformar o conteúdo normativo em práticas sociais inclusivas e justas. Isso implica reconhecer que o direito não é neutro, e que sua aplicação está sempre inserida em disputas de poder.

Direito e política são duas faces do mesmo fenômeno: o poder. Por isso, o direito deve ser politizado, especialmente no sentido de assumir seu compromisso com a transformação social e com os interesses coletivos; ao mesmo tempo, a política deve ser juridicizada, ou seja, guiada por princípios jurídicos que evitem arbitrariedades e garantam os direitos fundamentais. A separação radical entre essas duas esferas pode conduzir a um cenário perigoso, ou seja, pode abrir espaço para o absolutismo, uma vez que a ausência de limites jurídicos na política pode favorecer práticas autoritárias, enquanto a recusa de reconhecer a política no direito pode levar à inércia diante das injustiças. Assim, a crítica ao positivismo jurídico não é apenas teórica, mas prática e urgente: é um chamado à reconstrução do direito como instrumento de justiça, conectado à realidade social e à luta por dignidade.

A SUPERAÇÃO DA NEUTRALIDADE JURÍDICA E A PROPOSTA DE UMA EPISTEMOLOGIA CRÍTICA DA CIÊNCIA

Na obra *"A Pureza do Poder: Uma Análise Crítica da Teoria Jurídica"*, Warat discute a ideia de purificação política e ideológica de Kelsen, propondo uma Epistemologia Crítica da Ciência. Nesse sentido, Warat argumenta que Kelsen estabeleceu como critério de significação a importância de separar os conhecimentos específicos do Direito das concepções jurídicas tradicionais que estão preocupadas em promover alguma ideologia social. Em outras palavras, na perspectiva de Kelsen, é essencial evitar que a Ciência do Direito seja utilizada para servir a interesses políticos, econômicos ou sociais. Igualmente, não deve tentar substituir as instituições investidas de autoridade jurídica, sugerindo direcionamentos prescritivos ou fazendo

avaliações sobre os já percorridos. Da mesma forma, não deve aspirar a debater questões típicas de uma teoria política ou da ética (Warat, 1983).

Warat (1983) argumenta que essa perspectiva é passível de contestação, uma vez que a Ciência do Direito poderia nos instruir na resolução de conflitos ou na instrumentalização de certos interesses, pois um conhecimento estritamente jurídico não constitui teoria política nem política do Direito. Nesse contexto, pode-se considerar que Warat apresentou uma ideia inovadora para sua época, especialmente à luz do protagonismo judicial observado no Brasil nos últimos anos, no qual o Judiciário tem desempenhado um papel fundamental na garantia dos direitos das minorias, enquanto o Poder Legislativo permanece inerte.

Assim, no tocante a crítica do autor sobre a ambiguidade conceitual de Kelsen ao tratar da política, resta claro que Kelsen não oferece uma definição clara de política e ignora que os próprios órgãos jurídicos – como o Poder Judiciário – exercem funções essencialmente políticas, como a criação e a interpretação de normas, especialmente em momentos de crise ou omissão legislativa. Essa lacuna permite que o discurso da neutralidade seja usado para mascarar decisões judiciais que, na prática, têm consequências políticas profundas.

Nesse ponto, de acordo com Warat (1983), Kelsen apresenta um conceito impreciso e ambíguo de política, deixando lacunas na explicação do papel político exercido pelo Direito na sociedade. O contradiscurso do autor busca evidenciar que o conceito de política de Kelsen não é adequado para responder às demandas sociais:

as fronteiras que se abrem entre a prática política, em sentido geral, e a Política Jurídica vista como uma atividade produtora de normas gerais individuais”. Diante deste “panorama ambíguo de sentidos, Kelsen, com a sua divisão, não pretende mais que distinguir a atividade criadora de normas (e as próprias normas) dos desejos e interesses dos indivíduos relativamente à formação do Direito. [...] Diante de uma definição insuficiente da Política que, por sua vez, não poderia deixar de considerar os órgãos jurídicos como parte de uma estrutura política, com funções muito mais extensas que as de legislar (Warat, 1983, p. 43).

Podemos observar que Kelsen adota uma abordagem idealista, enfatizando o positivismo jurídico e a pureza científica do Direito. Sua postura anti-ideológica e antipolítica resulta em uma distância entre a teoria da justiça e as noções de poder e ciência. Para Kelsen, a ideologia é vista como um obstáculo para a objetividade, defendendo a separação do senso comum da ciência jurídica. Ele reduz o conhecimento científico do Direito a uma mera sociologia jurídica, ignorando as transformações sociais e considerando apenas o direito positivo.

Em suma, Luis Alberto Warat apresenta uma crítica relevante ao positivismo jurídico kelseniano, especialmente a tentativa de “purificar” o direito de qualquer conteúdo ideológico ou político. Tal pretensão de neutralidade científica pode ser arriscada, pois encobre os reais conflitos de poder que atravessam o campo jurídico. Pois, ao propor uma ciência do direito desvinculada de valores e interesses sociais, Kelsen cria uma concepção tecnocrática e formalista que desconsidera a historicidade e o contexto social em que o direito é produzido e aplicado. Outro ponto levantado pelo autor é que a separação rígida entre direito e política empobrece a compreensão do papel do direito na sociedade. O direito não é um sistema autônomo de normas, operando acima da realidade social, mas sim um instrumento atravessado por disputas, interesses e decisões políticas. Ao ignorar essa dimensão,

o positivismo jurídico reduz o direito a um saber técnico, fechando-se ao diálogo com outras formas de conhecimento e com as necessidades concretas da vida social.

Por fim, Warat alerta para o risco de se tratar o direito como um conhecimento técnico isolado, sem considerar seus usos e efeitos sociais. Essa postura pode legitimar injustiças e silenciar vozes subalternizadas sob o pretexto da legalidade formal. Para Warat, é necessário adotar uma Epistemologia Crítica da Ciência, que reconheça o direito como parte de um sistema social mais amplo, implicado na produção e reprodução de relações de poder. O direito não deve se eximir de sua responsabilidade política; ao contrário, deve ser compreendido como um campo de disputa e transformação.

Isto é, Warat propõe uma Epistemologia Crítica da Ciência, momento em que parte do pressuposto de que a ciência deve ser considerada dentro do contexto social, sendo vista como um “subsistema do sistema social global”. A principal preocupação dessa epistemologia é elucidar as diversas dimensões do compromisso social da ciência, ou seja, como a ciência funciona como um sistema institucional responsável pela produção, consumo, distribuição e censura do conhecimento científico, e suas relações com a sociedade global, as quais necessitam ser analisadas teoricamente (WARAT, 1983, p. 50).

Isto significa que a Epistemologia Crítica da Ciência, proposta pelo autor, parte da rejeição à ideia de que a ciência, incluindo a ciência do direito, possa ser neutra ou desvinculada da realidade social. Pois, toda produção de conhecimento está inserida em um sistema social maior, no qual a ciência funciona como um subsistema responsável pela produção, distribuição, consumo e censura do saber. Logo, o conhecimento jurídico não surge de forma espontânea nem desinteressada, mas é influenciado por estruturas de poder, interesses institucionais e contextos históricos.

Nesse sentido, Warat propõe que, mais do que identificar as influências sociais sobre a ciência, é preciso analisar os efeitos sociais e políticos do conhecimento que é validado como “científico”. No campo jurídico, isso implica questionar quais interpretações e doutrinas ganham legitimidade, quem decide o que é considerado saber jurídico válido, e como esse saber afeta concretamente os sujeitos e grupos sociais. O conhecimento jurídico, portanto, não é apenas descritivo ou técnico; ele produz realidades, molda comportamentos e organiza o poder dentro da sociedade.

Além disso, Warat denuncia que a ciência, quando apresentada como neutra, atua como um instrumento de poder institucionalizado, funcionando como um meio de reprodução das estruturas dominantes, em vez de uma instância de emancipação ou verdade universal. Ao esconder seus compromissos ideológicos por trás de uma linguagem técnica e objetiva, a ciência jurídica pode se transformar em um mecanismo de exclusão, reforçando desigualdades e silenciando formas alternativas de conhecimento. A Epistemologia Crítica, ao contrário, busca desnaturalizar essa autoridade do saber científico, expondo seus vínculos com a política, com a ideologia e com os interesses que orientam sua construção e circulação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, a partir do estudo realizado, que o positivismo jurídico, ao propor uma ciência do direito desvinculada de ideologias, ética e política, apresenta limitações significativas diante das exigências contemporâneas de justiça e efetividade dos direitos. A separação entre direito e política, proposta por essa corrente, revela-se insuficiente para lidar com os desafios sociais concretos,

especialmente em contextos marcados por desigualdades estruturais. A neutralidade pretendida pela teoria pura do direito não se sustenta quando confrontada com a prática jurídica e com o papel político desempenhado pelas instituições responsáveis por interpretar e aplicar o direito.

A análise demonstra que o direito está inserido em contextos sociais concretos e não atua de forma isolada da realidade, ou seja, integra um sistema mais amplo, atravessado por interesses, disputas e relações de poder. A compreensão do direito como mero conjunto de normas válidas, isoladas de seus efeitos sociais e políticos, compromete sua capacidade de promover a cidadania e de responder às demandas sociais por justiça. Além disso, trata-se de um modelo que tende a naturalizar desigualdades ao não reconhecer sua própria posição dentro das dinâmicas do poder.

Portanto, é fundamental repensar a função do direito não apenas como um sistema normativo técnico, mas como uma prática social e institucional que precisa ser analisada em sua dimensão histórica, política e transformadora. Tal perspectiva permite compreender o direito de forma mais ampla, como instrumento que tanto pode reproduzir quanto contestar estruturas de dominação, e cuja efetividade está diretamente relacionada ao modo como se articula com os conflitos e transformações da sociedade.

REFERÊNCIAS

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

OLIVEIRA JUNIOR, José Alcebíades de. Cidadania e novos direitos. *In*: OLIVEIRA JUNIOR, José Alcebíades de (Org.). **O novo em Direito e Política**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997, p. 191-200.

WARAT, Luis Alberto. **A pureza do poder**: uma análise crítica da teoria jurídica. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983.

GT 2: POLÍTICAS DE CIDADANIA E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

PET SAÚDE EQUIDADE E TRABALHADORES/AS DO SUS: DESVELANDO ASPECTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHERES¹³

*Julia Wolfart Ferst¹⁴
Júnior Röpke Morais¹⁵
Rosângela Angelin¹⁶*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo tem como finalidade abordar a Violência Doméstica e Familiar Contra Mulheres, problema que assola a sociedade desde os primórdios com o surgimento do patriarcado e a ideia de dominação sobre as mulheres. O Projeto PET Saúde Equidade, Programa de Educação pelo Trabalho para Saúde, conduzido pelo Ministério da Educação, tem como propósito a integração do ensino juntamente aos profissionais da saúde pública, integrando-os e promovendo a competência dos profissionais bem como dos estudantes bolsistas do projeto (PET Saúde, s.a.). Aprofundando os estudos voltados aos trabalhadores/as do SUS surgiu o questionamento da violência doméstica e familiar contra mulheres e o que isso afeta a sociedade. É de suma importância que seja do conhecimento de trabalhadores/as do SUS o impasse da violência doméstica e familiar contra mulheres por elas serem usuárias e até mesmo colaboradoras do sistema. Dando importância a este assunto, surge a necessidade de conhecer os tipos dessa violência e temas envolvidos a fim de fomentar o fim da violência contra mulheres. Foi utilizada a metodologia dedutiva, com consultas em bibliografias e legislações para a realização deste artigo.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

É de conhecimento geral que a sociedade contemporânea é assolada pelas desigualdades, dentre elas, a de gênero, marcada pelas desigualdades salariais entre homens e mulheres em um mesmo cargo, pelo sexismo, pela violência e pela misoginia, perpetuados por uma cultura patriarcal imposta às mulheres. Esse modelo estrutural tem raízes históricas e tem poder de influência sobre as relações de gênero até os dias atuais. O patriarcado impõe a submissão das mulheres aos homens. Esse sistema é baseado na ideia obsoleta de dominação e controle que acaba por legitimar a violência contra mulheres de forma naturalizada, e, muitas vezes, banalizada. A violência contra as mulheres é um manifesto do patriarcado, pois este sustenta que o homem possui poder e controle e as mulheres são taxadas como “inferiores”, ficando suscetíveis a esse papel de subordinação ao

---

13 Este trabalho faz parte do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde – PET – SAÚDE EQUIDADE, desenvolvido pelo Ministério da Saúde brasileiro e a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus Santo Ângelo/RS. A pesquisa está vinculada ao Eixo 2 – Grupo Tutorial 3.

14 Acadêmica do Curso de Farmácia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus Santo Ângelo/RS. Bolsista do PET – SAÚDE EQUIDADE.

15 Acadêmico do Curso de Educação Física da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus Santo Ângelo/RS. Bolsista do PET – SAÚDE EQUIDADE.

16 Professora do PPGDireito e do Curso de Direito da Acadêmica do Curso de Farmácia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus Santo Ângelo/RS. Tutora do PET – SAÚDE EQUIDADE.do PET – SAÚDE EQUIDADE.

gênero oposto dentro de uma verdadeira hierarquia, sendo justificado por crenças tradicionais (Angelin, 2019).

Em 2023, a cada 10 minutos, um parceiro íntimo ou familiar tirou intencionalmente a vida de uma mulher no Brasil, chegando a quase 51.100 casos no ano de 2023, segundo relatório da ONU Mulheres Brasil (ONU Mulheres, 2023). Essa notícia ressalta a complexidade do cenário das violências doméstica e familiar contra as mulheres. Quando a misoginia começa a ser banalizada, abre-se espaço a violências desde assédios, abusos sexuais até feminicídio, fora ou dentro de casa, colocando toda e qualquer mulher independente de raça, sexualidade e idade em risco mesmo dentro da sua própria casa, fato que reacendeu durante a pandemia do coronavírus. Segundo dados do Ligue 180, em relação a 2020, somente em abril houve um aumento de 36% das denúncias de violência doméstica comparativamente com o mesmo período de 2019, sem pôr em evidência os casos subnotificados, onde mulheres postas em situação de acatamento, acabavam por não denunciar as violências sofridas (Antunes, 2020).

Toda essa violência resulta em danos psicológicos notáveis nas vítimas. O artigo "Danos Psicológicos Causados pela Violência Doméstica contra a Mulher" publicado em 2023 revelou, que as participantes vítimas de violência doméstica atendidas em unidades de saúde apresentaram diversos danos psicológicos deixados pela violência, como transtornos emocionais, baixa autoestima, distanciamento de amigos e familiares, medo e ansiedade constantes (Ferreira; Silva, 2024). Isso destaca a necessidade de os serviços de saúde abordarem de forma mais integrativa a temática da violência doméstica e familiar contra mulheres, identificando vítimas bem como promovendo seu bem-estar mental e físico.

Sobre o tema, há que se destacar que, em 7 de agosto de 2006 foi sancionada uma lei para o combate contra a violência doméstica e familiar contra mulheres, a Lei nº 11.340, conhecida como "Lei Maria da Penha". Maria da Penha Maia Fernandes foi uma mulher que foi agredida pelo marido durante seis anos, com duas tentativas de homicídio, em uma delas ficando paraplégica. Maria da Penha tornou-se um símbolo feminino de luta e resistência contra a violência doméstica e familiar. A Lei altera o Código Penal e possibilita que o agressor seja preso em flagrante ou tenha a prisão preventiva decretada. Esta também ampliou o alcance para mulheres denunciarem violências, não apenas dentro de casa, mas em diversos ambientes. Também foi tomada como providência a adoção das medidas protetivas para as mulheres afastado os agressores delas e sua prole (Brasil, 2006).

Por sua vez, a Lei nº 13.104 sancionada em março de 2015, conhecida como a "Lei do Feminicídio" também foi uma grande conquista às mulheres vítimas de violências. Esta lei indicou o feminicídio como um crime hediondo, um crime de extrema gravidade, que causa repulsa e não pode ser financiado. A principal mudança dessa lei foi a triplificação específica do feminicídio como um crime qualificado, o destacando dos demais crimes (Instituto Maria da Penha, 2025).

O artigo "Epidemia Invisível: o papel do SUS no combate à violência contra as mulheres", publicado no ano de 2020, pelo Centro de Estudos Estratégicos Da Fio Cruz Antonio Ivo de Carvalho revela a dimensão da violência no Brasil. A cada quatro minutos uma mulher é agredida no país (Carvalho, 2020). O Atlas da Violência de 2024 publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), expõe que no ano de 2022 foram registradas 221.240 vítimas de violência contra mulheres, sendo 62,5% dessas notificações, casos violência doméstica (Ipea, 2024). Esses dados revelam a violência no âmbito doméstico como sendo uma das maiores causas de feminicídio.

A pesquisadora Ana Flavia Lucas D'Oliveira argumentou que, apesar da violência contra as mulheres ser uma problemática mais popularmente conhecida nos dias de hoje, desde longa data ocorreu no meio social. A pesquisadora destaca que "Foi nos anos de 1960 e 1970 que o movimento feminista começou a denunciar, mas como alvo de políticas públicas é um fenômeno relativamente novo" (D'Oliveira, 2024). O mestre em sociologia política e doutor em ciências sociais, Renato Cancian, apresenta para a Revista UOL que, entre os séculos 15 e 18 foram descobertas histografias de denúncias de violência pelas mulheres, mas historiadores afirmam que foi durante a Revolução Francesa (1789-1799) que ocorreu o surgimento do feminismo moderno. Foi a Revolução Francesa que trouxe à sociedade as ideias de liberdade, igualdade e fraternidade por meio do movimento intelectual Iluminista. Enquanto a Revolução pregava princípios de cidadania, as mulheres eram excluídas pela sociedade, isso deu espaço para que elas contestassem esses ideais e, assim moldou-se o feminismo moderno. No contexto da Revolução Francesa, mulheres como Olympe de Gouges, reivindicavam por seus direitos básicos e, por esse motivo, ela foi morta. Apesar das iniciativas feministas, os revolucionários homens ainda não consideravam o público feminino como cidadãos de direitos (Cancian, 2024).

No século XIX, entrou em ascensão o feminismo emancipacionista na Europa, com a sociedade liberal que surgia. Foi na Inglaterra que as mulheres lutavam pelos direitos legais de exercer sua cidadania por meio do direito do voto, de exercer uma profissão e de igualdade perante a lei. Na época, as leis postas em vigor formalizaram juridicamente as diferenças entre o sexo masculino e feminino, refletindo a diferença entre os sexos. O sistema jurídico era dominado pelo sistema patriarcal, onde homens possuíam grandes e importantes cargos enquanto mulheres eram limitadas a faxineiras, domésticas e submetidas a restrições. Nesse cenário, o movimento feminista emergiu com força com o propósito de derrubar esse sistema machista e patriarcal. Foram denominadas "sufragistas" as mulheres que lideram lutas e mobilizações pelos seus direitos. Foi o movimento feminista contemporâneo, que surgiu na segunda metade da década de 1960 nos Estados Unidos que se alastrou pelo mundo. As Organizações Mundiais de Saúde começaram a dar a devida visibilidade e conhecer o movimento e sua importância. Dessa forma, o feminismo criou laços pelas mulheres do mundo e foi finalmente reconhecido como uma força política e recebendo seus devidos direitos, ganhando cada vez mais notoriedade e respeito (Cancian, 2024).

Apesar dessa grande luta do público feminino, nem sempre essas causas são respeitadas. Portanto, ainda com a grande quantidade de casos de violência contra as mulheres, principalmente, no que diz respeito à violência doméstica, fazem-se necessárias ações para que esses atos desumanos sejam erradicados do convívio social. Em razão disso, é de grande destaque o papel do Sistema de Saúde, que está presente no cotidiano das pessoas e é de fácil acesso. É de grande importância a capacitação necessária desses/as profissionais atuantes nas unidades de saúde acerca dessa temática. No encontro do Conselho Nacional de Saúde, realizado em 2024, foram revelados dados de estudo intermediados pela Universidade Federal de Minas Gerais, onde 98,5% dos casos de violência psicológica, 75,9% dos casos de violência física e 89,8% dos casos de violência sexual permanecem não denunciados (Malta; Vasconcelos; Carvalho, 2020). A subnotificação dos casos de violência faz com que as mulheres continuem a ser vítimas até encontrarem lugar seguro para denunciar. Para isso, o SUS apresenta uma relevante importância, onde as unidades de saúde possam ser locais que acolham essas mulheres, oferecendo suporte psicológico, médico e encaminhando-as para serviços especializados de atendimento

à violência de forma segura, efetiva e sigilosa, a fim de dar suporte às vítimas e localizar os agressores com o intuito de protegê-las desses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência doméstica e familiar contra mulheres ainda é um problema enraizado que ainda assola a sociedade contemporânea, marcado principalmente pelo patriarcado, forma de dominação dos homens sobre as mulheres em diversos âmbitos. Ao longo do tempo foi se popularizando então os movimentos feministas, liderado principalmente por mulheres com o propósito digno de lutar por seus direitos, entre eles, de não serem violentadas. Ao longo dos séculos, esses movimentos foram sendo popularizado e a partir da década de 1960, ganharam maior visibilidade mundial e difundiu-se pelas mais diversas culturas e localidades, ganhando força e reconhecimento, bem como os direitos e legislações específicas, como a Lei Maria da Penha.

Contudo, ainda é um grande desafio enfrentado pelas mulheres. Mostra-se evidente o papel do SUS na identificação dessas vítimas, com o oferecimento de redes de apoio e com unidades seguras para denunciar qualquer tipo de violência. Nesse contexto que o PET SAÚDE EQUIDADE se desenvolve dentro do SUS, como um instrumento de capacitação de trabalhadoras e trabalhadores para seu atendimento e, ao mesmo tempo, para abordar esse tipo de violências que também essas trabalhadoras, muitas vezes, sofrem em seus próprios lares.

Apesar dos grandes avanços no campo do combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, ela persiste porque é necessário muito mais que legislações que a protegem e incriminam os agressores. É preciso uma mudança cultural nas relações humanas, ou seja, uma desconstrução do patriarcado para que, finalmente, as mulheres possam viver sem medo e seguras, usufruindo direitos esibsbquânimes aos dos homens.

REFERÊNCIAS

ANGELIN, Rosângela. **Estratégias para a autonomia das mulheres desde os Movimentos Feministas**. *Revista Coisas do Gênero*. São Leopoldo, v. 5 n. 1, p. 20-34. Jan.- Jun. 2019.

ANTUNES, Leda. Violência doméstica: denúncias no Ligue 180 subiram 14% nos quatro primeiros meses de 2020. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 maio 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/celina/violencia-domestica-denuncias-no-ligue-180-subiram-14-nos-quatro-primeiros-meses-de-2020-24426892>.

BRASIL. **Lei Maria da Penha** (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006). 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 10 fev. 2025.

CANCIAN, Renato. **“Feminismo: Movimento surgiu na Revolução Francesa.”** UOL Educação, 8 mar. 2016. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/feminismo-movimento-surgiu-na-revolucao-francesa.htm>. Acesso em: 23 maio 2025.

CARVALHO, Antonio Ivo de. Epidemia invisível: o papel do SUS no combate à violência contra as mulheres. *Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz*, 10 mar. 2020.

D’OLIVEIRA, Ana Flávia Lucas. "Invisibilidade e banalização da violência contra as mulheres na universidade: reconhecer para mudar". *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 23, n. 4, p. e190650, 2019.

FERREIRA, João; SILVA, Mariana. **Estudo sobre os impactos sociais da violência doméstica: Perspectivas e desafios**. *Revista Brasileira de Inovações e Ciências Humanas*, v. 5, n. 3, p. 77-90, 2024. Disponível em: <https://bjhs.emnuvens.com.br/bjhs/article/view/385/477>. Acesso em: 15 fev. 2025.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Lei Maria da Penha: Resumo da lei**. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/resumo-da-lei-maria-da-penha.html>. Acesso em: 10 fev. 2025.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência 2023: Panorama da violência no Brasil**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em: 25 fev. 2025.

MALTA, Deborah Carvalho; VASCONCELOS, Nádia Machado de; CARVALHO, Antonio Ivo de. **Pesquisa revela alto índice de subnotificação de violência contra as mulheres no Brasil**. *Universidade Federal de Minas Gerais*, 2023. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/assessoria->

de-imprensa/release/pesquisa-coordenada-pela-ufmg-revela-alto-indice-de-subnotificacao-de-violencia-contra-as-mulheres-no-brasil.

ONU MULHERES BRASIL. **#NãoTemDesculpa: UNA-SE pelo fim da violência contra mulheres e meninas.** 2024. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/naotemdesculpa-una-se-2024/>. Acesso em: 25 fev. 2025.

PET SAÚDE. *Portal de saúde para pets.* s.a. Disponível em: <https://petsaude.org.br/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

VIOLÊNCIAS DE GÊNERO: ASSÉDIO MORAL E SEXUAL NO ÂMBITO DO PET-SAÚDE EQUIDADE

*Victória Gloger dos Santos Almeida*¹⁷

*Brenda Bittencourt Schneider*¹⁸

*Cristina Scherbaum*¹⁹

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As violências de gênero são percebidas em todos os ambientes, em todas as horas do dia e sem distinção de idade, etnia ou renda, estas precisam ser abordadas e combatidas em todas as frentes de intervenção. Assim, este relato de experiência foi desenvolvido no Grupo Tutorial 3 do PET-Saúde Equidade (Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde), desenvolvido pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) - Santo Ângelo/RS, frente a necessidade de abordar as violências de gênero que as trabalhadoras do Sistema Único de Saúde (SUS), do município, sofrem diariamente no exercício da sua profissão e na vida pessoal.

A partir da exposição das autoras acerca de uma intervenção realizada com as trabalhadoras e trabalhadores do Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS II) do município, sendo este no interior do Rio Grande do Sul, mais especificamente na região noroeste, no dia 04 de dezembro de 2024, o objetivo deste é analisar e compreender quais as violências de gênero que as mulheres da área da saúde do SUS, sofrem, presenciam e/ou conhecem. Além de buscar entender quais as melhores formas de combate às violências e promoção da equidade.

Para a organização e sistematização do trabalho, no primeiro momento foi realizada pesquisa bibliográfica com leituras exploratórias e análises documentais. Ademais, foram realizadas observações *in loco* e discussões semanais durante os encontros do PET, anterior e posterior aos encontros na instituição.

DESENVOLVIMENTO

As atividades do Grupo Tutorial 3 - Eixo 2 iniciaram em maio de 2024, este tem como objetivo refletir com as trabalhadoras da área da saúde a construção de intervenções e promoção de estratégias coletivas para a prevenção contra todos os tipos de violência de gênero.

A violência de gênero, conforme destacado pela Organização Mundial da Saúde (KRUG *et al*, 2002), representa qualquer ato de violência baseado em construções sociais, culturais e históricas que perpetuam desigualdades entre os gêneros acometendo, de maneira desproporcional, mulheres e indivíduos de identidade marginalizada. Pode-se manifestar por meio do uso da força ou do poder, seja real ou ameaçado, ocasionando em danos físicos, psicológicos, sexuais, econômicos ou sociais e pode ocorrer em diferentes formas, como assédio,

---

¹⁷Acadêmica do curso de Psicologia da URI, campus Santo Ângelo/RS. Bolsista do PET – SAÚDE EQUIDADE. E-mail: victoriagdsalmeida@aluno.santoangelo.uri.br

¹⁸Acadêmica do curso de Psicologia da URI, campus Santo Ângelo/RS. Bolsista do PET – SAÚDE EQUIDADE. E-mail: brendabschneider@aluno.santoangelo.uri.br

¹⁹Mestre em Psicologia, preceptora do PET – SAÚDE EQUIDADE desenvolvido pela URI. E-mail: cristinascherbaum@gmail.com

agressões, exploração e discriminação sendo considerado um fenômeno de grande impacto social (KRUG *et al*, 2002).

A proeminência desse estudo está alinhada com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que indicam que cerca de 19,4% das mulheres brasileiras já sofreram algum tipo de violência ao longo de sua vida (NERY, 2019). Designadamente no ambiente de trabalho, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), revelou que quase 23% das mulheres revelaram terem sido vítimas de assédio moral ou sexual nos últimos cinco anos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2022).

De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (2020), o assédio moral e o sexual são definidos como formas de violência de gênero que reforçam desigualdades estruturais e retrogradam o desenvolvimento profissional e pessoal das mulheres. Essas formas de violência impactam negativamente a saúde mental das vítimas, podendo resultar em transtornos psicológicos graves, como ansiedade e depressão (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2020).

A primeira atividade prática realizada, diretamente relacionada com a experiência, foi uma visita para observarmos, conhecermos e sermos apresentadas as trabalhadoras e trabalhadores do CAPS II, no dia 11 de setembro de 2024. Este, sendo o local do relato de experiência, oferece serviços de saúde mental abertos à comunidade a fim de suprir as necessidades das pessoas (GOVERNO FEDERAL, 2025).

No dia 4 de dezembro de 2024, a partir das observações e dos estudos realizados, acompanhadas de uma tutora e uma preceptora, fomos ao CAPS II com o objetivo de realizar uma apresentação aos trabalhadores e trabalhadoras sobre violências de gênero, mais especificamente assédio sexual e moral. Inicialmente, fez-se necessário abordar a noção de violência, uma vez que algumas pessoas, ao longo dos estudos do grupo, demonstraram não compreendê-la plenamente, o que evidenciou a necessidade de esclarecer, também, que assédio é um tipo de violência. Nesse sentido, segue o conceito empregado:

a violência é definida como o uso intencional da força ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG *et al*, 2002, p.5).

Dando seguimento, tornou-se imprescindível, conceituar o assédio, que, em conformidade com a Controladoria Geral da União (BRASIL, 2024), é caracterizado por qualquer comportamento indesejado, abusivo e repetitivo manifestado de forma física, verbal ou não verbal, que tenha o objetivo de humilhar, degradar, afetar a integridade física e/ou psicológica e violar a dignidade de uma pessoa, além de ambiente intimidatório, hostil, humilhante e desestabilizador.

Outrossim, a Portaria nº 230, de 7 de março de 2023 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2023), um dos documentos considerados indispensáveis para o trabalho do grupo, institui o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no Sistema Único de Saúde - SUS e aborda os conceitos dos assédios trazidos. Descrevendo o assédio sexual como o ato de constranger alguém, com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2023), e explicando que este viola a dignidade da vítima contribuindo com construção de um ambiente intimidativo, hostil, humilhante ou ofensivo (BRASIL, 2024).

Foi apresentado, ainda, com o propósito de facilitar o entendimento, alguns exemplos de assédio sexual, sendo eles: o abuso sexual, ameaças, chantagens, exibição física do corpo, contato físico indesejado, promessas de tratamento diferenciado, conversas indesejadas sobre sexo e expressões com conotações sexuais (SENADO FEDERAL, 2024). Apresentamos, juntamente, manchetes de jornais e revistas estaduais a fim de apresentar a realidade vivida e os aproximar mais ainda do tema.

Além de tudo, desenvolvemos uma dinâmica que consistia em cada um dos participantes tirar uma frase, de um pote, para ler e realizar um comentário acerca dela, podendo concordar ou não. As frases foram escolhidas para instigá-los a refletir sobre o que ouvimos no dia a dia e muitas vezes pensamos ser “normal”. Entretanto havia também, afirmações que iriam contradizer umas às outras, provocando-os a pensar.

Ao longo da atividade, os participantes se sentiram confortáveis para compartilhar experiências deixando claro que possuíam certo entendimento sobre o tópico e associavam algumas das características deste no decorrer de seus dias. Isto comprovou-se, visto que, diante da frase “compartilhar fotos e vídeos sexuais, sem autorização da pessoa exposta, é uma violência sexual”, trouxeram relatos de meninas e mulheres, que viram necessidade de sair da cidade, por exposições da vida íntima, seja por fotos íntimas já vazadas nas redes sociais ou por ameaça à publicação de vídeos sexuais.

Pontuaram, também, a discordância da frase “durante um relacionamento amoroso não existe violência sexual” diante da grande quantidade de usuários da instituição que já relataram abusos dentro e fora de relacionamentos amorosos. E defenderam a não culpabilização da vítima quando falado sobre abuso sexual de freiras, já que estas se cobrem totalmente na hora de se vestirem e ainda assim são abusadas.

Havia frases que remetem a situações em que a sociedade tenta culpabilizar a vítima pelo assédio, como: “mas com que roupa ela estava?” “porque ela estava naquele lugar naquela hora?” e “se sai assim (na rua ou na balada) é porque quer, mulher que se respeita não é estuprada”. O único trabalhador presente fez um comentário afirmando que só podemos chamar de “mulher” alguém que se dê o respeito, que se vista adequadamente, e que não podemos nos referir à “homem” os que assediam e abusam de mulheres porque na verdade são “tarados, covardes” entre outros termos.

Felizmente, todas as trabalhadoras compreendem a ausência de culpa e defendem a liberdade de ir e vir, além da liberdade de vestir o que querem. Todavia, uma das participantes apontou a necessidade de falarmos sobre esses temas com maior frequência, pelo fato de que, diariamente, fazem ou já fizeram algum dos comentários trazidos para discussão que acabam propagando as violências de gênero mesmo que não seja o intuito.

Surgiram comentários sobre como elas são julgadas por sair na cidade durante a noite e beber entre amigas, principalmente pela ausência de homens junto a elas. O que nos leva a duas frases que trazem a crença da necessidade de um homem na vida das mulheres: “por que uma menina bonita como você está sem namorado?” e “ela deve estar dando pra ele, só pode”. A última nos remete ao ambiente de trabalho, em que o cargo de prestígio ou o sucesso em geral de uma mulher é atribuído a um homem.

Após a dinâmica, finalizamos o tópico de assédio sexual e partimos para o assédio moral. Este que é definido pela Portaria nº 230, de 7 de março de 2023

(MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2023) como uma repetição de gestos, palavras e/ou comportamentos de natureza psicológica, os quais expõem a pessoa a situações humilhantes e constrangedoras, gera ofensas à personalidade, à dignidade ou à integridade psíquica e/ou física, com o objetivo de prejudicar suas funções ou de deteriorar o ambiente de trabalho.

Seguindo o modelo utilizado anteriormente, foi apresentado exemplos de assédio moral: humilhação pública, comentários depreciativos, negar informações, inventar boatos, invadir a vida privada com ligações e/ou mensagens, excluir de atividades sociais e/ou profissionais, dificultar ou impedir promoções, contestar e criticar todas suas decisões de modo injusto e retirar a autonomia funcional do trabalhador (SENADO FEDERAL, 2024). Além de mais algumas manchetes e notícias que retratam o tema.

Os assédios sexual e moral acarretam danos à vítima, como supracitado, comprometendo sua saúde física e moral, dessa forma, na construção da apresentação acreditou ser importante frisar esses danos, uma vez que essas trabalhadoras precisam estar capacitadas para identificar os sinais e saber como lidar com a situação (SENADO FEDERAL, 2024). As consequências mais comuns e listadas são: baixa autoestima, isolamento, insônia, introjeção de culpa mediante questionamento da própria conduta, diminuição da concentração e produtividade, sentimentos de inferioridade, insatisfação no trabalho e desestabilização emocional (SENADO FEDERAL, 2024).

Abordamos, também, pontos cruciais para diminuir as violências de gênero. Levando em consideração a vida privada pensa-se em: conversas com colegas de confiança, familiares e amigos sobre os fatos ocorridos, manter sempre uma rede de proteção, evitar ficar sozinho com o assediador e nunca se isolar (SENADO FEDERAL, 2024) e de maneira institucionalizada é fundamental promover debates, estimular a denúncia e realizar avaliações constantemente atentando para as mudanças de comportamento (SENADO FEDERAL, 2024).

Ao longo do trabalho, instruímos os trabalhadores e trabalhadoras a estimular a denúncia dessas violências. Para isso, expusemos possibilidades de lugares e contatos na cidade, sendo: CRAM - Centro de Referência em Atendimento à Mulher, DEAM - Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, Patrulha Maria da Penha e a Brigada Militar.

Sabe-se, a partir de Coswosk *et al* (2018, s.p.), que é importante uma formação continuada entre profissionais da saúde, pois, assim, pode-se impedir a estagnação profissional e pessoal, produzindo um processo influente no desenvolvimento crítico e na percepção de que a busca de ensino é caminho para aprendizagem. Os estudos e as atividades desenvolvidas no PET, juntamente com as informações disponibilizadas acima, mostram que mesmo pessoas que estão familiarizadas e possuem contato diariamente com o tema ainda dispõem de dúvidas e novos conhecimentos podem ser adquiridos.

Observa-se que as violências deixam marcas nas vítimas, sejam físicas ou psicológicas sendo assim, fica perceptível que o combate ao assédio moral e sexual no Sistema Único de Saúde exige a implementação de políticas públicas, aliadas à capacitação contínua dos profissionais para a identificação, prevenção e enfrentamento dessas práticas.

Além disso, a promoção de campanhas didáticas e a sensibilização dos gestores sobre a gravidade do problema contribuem para a construção de uma cultura institucional mais equitativa. A adoção dessas estratégias não apenas reduz a

incidência do assédio, mas também fortalece a equidade e melhora a qualidade dos serviços prestados no setor da saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo tem como objetivo analisar e compreender as violências de gênero enfrentadas pelas trabalhadoras da área da saúde no SUS, com ênfase no assédio moral e sexual. A partir da intervenção realizada no CAPS II do município de Santo Ângelo, pode-se verificar que as trabalhadoras e trabalhadores da saúde apresentam conhecimentos básicos sobre as violências, entretanto acreditam que precisam constantemente de capacitação sobre o tema.

O estudo aponta que o assédio moral e sexual é uma realidade no cotidiano desses profissionais, com a possibilidade de impactos na saúde mental e na qualidade dos serviços prestados à população. O desconhecimento e a naturalização dessas violências podem contribuir para sua continuidade, o que reforça a necessidade de medidas institucionais para prevenção e enfrentamento dessas práticas.

Diante disso, destaca-se a importância da promoção de ações construtivas e de sensibilização, visando ao fortalecimento do conhecimento das trabalhadoras sobre seus direitos e à construção de um ambiente de trabalho seguro e equitativo. Conclui-se que o aprofundamento da argumentação sobre equidade de gênero e a implementação de estratégias de prevenção e combate ao assédio no âmbito do SUS constituem medidas fundamentais para a garantia do artífício e do bem-estar dos profissionais da saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Controladoria Geral da União. **Assédio Moral e Sexual**. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/campanhas/integridade-publica/assedio-moral-e-sexual>. Acesso em: 25 set. 2024.

COSWOSK, Édila Dalmaso *et al.* Educação continuada para o profissional de saúde no gerenciamento de resíduos de Saúde. **Revista Brasileira de análises clínicas**. 06 de novembro de 2018. Disponível em: <https://www.rbac.org.br/artigos/educacao-continuada-para-o-profissional-de-saude-no-gerenciamento-de-residuos-de-saude/#:~:text=%C3%89%20not%C3%A1vel%20a%20import%C3%A2ncia%20da,ensino%20%C3%A9%20instrumento%20para%20aprendizagem>. Acesso em: 13 fev. 2025.

GOVERNO FEDERAL. **Centros de Atenção Psicossocial**. (Org) Ministério da Saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/desmad/raps/caps>. Acesso em: 06 fev. 2025.

KRUG, E. G. et al. Lozano R. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Geneva: World Health Organization, 2002. Disponível em: <https://www.cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/201706/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Educação pelo Trabalho para a Saúde**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sgtes/pet-saude>. Acesso em: 3 fev. 2025

NERY, Carmen. **Violência atingiu 29,1 milhões de pessoas em 2019**; mulheres, jovens e negros são as principais vítimas. Agência de Notícias IBGE, 7 maio. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30658-violencia-atingiu-29-1-milhoes-de-pessoas-em-2019-mulheres-jovens-e-negros-sao-as-principais-vitimas>. Acesso em: 9 fev. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **OIT: violência e assédio no trabalho afetam uma em cada cinco pessoas**. Nações Unidas Brasil, 5 dez. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/210241-oit-viol%C3%Aancia-e-ass%C3%A9dio-no-trabalho-afetam-uma-em-cada-cinco-pessoas>. Acesso em: 13 fev. 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Políticas da OPAS de prevenção e resolução de assédio no local de trabalho**. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/sites/default/files/2020-07/2020-07-policy-prevention-harassment-workplace-pt.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2025.

SENADO FEDERAL. **Cartilha Assédio Moral e Sexual no trabalho**. (Org) Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/cartilha-assedio-moral-e-sexual-no-trabalho>. Acesso em: 26 set. 2024.

A MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA ÁREA DA SAÚDE

Luziana Colombo Lunardi²⁰

Janete Rosa Martins²¹

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O direito à saúde é um direito humano, reconhecido constitucionalmente como direito fundamental de todos e dever do Estado de protegê-lo e defendê-lo mediante políticas públicas, e a resolução de conflitos na área da saúde constitui uma questão complexa, de grande impacto, e elevada repercussão social, que não comporta soluções fáceis ou a curto prazo.

Assim, estudo tem como objetivo principal abordar o instrumento da mediação na resolução de conflitos na área da saúde.

Este trabalho foi elaborado através de levantamentos bibliográficos, pesquisa em periódicos impressos e eletrônicos, buscando elucidar o tema proposto.

DESENVOLVIMENTO

O direito social à saúde, bem como seu acesso, é concebido como um direito de todos e dever do Estado, o qual deve garanti-lo mediante políticas sociais e econômicas e a oferta de serviços públicos que visem à redução do risco de doenças e outros agravos.

No Brasil, em 1988, a promulgação da Constituição Federal passou a dar a saúde o status de direito fundamental contando com a obrigação da prestação positiva estatal na busca da concretização deste direito a todos os cidadãos. Assim, a partir deste grande marco histórico que foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, o direito a saúde passou a ser caracterizado como um direito fundamental no ordenamento jurídico brasileiro, sendo um dever do Estado proporcioná-lo a todo e qualquer brasileiro.

---

²⁰ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito – pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, campus Santo Ângelo. Bolsista Capes. Mestre em Direitos Especiais pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito – pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, campus Santo Ângelo. Pós Graduada em Direito Imobiliário, Contratos e Responsabilidade Civil pelo Instituto de Desenvolvimento Cultural (IDC). Pós Graduada em Direito Previdenciário (IMED). E-mail: luzilunardi@hotmail.com.

²¹ Estágio Pós-Doutoral na UNIJUI/RS, - 2024/2025, Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS - (2017), Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul UNISC - (2001), Especialização em Direito Público pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI - (2007) e graduação em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul- UNIJUI - (1995). Coordenadora do Curso de Direito, Presidente da FuRI - Fundação Regional Integrada, Professora Permanente do Programa da Pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Direito e da graduação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Pertence ao Grupo de Pesquisa do Cnpq _ Conflito, Cidadania e Direitos Humanos- Coordenadora da Pós-graduação (lato sensu). Atua áreas de Direito Administrativo, Direito Financeiro e Tributário e Novas formas de resolução de conflitos - Mediação, inclusive com projetos de pesquisas e de extensão em andamento, advogada.

Contudo, o direito à saúde vem sendo uma das vítimas da progressão do sistema, um direito que longe de ser observado, vai perdendo força quanto a sua garantia, porque por muitas vezes o gozar deste direito é prejudicado, seja por conta da inobservância do que dispõe a Constituição quanto àquelas políticas sociais e econômicas, seja por falta de medicamentos, material humano, e outros fatores necessários à realização do acesso ao direito social, constitucional, fundamental à saúde.

É do Poder Executivo a competência para criar e implementar o direito à saúde, tendo o dever de assegurar esse direito, e assim o fazendo não há que se falar em uma solução litigiosa para fazer valer esse direito por meio da esfera judicial, porém a falta de eficiência legislativa é uma das grandes razões do ativismo judicial, essa responsabilidade é passada para o Judiciário, impondo-o a dar uma resposta às demandas das pessoas, que estão tendo seu direito burlado.

No Brasil, os gargalos do sistema de saúde, como o desabastecimento de medicamentos e a falta de especialistas, são alguns dos fatores que têm motivado a judicialização:

Por judicialização da saúde, entende-se o fenômeno crescente dos números de demandantes que pleiteiam questões relativas à saúde junto ao Judiciário. Alguns aspectos importantes devem ser considerados para se ter em mente como este fenômeno surge. A saúde é um direito constitucional. Portanto, é fundamental, para qualquer análise que se faça sobre tal tema, salientar que o eixo central da discussão não se dá na legitimidade de um direito, mas em mecanismos que assegurem este sem a necessidade de o Judiciário intervir, ou seja, na garantia do direito à saúde por aqueles a quem compete (CNJ, 2021, p 13)

O rol de demandas envolvendo a prestação à saúde vai, desde a aquisição de medicamentos (estejam estes ou não no rol de medicamentos do SUS), até a prestação de serviços hospitalares, tais como: internações, disponibilidade de leitos, cirurgias, aquisição de bens relacionados a tratamentos contínuos, como o uso de fraldas ou cadeiras de roda.

E, os conflitos entre as necessidades individuais e coletivas relativas à garantia do direito à saúde, vem mostrando que os sistemas político, jurídico e médico-sanitário chegaram ao esgotamento e que o Poder Judiciário não consegue mais atender com a eficácia esperada, à pacificação dessas controvérsias:

Os trabalhos empíricos apontam que a demanda judicial brasileira mais recorrente no âmbito da saúde é constituída por pedidos – individuais e coletivos – de medicamentos. Os pedidos judiciais se respaldam numa prescrição médica e na suposta urgência de obter aquele insumo, ou de realizar um exame diagnóstico ou procedimento, considerados capazes de solucionar determinada “necessidade” ou “problema de saúde”. A escolha da via judicial para o pedido pode ser dar pela pressão para a incorporação do medicamento/procedimento no SUS ou pela ausência ou deficiência da prestação estatal na rede de serviços públicos (VENTURA, 2010).

Nessa vertente, constata-se a necessidade da reelaboração das políticas públicas já existentes, e mais, a abertura para novas técnicas que auxiliem e agilizem o acesso a garantia do direito à saúde:

A melhor forma do Estado cumprir seu papel é via criação de políticas públicas sociais e assistenciais dentro das orientações das melhores práticas administrativas e econômicas a fim de dotar o gasto de maior eficiência (ou seja, evitando o desperdício) atingindo um maior número de pessoas necessitadas (TIMM, 2013, p. 51).

Os modelos alternativos de resolução de conflitos representam a adesão à cultura da pacificação, em oposição à cultura hoje existente em torno da necessidade de uma decisão judicial para que a controvérsia possa ser resolvida. Isso porque a solução pacífica é sempre preferível, inclusive economicamente, deixando, por derradeiro, a busca do aparato Judicial. Há uma atmosfera favorável para tais modelos, entendidos como instância legitimada para a solução de conflitos sociais pelo próprio meio social, gerando maior conscientização política e participação popular:

A Mesa de Diálogo representa um esforço em todos os níveis para gerar um efetivo acesso à justiça, representando um novo mecanismo que pode ser considerado um esforço de Mediação (DELDUQUE; ALVES; DALLARI, 2014, P. 2).

Na mediação, existe uma gestão de conflito realizada por meio do diálogo, em que as partes interagem buscando um acordo/resultado satisfatório para ambas, em que podem administrar uma dificuldade existente para cada uma, em que, se (...) busca sair de um discurso processual para uma compreensão intersubjetiva de fazer com que o sujeito busque a compreensão das representações sociais para a criação de um novo meio de comunicação e face das relações sociais (MARTINS, 2017, p. 131).

A mediação é uma ação dialogada, e através da linguagem, do diálogo, os homens se constituem em sujeitos de ação, e no contexto das relações e interações sociais desencadeiam processos de mudança pelo debate e busca do consenso.

Nesse contexto, a mediação é uma forma de resolução de conflitos viável no âmbito da Administração Pública, o que é de fundamental importância para o direito à saúde. Por isso, a Mediação surge com o condão de olhar para a área da saúde, um modelo alternativo de resolução de conflitos na área da saúde, em que “as relações em saúde transcendem a ótica bilateral do médico com o paciente, para envolver muitos outros atores presentes em um sistema de saúde, daí advindo conflitos de toda a ordem” (DELDUQUE, 2015, p. 6).

Então, apesar de o objetivo principal da mediação ser a resolução de conflitos, a mediação na área da saúde vai além de resolver as controvérsias, compreendendo os atritos que geram os problemas da saúde pública brasileira, por meio de um espaço democrático e respeitoso que a mediação proporciona entre médicos, promotores, cidadãos, gestores e todos os atores do Sistema de Saúde, que se resulta a efetiva construção de políticas públicas de saúde universais, integrais e igualitárias (ASSIS, 2015), pois, é apenas com a participação de todos aqueles que integram e formam o Sistema de Saúde que se pode ter real noção das deficiências e necessidades que o sistema possui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, entendendo que “a sociedade é unicamente produto da complexidade desses vínculos”, e a mediação realiza seu papel abraçando essa complexidade e tratando desse vínculo, quando conflituoso com cautela objetivando o resgate do respeito e reconhecimento da integridade dos espaços pessoais e privativos de cada lado, respeitando o espaço do outro, sem promover a invasão mas sim a compreensão, assim “começamos a entender que cada homem não é uma mônada isolada, que não são fragmentos sem conexão”, pois “cada um é interdependente e produto forçado de interações” (WARAT, 2004, p. 54-55).

Logo, diante dessas complexidades e conflitos existentes na sociedade e em especial na área da saúde, a mediação tem o condão de garantir a participação de todos os atores que formam o Sistema de Saúde, como o setor público, a própria sociedade, os órgãos do Judiciário e auxiliares da Justiça, pois a ação solitária de um desses atores que integram o Sistema de Saúde não gera nenhum tipo de concretização do direito à saúde, pelo contrário, pode gerar, em verdade, prejuízo para o Sistema Público de Saúde.

Por isso, novas estratégias de atuação da função jurisdicional precisam ser criadas para que o cidadão volte a crer na justiça, apresentando-se assim, as formas consensuais de solução de conflitos e de modo especial a Mediação na área da saúde, como estratégia que possa vir a auxiliar o Poder Judiciário, mas principalmente a população em geral, a garantir os seus direitos mais básicos, como o direito à saúde.

Em suma, é necessária uma nova postura da sociedade brasileira para uma nova necessidade social, especialmente na saúde, de resolver conflitos e afastar, de vez, esse abismal modelo tradicional de julgar por meio dos clássicos tribunais e juízes. É preciso adotar a Mediação nos litígios da saúde.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Gilmar de. **Mediação sanitária: direito, saúde e cidadania. Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS – para entender a gestão do sus**, 1º edição, 2015. Disponível em:

<http://www.conass.org.br/biblioteca/pdf/colecao2015/CONASS-DIREITO_A_SAUDE-ART_14B.pdf>. Acesso em 22 mai. 2025.

Conselho Nacional de Justiça. **Judicialização e saúde : ações para acesso à saúde pública de qualidade / Conselho Nacional de Justiça; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.** – Brasília: CNJ, 2021. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/06/Relatorio_Judicializacao-e-Sociedade_2021-06-08_V2.pdf > Acesso em 23 mai. 2025.

DELDUQUE, M. C.; ALVES, S. M.; DALLARI, S. G. **Decreto que institui a Política Nacional de Participação Social: impactos na saúde.** *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 9, 2014.

DELDUQUE, Maria Célia. **A Mediação Sanitária como novo paradigma alternativo à judicialização das políticas de saúde no Brasil.** Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS – para entender a gestão do sus, 1ª edição, 2015, Disponível em <

http://www.conass.org.br/biblioteca/pdf/colecao2015/CONASS-DIREITO_A_SAUDEART_9B.pdf>. Acesso em 22 mai. 2025.

MARTINS, Janete Rosa. **A democratização do acesso à Justiça e novas mediações tratamento de conflitos sociais da comarca de Santo Ângelo/RS.** 2017.

TIMM, Luciano Benetti. **Qual a maneira mais eficiente de prover direitos fundamentais: uma perspectiva de direito e economia?** In: SARLET, Ingo Wolfgang; TIMM, Luciano Benetti (Org.). *Direitos fundamentais: orlamente e “reserva do possível”*. 2. Ed. Ver. e ampl. 2. Tir. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

VENTURA, M., Simas, L., Pepe, V. L. E., & Schramm, F. R. (2010). **Judicialização da saúde, acesso à justiça e a efetividade do direito à saúde.** *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 20(1), 77-100. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0103-73312010000100006> > Acesso em: 23 mai. 2025.

WARAT, Luis Alberto. **Surfando na pororoca.** Coordenadores: Orides Mezzaroba, Arno Dal Ri Junior, Aires José Rover, Cláudia Servilha Monteiro. Florianópolis: 2004.

A PRÁTICA DOS PROCEDIMENTOS JURÍDICOS EXTRAJUDICIAIS NAS RELAÇÕES EMPRESARIAIS: CONTRATOS, TÍTULOS E SOLUÇÕES CONSENSUAIS

*Dienifer Elaine Da Luz Dos Santos*²²

*Ariane Machado Cardoso*²³

*Bruna Bastos*²⁴

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nas últimas décadas, o ambiente de negócios brasileiro passou por mudanças significativas na forma como os conflitos empresariais são prevenidos e resolvidos. Dada a sobrecarga do Poder Judiciário, empresários e profissionais do direito estão buscando procedimentos extrajudiciais como uma alternativa para resolver disputas, uma vez que podem oferecer soluções mais rápidas, baratas e flexíveis. Nesse contexto, instrumentos como contratos detalhados, titularidade de créditos e métodos negociados (em especial a mediação e a conciliação) são cada vez mais utilizados, pois conferem maior segurança jurídica e estabilidade às relações empresariais.

A busca por caminhos que viabilizem alternativas se tornou imperiosa com a crescente demanda do Judiciário e a exigência de soluções mais rápidas e menos dispendiosas. No mundo dos negócios, o tempo é essencial, e assim tem sido o uso estratégico de procedimentos extrajudiciais. De acordo com Tartuce (2023), a desjudicialização deve ser entendida como uma tendência de expansão da autonomia privada no exercício de atos jurídicos com efeitos legais, com pouca ou nenhuma intervenção do Judiciário. Essa mentalidade está em conformidade com os princípios da eficiência e razoabilidade do procedimento, previstos no Artigo 5º, inciso LXXVIII da Constituição Federal (Brasil, 1988).

Portanto, o objetivo desse trabalho é estudar como essas ferramentas são aplicadas na prática diária das empresas, identificando seus pontos fortes e as possíveis limitações. Assim, questiona-se: em que medida os mecanismos extraleais podem ajudar a melhorar o funcionamento das relações comerciais, minimizar o número de processos judiciais e facilitar soluções satisfatórias para as partes? Para responder a essa questão, analisa-se os contratos empresariais, que vão além da simples formalização de acordos e se configuram como importantes ferramentas de gestão de riscos que podem antecipar e mitigar possíveis conflitos, para entender a importância dos procedimentos extrajudiciais nesse contexto. Emprega-se, para tanto, o método de abordagem dedutivo, através das técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, permitindo o estreitamento do estudo para identificar questões específicas sobre o tema analisado (Marconi e Lakatos, 2021).

Venosa (2024) destaca a importância de cláusulas específicas que incentivem a resolução amigável de disputas, como as de arbitragem. Ao mesmo tempo, Tomazette (2022) ressalta o papel dos títulos de crédito, cuja natureza executiva garante uma satisfação mais rápida do crédito, evitando litígios judiciais prolongados

---

²² Acadêmica do 9º semestre do curso de Direito da Faculdade Antonio Meneghetti. Endereço eletrônico: dieniferelainedaluzsantos@gmail.com.

²³ Acadêmica do 9º semestre do curso de Direito da Faculdade Antonio Meneghetti. Endereço eletrônico: arianemac100@hotmail.com..

²⁴ Professora na Faculdade Antonio Meneghetti. Doutora em Direito pela UNISINOS, com período sanduíche na University of Virginia. Mestra em Direito pela UFSM. Vice-coordenadora do CEPEDI/UFSM. Endereço eletrônico: profabrunabastos@gmail.com.

pelo processo de conhecimento. Além disso, a mediação e a conciliação têm recebido crescente atenção e apoio regulatório, especialmente desde a promulgação da Lei 13.140/2015, que estabeleceu a mediação como um meio legal e formal de solução de conflitos. Como observa Cunha (2020), o modelo de “justiça multiportas”²⁵ permite que as partes escolham os meios mais adequados para a resolução de conflitos, facilitando acordos que preservem a continuidade das relações comerciais e evitem os possíveis prejuízos inerentes aos processos judiciais.

DESENVOLVIMENTO

O modelo de processo civil, que foi modernizado quando um novo Código de Processo Civil (CPC) foi promulgado em 2015, bem como as especificidades trazidas por leis especiais, conseguiram conferir mais eficácia aos procedimentos extrajudiciais. Conforme Marioni (2015), a desjudicialização dos meios de resolução de conflitos é um caminho natural para um Estado que deseja proporcionar proteção mais rápida e adequada aos direitos dos cidadãos. Além disso, nota-se que os empresários começaram a encarar o caminho extrajudicial não apenas como uma alternativa, mas como um trunfo estratégico para seus negócios.

O uso de cláusulas de mediação e arbitragem em contratos comerciais introduz um grande progresso na área de autonomia da vontade. Gagliano, Henriques e Pamplona Filho (2022) indicam que a arbitragem pode ser considerada uma das melhores formas de resolver disputas contratuais de direito comercial. A cláusula arbitral, prevista no Artigo 4º²⁶ da Lei de Arbitragem (Lei nº 9.307/1996), autoriza disputas potenciais a serem solucionadas por árbitros, sem a necessidade de aguardar decisões judiciais (Brasil, 1996).

Os títulos de crédito, como notas promissórias, duplicatas e cheques, podem ser instrumentos eficientes para conduzir negócios formalmente. São executáveis sob o Artigo 784, inciso I²⁷, do CPC, o que garante a prerrogativa do credor de processar a execução sem qualquer fase de notificação ou conhecimento. Além disso, o protesto extrajudicial – organizado pela Lei nº 9.492/1997 – é comumente usado como um meio de produção de prova da inadimplência e do descumprimento de uma obrigação, podendo pressionar o devedor na direção do adimplemento (Brasil, 1997). Assim, o protesto é um ato extrajudicial com amplos efeitos legais e sociais, probatórios e coercitivos (Rizzardo, 2021).

A mediação constitui um procedimento consensual para resolução de conflitos, em que uma terceira parte independente se esforça para ajudar as partes a se comunicarem, sopesando os interesses envolvidos na controvérsia. É amplamente usada no mundo dos negócios no contexto de disputas corporativas, contratuais e com fornecedores. A mediação contribui para que as partes construam suas próprias soluções, mantendo as relações de negócios a médio e longo prazo e evitando ressentimentos (Grinover, 2014).

Apesar do crescente uso dos procedimentos extrajudiciais, ainda persistem obstáculos, que incluem uma cultura de não consensualidade e a falta de treinamento

---

²⁵ O modelo de “justiça multiportas” propõe a disponibilização de diferentes métodos de resolução de disputas, tais como a negociação, a mediação, a conciliação e a arbitragem, além do processo judicial tradicional, buscando a solução mais adequada para cada tipo de conflito.

²⁶ “Art. 4º A cláusula compromissória é a convenção através da qual as partes em um contrato comprometem-se a submeter à arbitragem os litígios que possam vir a surgir, relativamente a tal contrato” (Brasil, 1996).

²⁷ “Art. 784. São títulos executivos extrajudiciais: I - a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque [...]” (Brasil, 2015).

técnico suficiente para advogados e empresários. Além disso, pode-se mencionar, também, a limitação da arbitragem e da mediação a matérias patrimoniais existentes. É por isso que Neves (2023) afirma que o crescimento da arbitragem e da mediação requer uma mudança intelectual por parte dos profissionais do direito, no sentido de estimular os métodos alternativos de resolução de conflitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que o uso de mecanismos extrajudiciais nas relações empresariais mostra não apenas a eficiência nas resoluções de conflitos, mas também na construção de estratégias que fazem um ambiente empresarial mais seguro e sustentável para os negócios. A relação entre contratos bem estruturados, títulos de créditos eficazes e práticas consensuais, como a mediação e a arbitragem, reforçam a autonomia das partes e colaboram significativamente para aliviar a sobrecarga do sistema judiciário, proporcionando um ambiente pacífico e mais eficaz nas relações comerciais.

Em paralelo às vantagens diretas de agilidade e redução de custos em processos, o uso de métodos fora dos tribunais nas relações de negócios é um marco cultural importante na percepção de disputas no ambiente corporativo. Ao valorizar a conversa, a clareza e a liberdade das partes, essas ferramentas podem incentivar uma cultura de compromisso com contratos e ajuda entre as partes, o que pode ser crucial para a continuidade dos negócios em um mercado acirrado.

Assim, o reforço das opções extrajudiciais deve ser visto não só como uma solução para os problemas do sistema judicial, mas como uma peça-chave na modernização do Direito Empresarial no Brasil. A prática extrajudicial é uma mudança de paradigma em relação às relações empresariais, fornecendo mais autonomia às partes, facilitando uma resolução mais rápida dos conflitos e reduzindo dos custos incorridos. Resultante do conteúdo vislumbrado com a implementação da desjudicialização, espera-se a criação de um ambiente normativo mais favorável no Brasil, com mais segurança jurídica, previsibilidade e incentivos para inovação contratual.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF: Senado Federal; Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.307 de 23 de setembro de 1996. Dispõe sobre a arbitragem. *In: Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 set. 1996.

BRASIL. Lei nº 9.492 de 10 de setembro de 1997. Define competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida. *In: Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 set. 1997.

BRASIL. Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. *In: Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 mar. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.140 de 26 de junho de 2015. Dispõe sobre a mediação como meio de solução de conflitos e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública. *In: Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 29 jun. 2015.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. **Mediação e conciliação**: teoria e prática. 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

GAGLIANO, Pablo; HENRIQUES, Antonio; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **O Novo Curso de Direito Civil – Contratos**. v. 3. São Paulo: Saraiva, 2022.

GRINOVER, Ada Pellegrini e Outros. **Mediação e Arbitragem**: A Multi-Door Courthouse. São Paulo: RT, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Nova Jurisdição Civil**. São Paulo: RT, 2015.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Código de Processo Civil**. Salvador: Juspodivm, 2023.

RIZZARDO, Arnaldo. **Contratos**. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**. São Paulo: Método, 2023.

TOMAZETTE, Marlon. **Direito empresarial brasileiro**. v. 2: Títulos de crédito. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil: contratos**. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2024.

DIÁLOGOS E REFLEXÕES EM VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Thaís Langner Bonfim²⁸

Lizete Dieguez Piber²⁹

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O projeto de Extensão “Ações, diálogos e reflexões em Violência de Gênero”, do curso de Psicologia da Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus de Santo Ângelo-RS, busca dar continuidade a um processo de investigação iniciado no ano de 2010, quando se desenvolveu a pesquisa intitulada “Representações sociais sobre violência de gênero: rompendo o silêncio” e as posteriores intervenções realizadas por meio dos Projetos de Extensão que se iniciaram em 2013 e persistem até a presente data.

Cabe destacar que a proposta extensionista articula-se a práticas de estágio curricular do curso de Psicologia, bem como investigações sobre essa temática, que estão sendo realizadas já de longa data. A continuidade do trabalho qualifica a linha de extensão, permite a não interrupção de ações que tem contribuído com a comunidade local e regional e possibilita a construção de novas compreensões sobre a temática violência contra a mulher.

Integra o projeto extensionista estruturar e coordenar um Grupo de Estudos sobre Violência de Gênero, o que tem ocorrido sistematicamente e que será apresentado nesse resumo. O recorte temporal abarca o ano de 2025.

O Grupo de Estudos funciona quinzenalmente e é aberto ao público acadêmico de diferentes áreas do conhecimento (alunos, professores e funcionários) e pessoas da comunidade. São formulados convites por meio de redes sociais e de entidades estudantis (DCE e Das) e de instituições parceiras. As temáticas são sempre referentes a violência, violência contra a mulher e violência de gênero. Os encontros do Grupo de Estudos são registrados com número de participantes e relatórios com resumo das principais discussões.

DESENVOLVIMENTO

A violência contra a mulher é um problema de saúde pública com raízes profundas e que tem relações com o campo social, político e cultural, com dimensões a nível mundial. Se faz necessário que o impacto da violência seja mensurado por abordagens trans e interdisciplinares que incluam diversas visões sobre esse fenômeno. (MINAYO, 2006).

A manifestação da violência na vida da mulher pode ser compreendida a partir de um fator que define a violência doméstica: o ato violento como algo que está ligado ao poder, sendo assim o que ocorre é uma conversão de diferenças biológicas em hierárquicas do homem em relação à mulher, com finalidade de dominar e oprimir. (HAYECK, 2009).

Para Teles e Melo (2002), violência de gênero se expressa numa relação de poder, de dominação do homem e de submissão da mulher. Demonstra que os papéis

---

²⁸ Bolsista do Projeto de Extensão “Ações, diálogos e reflexões em Violência de Gênero” do curso de Psicologia da URI – Santo Ângelo, thaislangner@gmail.com.

²⁹ Professora Mestra do curso de Psicologia da URI – campus de Santo Ângelo, orientadora do Projeto Extensionista, lizeted@san.uri.br.

impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, induzem relações violentas entre os sexos e indica que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas.

Conforme Lima; Büchele; Clímaco (2008, p.70) “a Organização das Nações Unidas traz que a violência contra as mulheres persiste em todos os países do mundo como uma violação contundente dos direitos humanos e como um impedimento na conquista da igualdade de gênero”. Deste modo, observa-se que a violência contra a mulher persiste ainda como um problema de saúde e de cidadania, tanto em países desenvolvidos, como em desenvolvimento, necessitando de uma rede de apoio complexa e qualificada.

Já sobre a violência em âmbito doméstico, a Organização Mundial da Saúde (2002) compreende a definição de violência doméstica como sendo a violência cometida por pessoas que convivem no mesmo espaço, sem função parental, podendo ser de convívio esporádico; e a violência intrafamiliar como a que está relacionada a função parental, mesmo sem consanguinidade, sendo referente a ação ou omissão que cause danos ao bem-estar, integridade física, psicológica, privação da liberdade ou direitos do outro. A violência conjugal tem sua definição parecida com a intrafamiliar, entretanto, é cometida pelo companheiro na composição de um relacionamento afetivo. (NARVAZ e KOLLER, 2006; DAY et al, 2003).

Em muitas situações estes três conceitos de violência citados acima entremeiam-se. Nas relações conjugais violentas, os agressores aparecem predominantemente como sendo do gênero masculino; e do gênero feminino, as vítimas. Portanto, a violência conjugal se enquadra como uma violência de gênero. (GONÇALVES et al, 2010; NARVAZ e KOLLER, 2006).

Mello (2010) faz referência ao conceito de Violência de Gênero em sua totalidade quando diz:

Assim, consideramos a violência de gênero qualquer ato de abuso que parta de relações de poder assimétricas – desiguais – entre pessoas humanas, baseadas em gênero, entendendo a masculinidade hegemônica como força motriz da opressão, tanto de outras masculinidades quanto de feminilidades. Assim, nossa compreensão concebe não só homens no exercício desse poder desigual violando mulheres, mas homens violando outros homens, mulheres violando homens e mulheres violando outras mulheres. (p. 28)

Compreender o fenômeno da violência contra as mulheres possui importância devido ao fato de existirem concepções que consideram e tratam a mulher como não-sujeito. (SAFFIOTI, 2011). Guimarães e Pedroza (2015, p. 261) falam que “tais violências constituem violações dos direitos humanos e liberdades fundamentais e fortes obstáculos ao implemento da isonomia, ao exercício pleno da cidadania, ao desenvolvimento socioeconômico e à paz social”. As ações violentas, historicamente, acontecem sobre a alteridade do feminino em todas as esferas sociais. O corpo da mulher e todos os corpos que se mostram femininos significam, através da construção do pensamento social, um território do masculino, ou seja, a existência desses corpos ocorre sob a custódia dos homens. (ALMEIDA, 2014).

Neste sentido, o Projeto de Extensão “Violência de Gênero” do curso de Psicologia articula um Grupo de Estudos, em que, juntamente com o Projeto de Extensão “Gênero, Diversidade e Direitos Humanos em Sociedades Democráticas” do curso de Direito, organiza encontros quinzenais no prédio três da URI – Santo Ângelo, com o intuito de promover debates sobre a questão de gênero na universidade. Os

encontros são abertos não somente aos acadêmicos da URI, como também para a comunidade em geral.

Nestes encontros são debatidos assuntos envolvendo violência de gênero e outras maneiras de pensar a sociedade de uma forma que promova mais equidade. Neste ano de 2025 já foram realizados quatro encontros desde o início do semestre, sendo eles: “Mulheres no mundo: histórias de força, resistência, lutas e conquistas”, no dia 12 de março de 2025; “Muito além das grades: um olhar sobre o cotidiano, a história e a realidade de mulheres privadas de liberdade”, no dia 2 de abril de 2025; “Masculinidades transformadoras: um olhar interdisciplinar e interseccional”, no dia 23 de abril de 2025; e “Frida Kahlo: do México para as Missões”, no dia 21 de maio de 2025.

O primeiro encontro deste ano, “Mulheres no mundo: histórias de força, resistência, lutas e conquistas” foi coordenado pelas falas das professoras Rosângela Angelim e Lizete Piber e se dedicou a um momento de reflexão sobre a condição histórica da mulher no mundo, conseqüentemente, a do homem também. Os participantes se empenharam em dar seus pareceres sobre as experiências de preconceito e discriminação que já vivenciaram. O grupo foi impulsionado pelos vídeos de casos envolvendo misoginia, o que incentivou as pessoas a trazerem seus relatos. O encontro terminou com uma dinâmica, com o intuito de trazer reflexão sobre como se construir uma sociedade que seja mais acolhedora e menos desqualificadora em relação ao feminino.

O segundo encontro, “Muito além das grades: um olhar sobre o cotidiano, a história e a realidade de mulheres privadas de liberdade”, foi ministrado pela Assistente Social do Serviço Penal do Rio Grande do Sul Cristiane Turcato da Costa. Foi uma oportunidade singular de conhecer mais sobre o funcionamento do sistema penal do estado e como é a rotina das mulheres encarceradas. Muitas participantes relataram que era a primeira vez que conheciam a realidade dessa condição e suas angústias.

No terceiro encontro, “Masculinidades transformadoras: um olhar interdisciplinar e interseccional”, o Professor Mestre da Faculdade EST (Escola Superior de Teologia) Rogério Oliveira Aguiar fez uma profunda fala sobre como o sistema social de opressão à mulher também afeta os homens, uma vez que se cria um padrão do que seja a masculinidade desejada e como ela é inalcançável. Ele versou sobre como a aversão ao feminino em nossa sociedade cria homens emocionalmente imaturos e com pouco espaço para expressar seus sentimentos, os relacionando futilmente ao universo da mulher, esquecendo que as emoções são condições do próprio ser humano. Dessa forma, a repressão a si mesmo gera a aceitação social de um rompante de ira cotidiano da condição masculina, naturalizando a raiva como um “sentimento de homem” e somente assim ele pode expressar o que sente. Esta é uma das raízes da violência contra a mulher.

No quarto encontro, “Frida Kahlo: do México para as Missões”, a Professora Mestra Thaís Kerber de Marco contou sobre a história inspiradora da vida da pintora Frida Kahlo, mostrando seus pensamentos à frente do tempo histórico em que viveu, não se sujeitando ao papel de submissão destinado ao seu gênero. Este encontro tocou tanto os participantes que surgiu, organicamente, a ideia de fazer mais um encontro sobre a pintora, desta vez com uma análise mais profunda de seus quadros. A ideia é de assistir ao filme de sua vida previamente e fazer um grupo de estudo com a reflexão sobre a condição feminina na sociedade, reconhecer toda a violência e ódio destinado a este gênero e como Frida Kahlo expressou isso de forma intensa e complexa em suas obras. Foi também momento de reativação do grupo “Fridas

Missioneiras”, projeto iniciado na URI em 2016 com apresentações em várias cidades da região e que os participantes do grupo de estudos se interessaram muito em continuar seu legado.

Durante este ano de 2025 pretende-se organizar muitos outros encontros neste grupo de estudo sobre gênero, violência e diversidade, continuando com sua data e horário de sempre, quartas-feiras quinzenais, das 17 horas e 30 minutos, até as 19 horas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que os resultados alcançados e relatados nos relatórios dos projetos de extensão, inclusive com o alcance de dois Prêmios de Extensão, qualificam e explicitam a relevância da continuidade da proposta extensionista, pois as estratégias de ação têm gerado muitas reflexões e funcionado como uma maneira de discutir e ressignificar a condição experienciada, além de possibilitar, à mulher, o protagonismo como uma maneira de ser no mundo.

Do mesmo modo, tem sido possível alargar o alcance das discussões sobre violência, gênero e cidadania com a comunidade. Ressalta-se que têm ocorrido algumas ações interdisciplinares, principalmente com a área de Ciências Sociais Aplicadas, através do curso de Direito, articulando o diálogo de saberes, ações essas executadas na forma de um trabalho conjunto na construção e manutenção deste Grupo de Estudo sobre Violência de Gênero com o Projeto de Extensão “Gênero, Diversidade e Direitos Humanos em sociedades democráticas” desenvolvido pela Professora Doutora Rosângela Angelim do curso de Direito da URI – Santo Ângelo.

Sabe-se que a URI tem o compromisso de contribuir e continuar contribuindo com o bem-estar da comunidade, através de ações de promoção do cuidado e proteção à mulher. A abordagem da temática da violência contra as mulheres e de gênero é uma tarefa significativa, pois permite a possibilidade discursiva e reflexiva, onde é possível que se explicitem temores e se busque, coletivamente, estratégias de enfrentamento para prevenção da violência e promoção de relações socioafetivas mais saudáveis.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, T. **Corpo feminino e violência de gênero: fenômeno persistente e atualizado em escala mundial**. Revista Sociedade e Estado, volume 29, número 2, 2014.
- DAY, V. P. et al. **Violência doméstica e suas diferentes manifestações**. Revista Brasileira de Psiquiatria do Rio Grande do Sul, no. 25. Porto Alegre, 2003.
- GONÇALVES, P. I et al. **Violência de Gênero: levantamento dos Boletins de Ocorrência da Delegacia da Mulher no Município de Guaranhuss**. 2010.
Disponível em:
<http://www.ufpb.br/evento/liti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/viewFile/202/89>.
Acesso em 20 de maio de 2025.
- GUIMARAES, M. C.; PEDROZA, R. L. S. **Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas**. Psicol. Soc., Belo Horizonte, v. 27, n. 2, pág. 256-266, ago. 2015. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822015000200256&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 de maio de 2025.
- HAYECK, C. M.. **Refletindo sobre a violência**. Revista Brasileira de História e Ciências Sociais. ano 1, volume 1, 2009. Disponível em:
http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Refletindo%20sobre%20a%20viol%C3%Aancia.pdf. Acesso em 19 de maio de 2025.
- LIMA, D. C.; BÜCHELE, F.; CLÍMACO, D. de A. **Homens, Gênero e Violência Contra a Mulher. Saúde e Sociedade**. São Paulo. v. 17, n.2, p. 69-81, 2008.
- MELLO, R. P. de. **Violência de Gênero e Educação: nas malhas e tramas discursivas de documentos de domínio público**. 2010. Disponível em:
<https://www.ufpe.br/pospsicologia/images/Dissertacoes/2010>. Acesso em 10 de maio de 2025.
- MINAYO, M. C. de S. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz. 2006.
- NARVAZ, M; G. KOLLER, S, H. **Mulheres vítimas de violência doméstica: Compreendendo subjetividades assujeitadas**. PSICO, Porto Alegre, PUCRS, v. 37, n. 1, pp. 7-13, jan./abr. 2006.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra, 2002.
- SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Ed. Graphium, 2011.
- TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

INTERLOCUÇÕES ENTRE DIREITO E RELIGIÃO NO BRASIL COLONIAL (1530-1822)³⁰

Alana Taíse Castro Sartori³¹
Noli Bernardo Hahn³²

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este texto é oriundo das atividades desenvolvidas no projeto de pesquisa 'Interlocuções Teóricas e Metodológicas entre Direito, Cultura e Religião', vinculado à Linha de Pesquisa I, Direito e Multiculturalismo, do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Direito – Mestrado e Doutorado da URI, campus de Santo Ângelo/RS. A pergunta que orienta os estudos do referido projeto de pesquisa é '*Quais conexões teóricas e metodológicas podem ser estabelecidas entre Direito, Cultura e Religião?*'. Enquanto produtos sociais, o Direito, a cultura e a religião conectam-se de diferentes formas, em diferentes momentos históricos. Nesse sentido, o texto objetiva evidenciar as conexões existentes entre Direito e religião em um período histórico específico da realidade brasileira: o período colonial (1530-1822). Este estudo é importante porque, a partir do conhecimento das relações historicamente firmadas entre Direito e religião no Brasil, é possível projetar algumas luzes sobre o futuro dessas relações, em tempos de fundamentalismos(s) e de ameaças às democracias constitucionais.

DESENVOLVIMENTO

Enquanto país latino-americano, o Brasil sofreu sucessivos processos de dominação, inaugurados com a chegada dos países europeus a suas terras. No que se refere as relações entre Estado e Igreja – em especial a Igreja Católica Apostólica Romana -, cabe destacar que estas são diversificadas e seguem dinâmicas específicas na experiência histórica e cultural de cada país da América Latina. Contudo, essas relações traçam entre si alguns paralelos em comum:

Entende-se teologicamente a história da Igreja na América Latina como a história da instituição sacramental de comunhão, de missão, de conversão como palavra profética que julga e salva, como Igreja dos pobres. (...). Pois na América Latina a Igreja sempre se encontrou diante da tarefa de evangelizar os pobres (o índio, o negro, o mestiço, o crioulo, os operários, os trabalhadores rurais e o povo). (Dussel, 1977, p. 5).

As denominações religiosas de matriz cristã estão presentes na realidade brasileira desde o início do processo colonizador de 1.500 d.C. No século XVI, o catolicismo não era apenas uma religião oficial do Reino de Portugal: a Igreja Católica

---

³⁰ Este trabalho é produto do projeto de pesquisa 'Interlocuções Teóricas e Metodológicas entre Direito, Cultura e Religião', vinculado à Linha de Pesquisa I – Direito e Multiculturalismo, do PPGDireito URI.

³¹ Doutoranda e Mestre em Direito pelo PPGDireito URI. Docente do Curso de Graduação em Direito da URI/SLG. E-mail: alanas@san.uri.br

³² Pós-doutor pelas Faculdades EST. Doutor em Ciências Da Religião, pela Universidade Metodista de São Paulo
– UMESP. Docente permanente do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Direito - Mestrado e Doutorado - da URI, Campus de Santo Ângelo. E-mail: nolihahn@san.uri.br

Portuguesa era uma instituição oficial do Estado. Não obstante, neste período histórico, a coroa Portuguesa era uma das aliadas mais fortes do Papa, aceitando incondicionalmente as decisões do Concílio de Trento³³ (1545-1563) (Del Priori, 1994). Portanto, a Igreja Católica desempenhou um papel crucial no processo de colonização do Brasil pela metrópole portuguesa, uma vez que ela ofereceu tanto recursos materiais quanto imateriais para subjugar os povos originários das novas colônias.

No Brasil, durante seu período colonial (séculos XVI, XVII e XVIII), a Igreja Católica foi responsável por campanhas de catequização dos povos originários e, em um momento mais avançado do processo colonizatório, exerceu funções de órgãos públicos estatais, principalmente relacionados à função de registros públicos da população (Dussel, 1980). Cabe salientar que durante o período colonial do Brasil houve um movimento missionário muito acentuado, cujo objetivo de profetizar o 'Reino de Deus' às Américas recém 'descobertas' obscurecia as reais intenções imperialistas das metrópoles europeias. Apesar dos escassos registros históricos, estima-se que em cerca de 37 anos de colonização no Brasil, os portugueses dizimaram cerca de 2 milhões de pessoas indígenas, por doenças, guerras 'justas', torturas e fome (Hoornaert, 1977).

Durante o período colonial, o Brasil ('Terra de Santa Cruz') submetia-se à autoridade de Portugal. Contudo, é interessante ressaltar que, neste período, a coroa portuguesa era 'submissa' à Igreja Católica. Isso porque o Estado Português firmara uma forte aliança com a instituição eclesiástica, o que ficou conhecido historicamente como padroado. O resultado dessa aliança, em terras brasileiras, foi a 'indiferenciação' entre poder político do Estado Português e poder moral e religioso da Igreja Católica. Os governadores enviados por Portugal desempenhavam papéis meramente exploratórios: organizavam a exploração de riquezas da nova terra ou cobravam taxas e impostos para posteriormente enviá-las à coroa. Os representantes do clero, por outro lado, organizaram verdadeiras cidades, com sistema educacional, burocrático e punitivo no intuito de 'civilizar' os povos originários (Del Priori, 1994).

Um aspecto importante de se destacar no período colonial brasileiro diz respeito à inquisição. O processo de perseguição e extinção de crenças não-católicas não ficou restrito ao continente europeu: ele chegou às Américas junto da colonização. Apesar de poucos registros históricos sobre o assunto, sabe-se que, no período da consolidação colonial (após 1580), não se admitiam crenças diversas do catolicismo no Brasil (Zylbersztajn, 2012).

Para compreender o período inquisitorial do Brasil é preciso destacar que foi a coroa espanhola que iniciou o estabelecimento de Tribunais da Inquisição nas Américas. Em meados de 1493, com a segunda armada de Cristóvão Colombo no

---

³³ Entre 1519 e 1712 a Igreja Católica sofreu mais um fracionamento em sua estrutura de poder: a Reforma Protestante. É importante lembrar que a Igreja Cristã, fundada sob a égide do Império Romano, possuía ideais imperialistas e universalistas. Nesse sentido, ela objetivava constituir um único reino sobre a Terra, o 'Reino de Deus'. Após o desmantelamento do Império Romano, a Igreja Cristã sofreu um grande processo em sua estrutura interna que fracionou seu poder: o Cisma do Oriente (1053 a 1054). Após o Cisma do Oriente, a Igreja Católica Apostólica Romana ainda representava uma instituição de poder político e social importante na Europa ocidental, contudo, a emergência da Reforma Protestante ameaçava novamente a enfraquecimento desse poder. Nesse sentido, de 1545 a 1563 a Igreja Católica realizou o Concílio de Trento, com a finalidade de realizar acordos com os reinados da época a fim de reafirmar e fortalecer os dogmas católicos diante da Reforma Protestante (Del Priore, 1994). Portanto, a participação da Igreja Católica na colonização latino-americana representava um duplo viés: ao mesmo tempo em que a Igreja oferecia recursos materiais e imateriais para subjugar os povos das novas colônias europeias, ela iniciava uma empreitada de catequização dos povos originários, a fim de expandir seu poder e resistir ao êxodo de fiéis iniciado pela Reforma Protestante.

‘Novo Mundo’, chegou em terras americanas a ordem de São Domingos³⁴, representada por frei Bernardo Buil, que exigiu o estabelecimento de imediato de um Santo Ofício³⁵ na região. Foram instaurados três Tribunais da Inquisição no modelo espanhol das américas: um no atual território do Peru, em 1570, um no México, em 1571 e um na atual Colômbia, em 1610. Tais tribunais empreenderam fortes campanhas inquisitoriais nas américas. Em apenas 25 anos, estima-se que mais de 879 pessoas foram penitenciadas pelos autos-de-fé³⁶ da Santa Inquisição espanhola (Novinsky, 1992).

Até meados de 1580, contudo, o Brasil permaneceu alheio aos efeitos da Inquisição. Isso porque as dificuldades de acesso às terras brasileiras pelos colonizadores, devido principalmente ao clima, à vegetação e às doenças tropicais fez com que a exploração das terras brasileiras ocorresse de forma mais tardia que em outros locais, como o México ou o Peru, por exemplo. Outro aspecto importante foi que, neste período, a coroa portuguesa agiu de forma mais tolerante, pois eram necessários imigrantes europeus que estivessem dispostos a povoar a colônia portuguesa. Assim, até 1580, houve muita tolerância religiosa por parte de Portugal, admitindo-se a vinda de cristãos-novos³⁷ para o Brasil. No regimento trazido por Tomé de Souza (1548), por exemplo, a vida na colônia não sofreu interferência das autoridades em termos de comportamentos ou crenças, registrando-se, inclusive, práticas da religião judaica no período (Novinsky, 1992).

Foi também no período entre 1549 a 1580 que as missões jesuítas tiveram seu auge. Em 1549 chegaram na Bahia os primeiros representantes da Companhia de Jesus³⁸ no Brasil, os jesuítas. Apesar de iniciadas pelo processo de colonização, as Missões Jesuítas no Brasil desempenharam um papel tolerante e, em determinados momentos, de resistência dos povos nativos contra as investidas portuguesas. Até 1580, fundaram-se escolas, oficinas e aldeias cristãs, que foram muito importantes para o processo de resistência diante das investidas de piratas franceses. Outra contribuição importante das aldeias cristãs jesuítas foi que atuaram como refúgio e resistência dos povos indígenas contra as tentativas de escravização dos colonos europeus (Del Priori, 1992).

Em 1580 deu-se início à União Ibérica, que perdurou até 1640. Na União Ibérica, a coroa portuguesa e espanhola foram unificadas a partir de uma crise sucessória. Na época, o espanhol Filipe II tornou-se rei tanto da Espanha quanto de Portugal. Quando Filipe II assumiu a coroa portuguesa, intensificou, por razões principalmente políticas, os Tribunais de Inquisição, ocasionando, em 1580, a delegação dos poderes do Santo Ofício para o bispo da Bahia. A Inquisição, no Brasil, funcionou por meio de Visitações, nunca sendo instaurado de fato um Tribunal de

---

³⁴ A Ordem de São Domingos é uma ordem religiosa da Igreja Católica Apostólica Romana, cuja principal função é professar a religião católica e incentivar a conversão ao cristianismo.

³⁵ Santo Ofício é sinônimo de Inquisição ou Santa Inquisição. Em termos estruturais e burocráticos, o Santo Ofício foi um tribunal penal instaurado dentro da Igreja Católica, responsável pelos julgamentos de crimes de heresia.

³⁶ Os autos-de-fé podiam ser públicos ou particulares. Quando públicos, representavam verdadeiros eventos sociais, nos quais haviam missas e procissões, bem como a leitura pública das sentenças aos hereges. Após os sermões, os sentenciados à morte na fogueira eram escoltados até o local de execução da sentença, onde eram queimados publicamente (Novinsky, 1992).

³⁷ Cristãos-novos foi a alcunha dada aos judeus e muçulmanos que imigraram para Portugal no século XV.

³⁸ A Companhia de Jesus é uma ordem religiosa da Igreja Católica Apostólica Romana, cujos membros são reconhecidos como jesuítas. Essa ordem foi fundada em 1534 por Inácio de Loyola, com o objetivo de expandir a fé católica pelo mundo a fim de impedir o avanço da Reforma Protestante.

Inquisição. Os autos-de-fé eram aplicados por representantes inquisitoriais vindos da Europa (Novinsky, 1992).

A primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil ocorreu entre 1591 e 1595, com a vinda do inquisidor nomeado Heitor Furtado de Mendonça. Nesse período, a Visitação ficou restrita a Bahia e Pernambuco. O auge da inquisição brasileira ocorreu apenas no século XVIII, no período de exploração do ouro. Muitos cristãos-novos acumularam riquezas advindas das primeiras explorações dos recursos naturais do território brasileiro, o que causou ressentimento tanto da Igreja Católica quanto da própria coroa portuguesa. Portanto, as Visitasções foram utilizadas como instrumento de repressão econômica aos não-católicos, principalmente aos povos de origem judia: “Dos denunciados nessas visitasções e inquirições, muitos foram presos. Alguns foram queimados, os judaizantes receberam principalmente a sentença de cárcere e hábito penitencial perpétuo, e os restantes, penas mais leves” (Novinsky, 1992, p. 78).

Concomitantemente às Visitasções do Santo Ofício no Brasil, houveram também diversos conflitos armados entre a população das aldeias jesuítas e os donatários das terras brasileiras. Isso porque a Igreja, exercendo pressão diante da coroa, conseguiu, no século XVII, que o governo português proibisse a escravatura dos povos indígenas no Brasil. A Igreja Católica compreendia a escravidão dos povos nativos das américas como um obstáculo ao processo de cristianização. Devido a essa proibição, os donatários das terras brasileiras ficaram descontentes. Em 1640, já sob o reinado de dom João IV, Portugal decretou que apenas os missionários jesuítas poderiam contatar os povos indígenas, o que ocasionou a multiplicação das aldeias cristãs por todo território, principalmente, na Bahia, Maranhão, Santos, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Contudo, muitos donatários das terras brasileiras não respeitaram o decreto português que proibia a escravidão dos povos nativos, de forma que houveram diversos conflitos armados (Del Priori, 1992).

Estes são, portanto, os principais aspectos envolvendo as interlocuções entre Direito e Religião no período do Brasil colonial. Cabe ressaltar, ainda, que após o período colonial, em 1822, emerge o Império do Brasil. A primeira constituição brasileira data de 1824 e acompanhava a legislação portuguesa ao reconhecer o Catolicismo como religião oficial do império. As interlocuções entre Direito e religião durante o Brasil imperial será tema de outras publicações futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das breves informações históricas demonstradas, compreende-se que as relações entre direito e religião durante o período colonial do Brasil foram complexas e, em determinados acontecimentos, controversas. O poder governamental da época era constantemente reforçado pela ideologia católica, quando não exercido pela própria Igreja. Por outro lado, ao invés de a Igreja apenas auxiliar no processo de exploração do governo português sobre os povos originários da época, ela atuou como importante instituição de resistência desses povos contra a escravidão. O que se pode observar, nesse sentido, é uma verdadeira união do poder monárquico com o poder atemporal, em uma relação de interdependência que moldou significativamente as bases da cultura brasileira no sentido de internalizar regras de ordem moral e religiosa como normas jurídicas do Estado.

Essas relações conturbadas entre o poder religioso e o poder governamental da época cravou profundas raízes na cultura brasileira, que ainda carrega fortes traços coloniais. Ainda na contemporaneidade é possível observar manifestações de ordem religiosa que trazem à tona memórias de entrelaçamento entre a autoridade política e

a autoridade episcopal, o que, em diferentes situações, causa conflitos diante da atual ordem laica, democrática constitucional do país. Longe de oferecer uma resposta clara à problemática envolvendo as relações entre direito e religião diante do princípio da laicidade no Brasil, o texto atingiu o seu objetivo de trazer à tona acontecimentos históricos cuja compreensão se torna importante a fim de vislumbrar a realidade atual envolvendo as relações entre Direito e religião na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

DEL PRIORI. **Religião e Religiosidade no Brasil colonial**. São Paulo: Ática, 1992.

DUSSEL, Enrique. Palavras Preliminares. In: Hoornaert, Eduardo et al. **História da Igreja no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1977. P. 5-6.

HOORNAERT, Eduardo. Primeiro Período: a evangelização do Brasil durante a primeira época colonial. In: Hoornaert, Eduardo et al. **História da Igreja no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1977. P. 19-142.

NOVINSKY, Anitta. **A inquisição**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

ZYLBERSZTAJN, Joana. **O princípio da Laicidade na Constituição Federal de 1988**. Tese de doutorado. Disponível em:

[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-11102012-](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-11102012-111708/publico/Joana_Zylbersztajn_TESE_Corrigido.pdf)

[111708/publico/Joana_Zylbersztajn_TESE_Corrigido.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-11102012-111708/publico/Joana_Zylbersztajn_TESE_Corrigido.pdf)Acesso em 17 jul 2024.

PROTEÇÃO DA HONRA DOS POVOS INDÍGENAS: O RECONHECIMENTO DO DANO MORAL COLETIVO POR PUBLICAÇÕES OFENSIVAS EM MEIO FÍSICO E DIGITAL

Janice Scheila Kieling³⁹

Júlio da Silveira Moreira

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A responsabilidade civil é um dos pilares essenciais do direito, com a função principal de garantir a reparação dos danos causados a terceiros em decorrência de atos ilícitos. Ao analisar o contexto da vida em sociedade, observa-se que “toda atividade que acarreta prejuízo traz em seu bojo, como fato social, o problema da responsabilidade” (Gonçalves, 2008, p. 01), que decorre da violação de normas morais ou jurídicas. Esse instituto fundamenta-se no princípio de que todo aquele que, por ação ou omissão, causar prejuízo a outrem, deve indenizar o dano causado.

A origem desse conceito remonta ao direito romano, onde a ideia de reparar danos causados a terceiros surgiu como um meio de restabelecer o equilíbrio social e jurídico. Com o passar do tempo, a responsabilidade civil evoluiu para abranger uma gama mais ampla de situações e atores, refletindo a complexidade das relações sociais modernas e os riscos inerentes ao processo de modernização. Nesse sentido, a responsabilidade civil se apresenta como um mecanismo essencial para a manutenção da ordem social, pois assegura que os direitos dos indivíduos sejam protegidos contra lesões indevidas.

Os povos indígenas mantêm uma relação diferenciada com a natureza, a terra, a espiritualidade e a comunidade, decorrente de suas concepções ancestrais e específicas sobre conhecimento, memória, tempo e espaço. Essa visão particular se reflete na forma de viver desses povos, onde o que prevalece é o coletivo, a comunidade e o bem comum, em oposição ao individualismo presente na sociedade ocidental (Sá; Castro, 2022). Nesse contexto, a ligação intrínseca com a terra e a espiritualidade transcende a mera relação utilitária e econômica, integrando-se à identidade cultural e ao senso de pertencimento comunitário.

No contexto contemporâneo, marcado pelo avanço das tecnologias digitais que facilitam a disseminação de discursos de ódio e preconceito, a exposição a publicações ofensivas que violam a honra e a dignidade dos povos indígenas torna-se uma questão premente. Tais publicações não apenas atingem os indivíduos isoladamente, mas também afetam profundamente o sentimento de coletividade, fraternidade, solidariedade ao próximo e afeto pela comunidade. Essas ofensas têm o potencial de desestruturar a harmonia social e enfraquecer a coesão cultural, elementos essenciais para a sobrevivência e prosperidade dos povos indígenas.

---

³⁹ Mestranda do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Possui especialização em Direitos Humanos; em Direito Constitucional e em Direito da Seguridade Social. Bacharela em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Pesquisadora nos Grupos de Pesquisa do CNPq “Mercosul, Direito do Consumidor e Globalização” (UFRGS), “Novo Constitucionalismo Latino-Americano e Descolonização do Direito - Temas de direitos humanos e novos direitos” (UNILA) e do “Centro de Estudos e Pesquisas em Direito e Internet” (CEPEDI - UFSM). Advogada. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8044614117324944>. E-mail: janicekieling1@gmail.com.

Assim, a presente pesquisa tem como objetivo discutir o reconhecimento do dano moral coletivo dos povos indígenas em face dessas violações, enfatizando a necessidade de uma abordagem jurídica que reflita a complexidade e a gravidade desses danos. A análise abrange as bases históricas e conceituais da responsabilidade civil, os critérios para a fixação do quantum indenizatório, a proteção constitucional dos povos indígenas e a definição de dano moral coletivo, culminando na apreciação da decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no Recurso Especial n.º 2.112.853/MS, que amplia a proteção a esses grupos através da majoração do quantum indenizatório em resposta a uma publicação ofensiva à honra dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul.

A escolha do tema se justifica pela necessidade de compreender como a responsabilidade civil e a majoração de indenizações são aplicadas na proteção de grupos vulneráveis, em específico, os povos indígenas, em razão de ofensas e preconceitos perpetrados no meio físico e digital. A decisão do STJ oferece uma oportunidade para explorar como o tribunal interpreta e aplica os princípios da responsabilidade civil em contextos de danos morais coletivos, destacando a importância de uma reparação adequada e proporcional para garantir que os direitos das minorias sejam devidamente protegidos.

Quanto ao método de pesquisa, adotou-se uma abordagem qualitativa de natureza exploratória, desenvolvida através do método dedutivo, utilizando análise documental e jurisprudencial. Realizou-se o exame detalhado da decisão judicial em questão, bem como uma revisão da literatura e a indicação das normas legais relevantes para a responsabilidade civil e os danos morais individuais e coletivos. O artigo também incorporou uma revisão da literatura sobre os critérios para a fixação do quantum indenizatório e a proteção dos direitos dos povos indígenas, com o objetivo de fornecer uma visão abrangente e fundamentada sobre o tema. Além disso, a interpretação dos dados coletados foi realizada através da técnica de análise de conteúdo, buscando compreender, organizar e sistematizar as informações.

DESENVOLVIMENTO

A promulgação da CRFB/88 elevou o ser humano à condição de eixo central do direito brasileiro, estabelecendo o princípio da dignidade da pessoa humana⁴⁰ como um dos fundamentos do Estado (art. 1º, inc. III), uma vez que “a pessoa, e não o patrimônio, é o centro do sistema jurídico” (Fachin *apud* Stoco, 2004, p. 1666). Consequentemente, incorporou-se à legislação brasileira a previsão de reparação dos danos morais, alicerçada na proteção do ser humano em todas as suas dimensões, a fim de coibir a violação dos direitos inerentes à personalidade, conforme disposto no artigo 5º, incisos V e X, da CRFB/88.

Essa ampliação da proteção à pessoa humana, a partir da constitucionalização do direito civil (Barroso, 2020), afastou o caráter estritamente patrimonialista do direito, que passou a tutelar os aspectos inerentes à existência do ser humano, consolidando-os nos chamados direitos da personalidade (Venosa, 2002). Os direitos da

---

⁴⁰ Nas palavras de Daniel Sarmiento, “uma ordem jurídica se funda sobre certas premissas, que nem sempre estão explicitamente articuladas em textos legais. Pode-se dizer que o ordenamento jurídico-constitucional brasileiro se lastreia em uma premissa antropológica, que se deixa entrever em diversas passagens da Constituição e que é vital para a definição dos contornos do princípio da dignidade da pessoa humana. Trata-se da ideia de pessoa concreta, que é racional, mas também sentimental e corporal; que é um fim em si mesmo, mas não uma ‘ilha’ separada da sociedade; que deve ter a sua autonomia respeitada, mas também precisa da garantia das suas necessidades materiais básicas e do reconhecimento e respeito de sua identidade” (2016, p. 70).

personalidade formam um conjunto de direitos essenciais ao desenvolvimento da pessoa humana, sendo definidos “como aqueles que têm por objeto os atributos físicos, psíquicos e morais da pessoa em si e em suas projeções sociais” (Gagliano, Pablo Stolze; Pamplona Filho, 2019, p. 236), e possibilitam a atuação em defesa da própria pessoa.

Além disso, a CRFB/88 trouxe inovações significativas ao ordenamento jurídico brasileiro, destacando-se por ir além da tutela dos direitos universais para incluir a proteção de grupos vulneráveis, como os povos indígenas, afrodescendentes, quilombolas, pessoas com deficiência, mulheres, consumidores, crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas privadas de liberdade. O texto constitucional incorporou vieses do comunitarismo e do multiculturalismo (corrente teórica que defende o direito à diferença cultural e à preservação dos modos de vida tradicionais de grupos minoritários), pois adotou uma orientação multicultural e pluriétnica através da salvaguarda das diferentes identidades culturais e étnicas (Sarmiento; Souza Neto, 2014), reconhecendo a sociobiodiversidade como um fundamento essencial para a construção do projeto de nação. Além disso, foi a primeira constituição na América Latina a reconhecer os direitos sociais, culturais e territoriais dos povos indígenas como parte de sua identidade coletiva, e não apenas como direitos individuais (Suzuki *et al.*, 2022).

Ante essa riqueza cultural e humana, a proteção dos direitos dos povos indígenas no Brasil foi garantida pela CRFB/88, especialmente no artigo 231, que reconhece e protege os direitos dos povos indígenas sobre suas terras, culturas, línguas, tradições e formas de organização social. Esse dispositivo constitucional reflete o compromisso do Estado brasileiro com a preservação e respeito à identidade e dignidade dos povos indígenas, cabendo à União a responsabilidade de demarcar, proteger e garantir o respeito a esses territórios e bens (Brasil, 1988). Com efeito, “os movimentos indígenas ao longo do século XX conquistaram a previsão constitucional de dispositivos relativos a eles, que podem ser elencados em direitos territoriais, direitos culturais e autodeterminação” (Sá; Castro, 2022, p. 39).

A fim de densificar a proteção dos povos indígenas, a Lei da Ação Civil Pública (Lei n.º 7.347/1985) garante a reparação por danos morais e patrimoniais causados em prejuízo à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos (art. 1º, VIII). Além disso, a lei tutela o meio ambiente; bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; interesses difusos ou coletivos e o patrimônio público e social. Em regra, conforme estabelece o artigo 129, inciso III, da CRFB/88, a competência para o ajuizamento da Ação Civil Pública (ACP) é atribuída ao Ministério Público, que deve promover ação civil pública “para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos” (Brasil, 1988).

Nesse sentido, o Recurso Especial n.º 2.112.853/MS, julgado pelo STJ, representa um marco significativo na jurisprudência brasileira sobre dano moral coletivo, pois estabeleceu diretrizes para a reparação adequada de danos morais coletivos sofridos por um povo indígena no ambiente digital. A decisão abordou a necessidade de majoração da indenização inicialmente fixada pelo juízo *a quo*, de modo a refletir com precisão a gravidade e a extensão dos danos sofridos pela coletividade afetada.

No caso concreto, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou uma Ação Civil Pública por danos morais coletivos em favor das comunidades indígenas do Estado do Mato Grosso do Sul, contra o autor do artigo de opinião “Índios e o retrocesso”, publicado no periódico “O Progresso” nos dias 27 e 28 de dezembro de 2008. O artigo continha graves ofensas à dignidade da comunidade indígena, descrevendo-a, “em

sua generalidade, como ‘bugrada’, ‘vândalos’, ‘assaltantes’, ‘ladrões’, ‘malandros e vadios’ e ‘civilização indígena que não deu certo e em detrimento disso foi conquistada pela inteligência cultural dos brancos’” (Brasil, STJ, 2024), com evidente caráter preconceituoso e incitador de ódio (*hate speech*).

Em sede de sentença, o Juízo de primeiro grau julgou parcialmente procedente a pretensão inicial, condenando o ofensor ao pagamento de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de indenização por danos morais coletivos, reconhecendo a ofensa ao sentimento da comunidade indígena. Todavia, o montante fixado foi extremamente pequeno diante do dano causado e o MPF interpôs recurso de apelação, requerendo a majoração do *quantum* indenizatório. Contudo, a condenação foi majorada somente para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Após novo recurso do *parquet*, os autos chegaram ao STJ, para apreciação do Recurso Especial n.º 2.112.853/MS. A decisão considerou o valor originalmente fixado insuficiente para reparar os danos causados à honra e dignidade do povo indígena e reconheceu que a indenização deveria ser majorada para R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a fim de corresponder adequadamente ao impacto da ofensa sobre a coletividade e atribuir o devido cunho sancionatório/repressivo em razão da altíssima reprovabilidade do texto veiculado, capaz de estimular o discurso de ódio e incutir ideias segregacionistas no interior da estrutura social (Brasil, STJ, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A responsabilidade civil, com suas raízes históricas e evolução ao longo do tempo, tem se adaptado para atender às necessidades contemporâneas de justiça e reparação. A natureza jurídica da responsabilidade civil, que abrange tanto a responsabilidade contratual quanto a extracontratual, é fundamental para garantir que os danos causados a indivíduos e coletividades sejam devidamente compensados. O reconhecimento dos danos morais coletivos, especialmente quanto à proteção da honra e dignidade dos povos indígenas, reflete a necessidade de um sistema de justiça que respeite e proteja os direitos dos grupos mais vulneráveis.

Os critérios para a fixação do *quantum* indenizatório, incluindo a adequação, proporcionalidade, função punitiva, dissuasória e pedagógica, são essenciais para garantir que a reparação seja justa e efetiva. A decisão do STJ que majorou o valor dos danos morais coletivos no caso de uma publicação ofensiva contra os povos indígenas do Mato Grosso do Sul (Recurso Especial n.º 2.112.853/MS) é um exemplo significativo da aplicação dos princípios de responsabilidade civil e proteção dos direitos coletivos. O STJ considerou que o valor inicialmente estabelecido era irrisório e não compatível com a gravidade da ofensa, o que justificou a majoração do valor da indenização para R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). A majoração da indenização não apenas visa compensar o dano sofrido pelos povos indígenas, mas também reforça a necessidade de punir condutas prejudiciais e prevenir futuras violações.

A história do Brasil, com toda a sua riqueza cultural, territorial, ambiental e humana, está intrinsecamente ligada à diversidade linguística, étnica, religiosa, econômica e territorial dos povos indígenas. Esses povos não apenas formam uma parte essencial da identidade nacional, como também representam as origens da nação brasileira. Respeitar as tradições, as terras e a memória dos povos indígenas é um dever fundamental de todos os cidadãos brasileiros. Além disso, a proteção das terras indígenas e a preservação das suas tradições são vitais para a manutenção da biodiversidade e da riqueza ambiental do Brasil, visto que as práticas tradicionais e o

conhecimento indígenas desempenham um papel decisivo na gestão sustentável dos recursos naturais e na conservação dos ecossistemas.

Apesar dos avanços legislativos e jurisprudenciais, ainda há um longo caminho a ser percorrido para assegurar a efetiva proteção da honra e da dignidade dos povos indígenas. A decisão do STJ no Recurso Especial n.º 2.112.853/MS, ao ampliar a indenização por dano moral coletivo, representa um marco significativo, mas também ressalta a necessidade de contínua vigilância e aperfeiçoamento das ferramentas legais disponíveis. Em um cenário em que se busca o reconhecimento da diversidade cultural e o respeito aos direitos humanos, é fundamental que o Estado brasileiro reforce seu compromisso com a proteção dos povos indígenas, garantindo que sua identidade coletiva e seus valores culturais sejam respeitados e preservados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Ação Civil Pública. Publicação de artigo ofensivo à honra dos povos indígenas. Danos morais coletivos. Condenação em valor irrisório. Majoração.** REsp n. 2.112.853/MS. Terceira Turma. Rel. Ministra Nancy Andrighi. Julgado em 20.02.2024. DJE 07.03.2024. Disponível em: <http://www.stj.jus.br>. Acesso em: 22 jun. 2024.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo.** 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil, volume 1: parte geral.** 21. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro, volume IV: responsabilidade civil.** 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

SÁ, Júlia Arrais Fortaleza de Lima e; CASTRO, Rogério Alexandre de Oliveira. Possibilidades e limites da proteção constitucional aos conhecimentos tradicionais indígenas associados à biodiversidade. In: SUZUKI, Júlio César; CASTRO, Rita de Cássia Marques Lima de; MOREIRA, Júlio da Silveira (Org.). **Povos indígenas e a jurisdição brasileira.** Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/9786587621982>. Acesso em: 14 jul. 2024.

SARMENTO, Daniel; SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. **Direito constitucional: teoria, história e métodos de trabalho.** 2. ed. 7. reimpr. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

SARMENTO, Daniel. **Dignidade da pessoa humana: conteúdo, trajetórias e metodologia.** Belo Horizonte: Fórum, 2016.

STOCO, Rui. **Tratado de responsabilidade civil.** 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: responsabilidade civil.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ENTRE A PENA E A REINserÇÃO: LIMITES E CONTRADIÇÕES DA RESSOCIALIZAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL

Ana Paula do Nascimento Brum⁴¹
Luiz Alberto Brasil Simões Pires Filho⁴²

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A crise do sistema penal contemporâneo tem sido objeto de intensas reflexões no campo jurídico e social, sobretudo diante da cristalina distância entre os ideais vislumbrados na legislação penal e a realidade do cotidiano prisional. Em *As Misérias do Processo Penal*, Francesco Carnelutti apresenta de forma clara as contradições e limitações de um sistema que, sob o argumento de fazer justiça, reproduz exclusão, sofrimento e ineficácia. A obra, ainda hordiena, serve como ponto de partida para a análise da precariedade do sistema penal brasileiro, marcado por estruturas obsoletas, superlotação carcerária, ausência de políticas públicas eficazes e uma retórica ressocializadora que raramente se concretiza.

Ao contrário de cumprir sua função pedagógica e reeducativa, a pena privativa de liberdade sistematicamente se transforma em um mecanismo de reprodução da violência e da marginalização. A promessa de ressocialização, inscrita nos discursos institucionais e normativos, revela-se, na prática, um ideal distante, diante das inúmeras barreiras que impedem a efetiva reintegração do apenado à sociedade. Nessa conjuntura, o presente trabalho propõe uma reflexão crítica acerca da ineficácia do sistema penal brasileiro, com ênfase nos desafios e paradoxos que envolvem a ressocialização do preso, à luz da crítica proposta por Carnelutti, bem como fazer uma análise ao recorte de gênero, no que diz respeito as mulheres prisioneiras, evidenciando a falta de oportunidades e o abandono durante e pós cadeia.

DESENVOLVIMENTO

A Constituição Federal de 1988 estabelece os princípios fundamentais que regem o ordenamento jurídico brasileiro, entre eles o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório (art. 5º, incisos LIV e LV). Nesse sentido, o processo penal não só assegura ao acusado as garantias formais, mas também um julgamento justo baseado nos critérios da norma e respeitando à dignidade humana.

Entretanto, o Código de Processo Penal brasileiro, de 1941, está desatualizado frente às demandas de uma sociedade complexa e plural. Como aponta Santos (2010), parte das soluções propostas pela legislação penal está amparada em uma realidade social já superada, o que torna o sistema jurídico ineficaz diante de tantas transformações culturais e tecnológicas contemporâneas.

Da análise social e processual, houve crescimento da população carcerária, mas não da infraestrutura do sistema penitenciário, trazendo consequências como celas superlotadas, infraestrutura inadequada, um processo de ressocialização ineficaz (Marques, Fonseca, Brito, & Bezerra, 2012).

---

⁴¹ Acadêmica de Direito da URI, campus Santo Ângelo/RS. E-mail: anapbrum@aluno.santoangelo.uri.br.

⁴² Mestre em Direitos Especiais. Especialista em Direito Processual. Professor da URI, campus Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga. Advogado. E-mail: piresfilho@san.uri.br.

A falta de recursos financeiros também na carência de profissionais, uma vez que o número de agentes prisional é ínfimo favorecendo a ausência de uma maior fiscalização e controle do sistema penitenciário, contribuindo que as prisões sejam “administradas” pelos próprios detentos.

Ademais, o sistema prisional, além de punitivo, é desumanizante. A rotina carcerária é marcada pela superlotação, insalubridade e falta de assistência, o que compromete a saúde física e mental dos apenados. Depois de passado o medo da morte, a qual poderia ter truncado a esperança, ao retornar ao convívio da sociedade, o apenado enfrenta uma nova pena: o estigma social, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, a ausência de políticas públicas que o ampare pós-pena. Assim, cultiva o pensamento de que melhor estaria na prisão, pois se depara que a ressocialização nada mais é do que um ideal vazio.

A população carcerária brasileira é composta majoritariamente por indivíduos jovens, negros, pobres e oriundos de contexto de exclusão social. A recorrência desse perfil revela a seletividade penal e a ineficiência das políticas públicas para prevenção do cometimento de delito. A criminalidade, no cenário brasileiro, é o resultado da corrente ausência estatal no tocante da educação de qualidade, políticas de inclusão, segurança pública, oportunidades de trabalho, falta de apoio social, psicológico e de saúde.

Além disso, existe uma tendência à culpa coletiva, em que a pessoa suspeita é vista como criminoso, e o direito à defesa passa a ser relativizado. Há de se falar também do advogado criminalista, o qual é frequentemente atacado por “defender bandido”, uma vez que somente cumpre o seu papel preservando as garantias fundamentais.

Entretanto, é imperioso a criação de uma política pública que faça um recorte de gênero, focando na dificuldade que a mulher privada de sua liberdade enfrenta no processo de reinserção social, cabe mencionar que a dificuldade é maior que do homem, bem como o preconceito também, uma vez que quando se fala do masculino se tem uma noção falsa de naturalização da criminalidade por parte do gênero masculino.

O recorte de gênero é fundamental na medida de que a mulher por si só tem as suas particularidades, bem como a discriminação e o estigma são mais presentes quando se trata do sexo feminino. A mulher prisioneira enfrenta, na maioria das vezes, a rejeição da família, a perda de direitos parentais, inclusive, se torna a pessoa que menos recebe visitação enquanto está segregada.

A limitação do gênero se estabelece quando falamos da opressão social que a mulher vive em razão da seletiva penal estabelecida quando diz respeito às mulheres brancas e negras, pobres e ricas. Porém, a mulher pobre e negra é a que normalmente se encontra em situação vulnerável e excluída, onde se denota que a conjuntura da pobreza, raça e criminal se tornam nítida.

O Barbosa e Santos faz menção as mulheres que se encontram nas prisões brasileiras como sendo:

“...mulheres subalternizadas, discriminadas em razão da etnia, da classe e do gênero e desprezadas pela sociedade. São mulheres que resistem em uma sociedade que as ignora, resultando em sobrevivências miseráveis [...] São mulheres que deslizam às margens da conjuntura social, prisioneiras da sua própria sorte.”.

A mulher criminoso, assim rotulada pela sociedade, é normalmente, a pessoa que não possui estabilidade financeira ou profissional, possui marcas da pobreza,

vínculos familiares rompidos ou inexistentes, falta de instrução educacional, e, principalmente, vítima de várias formas de violência. Há de se mencionar que a maioria é responsável pelo sustento da casa e criação dos filhos, fator esse que implica para que as crianças permanecem com suas genitoras dentro do sistema penal e não com o genitor.

O ambiente prisional expõe as mulheres as situações de risco quando deixa de prestar assistência adequada e necessária, quanto a saúde mental e psicológica, sexual e reprodutiva, no tratamento de doenças, nutrição higiene e apoio social. A falta de assistência jurídica e interesse na ressocialização das presas também são fatores decisivos e importantes.

As ações envolvendo recorte de gênero somente são desenvolvidas no estado do Rio Grande do Sul, através de um projeto que é uma parceria entre a Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo (SJSPS) e o Grupo de Monitoramento e Fiscalização da Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, onde é oferecido a capacitação para a preparação de mantas térmicas para as pessoas em situação de rua.

A falta de um maior número de programas com recorte de gênero traz lucidez da baixa visibilidade que possuem as mulheres no sistema prisional. Como menciona Carnelutti, na sua obra, o processo penal, na maioria das vezes, transmuta o acusado em réu antes do trânsito em julgado, gerando uma atmosfera de culpa social que acaba por contaminar o julgamento. Essa questão está, ainda, mais presente no que concerne ao gênero feminino privado de sua liberdade que são rejeitadas pela família e amigos, ficando a mercê do sistema prisional, da sociedade, e da vida.

Beccaria (1764), no século XVIII, já defendia a ideia de que a educação seria o meio mais eficaz para prevenir o delito, ao invés da punição em excesso. Segundo ele, “o meio mais seguro, mas mais difícil, de tornar os homens menos inclinados a praticar o mal é o aperfeiçoamento da educação”. A ideia de um pensamento que surgiu no século XVIII, ainda, ecoa no século XXI, pois a falha do sistema prisional brasileiro está em não oferecer condições para que o indivíduo reveja seu percurso e construa um novo caminho. Essa inóvia se exacerba quando observada sob a ótica de gênero: as mulheres privadas de liberdade enfrentam não apenas o descaso institucional, mas também a dupla punição, pelo crime e pela ruptura com os papéis tradicionais de mãe e cuidadora, o que torna sua reinserção ainda mais difícil.

Dito isso, a ressocialização exige uma conduta que leve em consideração as especificidades de gênero, sobretudo no que diz respeito as mulheres encarceradas. A maioria delas chega no sistema prisional com marcas da violência, pobreza e abandono, sendo revitimizadas pela estrutura punitiva estatal e pela intolerância social. A cultura do encarceramento se encontra fortalecida por discursos de ódio e vingança que acabam dificultando sua reintegração e dando margem para a exclusão. O sistema carcerário acaba contribuindo para a destruição do “eu” feminino, ao invés de promover a reconstrução da subjetividade e da dignidade, o que desvia da finalidade da ressocialização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise proposta no presente trabalho evidencia que a ressocialização, mesmo prevista no ordenamento jurídico, ainda está distante de ser efetiva no sistema penal brasileiro. A leitura da obra “*As Misérias do Processo Penal*”, de Francesco Carnelutti, permite compreender que a função punitiva do Estado, quando dissociada

da função educativa e integradora, tende a perpetuar o ciclo de exclusão e reincidência.

A punição do estado tem como falso objetivo a reconstrução do sujeito, mas se evidencia a manutenção do sofrimento como dispositivo de controle social. Um dos erros graves do sistema penal é não oferecer formas do apenado(a) não se reintegrar na sociedade, porque apesar de estar prevista na Lei de Execuções Penais (LEP), a ressocialização é vista como uma utopia social.

Para superar a falência do sistema penal exige que os esforços aplicados para mudar a presente situação deve ser proporcional ao seu desafio, uma vez que há necessidade de mudança da gestão, dos programas de ressocialização, do acesso aos cuidados básicos, fazendo uma maior abordagem com as mulheres, principalmente, as que tem seus filhos juntas de si, dentro da penitenciária.

Barbosa e Santos (2019) evidenciam que as mulheres privadas de liberdade vivem à margem da conjuntura social, carregando consigo marcas de abandono, discriminação e violência. Nesse contexto, ressocializar sem considerar o recorte de gênero é insistir em um modelo penal que apenas reproduz as desigualdades. A efetivação da ressocialização, por si, exige que um direito que acolhe e transforme a sua condição de vida trazendo a imagem de uma mulher presa como a dona da sua própria história e não ré de um sistema falido.

A mudança de paradigma da lógica punitivista para uma justiça restaurativa, traz a necessidade de investir em políticas públicas que atuem na raiz dos problemas sociais, promovendo educação, saúde, trabalho e cidadania, sobretudo para mulheres, que enfrentam o sofrimento da maternidade em cárcere, o abandono afetivo e a exclusão social reforçada por uma cultura misógina e punitivista.

O oferecimento de capacitação profissional durante o tempo da segregação contribui para que as mulheres possam conseguir um emprego depois do cumprimento de sua pena, viabilizando que a independência, quebrando os paradigmas, reinserindo-a na sociedade, fazendo com que o objetivo se cumpra. Ademais, é importante que as presas tenham um acompanhamento contínuo e efetivo, de assistente social, psicóloga, médico, pós cadeia para que haja uma garantia maior e mais forte para que ela não venha a retornar ao mundo crime.

O acesso à educação também deve ser ofertado, uma vez que saber ler e escrever garante que as presas tenham uma maior habilidade profissional e também de conhecimento pessoal. Isso tudo porque ressocializar exige mais do que aprender, exige transformar a realidade das mulheres que são empurradas, numa dimensão maior do que os homens, para o crime.

REFERÊNCIAS

CARNELUTTI, Francesco. *As misérias do processo penal*. 3. ed. Trad. Antônio Roberto Hildebrandi. Leme: Edijur, 2023.

BARBOSA, L.; SANTOS, M. *Mulheres em prisões brasileiras: gênero, exclusão e invisibilidade*. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 27, n. 2, p. 87–102, 2019.

BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e penas*. 2. ed. Trad. Paulo M. Oliveira. São Paulo: Edipro, 2015.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 24 maio de 2025.

MARQUES, V. T., FONSECA, V., BRITO, C. M., & BEZERRA, R. (2012). *Perfil dos presídios sergipanos*. In V. T. Marques, K. B. Sposato, & V. Fonseca (Orgs.), *Direitos Humanos e política penitenciária* (pp. 109-145). Maceió: Ed. UFAL.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O Direito dos Oprimidos*. São Paulo: Cortez, 2010.

MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL E A (NÃO) REPRESENTAÇÃO CRIMINAL CONTRA O HOMEM AGRESSOR

Maria Eduarda Cipolat Gay⁴³

. Lizete Dieguez Piber⁴⁴

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Falar de violência é falar sobre um fenômeno biopsicossocial, resultado do processo de viver em sociedade, cujas faces se revelam e renovam ao longo do tempo. As manifestações de violência na vida das mulheres podem ser compreendidas a partir da análise de fatores históricos, sociológicos e antropológicos. Ela está presente nos contextos das relações estruturadas por homens e mulheres, como uma produção intrínseca dos sistemas patriarcal e capitalista. Destina-se ao controle da vida, do corpo e da sexualidade das mulheres por homens, grupos de homens, instituições e estados. Sob diversas formas e intensidades, a violência doméstica e familiar contra as mulheres é recorrente e presente no mundo todo, motivando crimes hediondos e graves violações de direitos humanos.

A manifestação da violência na vida da mulher pode ser compreendida a partir de um fator que define a violência doméstica: o ato violento como algo que está ligado ao poder, sendo assim o que ocorre é uma conversão de diferenças biológicas hierárquicas do homem em relação à mulher, com finalidade de dominar e oprimir (Hayeck, 2009). Para Teles e Melo (2002), violência de gênero se expressa numa relação de poder, de dominação do homem e de submissão da mulher. Demonstra que os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, induzem relações violentas entre os sexos e indica que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas, gerando violência contra mulher.

As lutas das mulheres têm organizado ferramentas para enfrentar essa relação de poder patriarcal através de dispositivos legais, tais como a Lei Maria da Penha, Lei 11.340 e a Lei do Feminicídio, Lei 13.104, dentre outros dispositivos como Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres – DEAMs, que buscam garantir os direitos humanos às mulheres, porém reiteradamente observa-se que as mulheres que chegam até a DEAM, registram Boletim de Ocorrência contra o homem agressor (marido, ex-marido, companheiro, ex-companheiro), solicitam medida protetiva e quando chegam até o Juiz de Direito, no momento processual posterior “retiram a denúncia” e negam-se a representar judicialmente contra o agressor.

A cidade de Santo Ângelo já se mostrou muito violenta contra mulheres como consta no Relatório de Pesquisa “Violência de Gênero” (Piber, 2017), onde apenas no ano de 2016 o município apresentou cinco casos de feminicídios, um número muito alto para uma cidade do interior. Torna-se, portanto, importante compreender quais são as interferências e as características da violência doméstica no município.

Nessa conjuntura, a pesquisa tem como objetivo geral analisar as razões da não representação criminal por parte das mulheres em situação de violência conjugal

---

⁴³ Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI – campus de Santo Ângelo. Acadêmico (a) do curso de Psicologia. E-mail: mariaecgay@aluno.santoangelo.uri.br

⁴⁴ Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI / Campus Santo Ângelo/RS. Orientadora da Pesquisa. Mestra em Educação. Professora do curso de Psicologia. E-mail: lizeted@san.uri.br

e que registraram ocorrência em uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM). Os objetivos específicos são: conhecer as histórias de vida das mulheres em situação de violência que registraram ocorrência policial; compreender as queixas que originaram o registro da ocorrência na DEAM; identificar as condições psicossociais da vida da mulher em situação de violência conjugal; identificar as estratégias utilizadas pelas mulheres para lidar com as vivências de violência conjugal; entender as características sócio, econômicas e emocionais que sustentam a relação conjugal e identificar como as mulheres em situação de violência conjugal percebem as respostas institucionais que são oferecidas a seus conflitos.

A metodologia utilizada para a pesquisa foi a entrevista semiestruturada com as mulheres que denunciaram e posteriormente não representaram criminalmente contra o seu agressor. Como não foi constituída amostra previamente, todas as mulheres que no recorte temporal estabelecido que fizeram registro de ocorrência e após renunciaram, “desistiram” de representar criminalmente e foram indicadas pelo Ministério Público, instituição coparticipante, foram abordadas como possíveis participantes da pesquisa. A Instituição coparticipante Ministério Público obteve o consentimento para participação, expresso através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Na sequência, a instituição encaminhou os contatos para as pesquisadoras. As entrevistas foram agendadas e ocorreram em local adequado à participante. Foram gravadas e depois de transcrita, o áudio foi descartado. O contato inicial das pesquisadoras com as participantes se deu por aplicativo de mensagens, telefonemas e as entrevistas foram realizadas de forma presencial. Foram entrevistadas sete mulheres, três representaram criminalmente mas se disponibilizaram para falar sobre seus casos, três não representaram e uma não realizou a denúncia, mas foi indicada por entidade parceira (Centro de Referência de Atendimento à Mulher), as entrevistadas estão nomeadas em casos (I, II, III, IV, V, VI e VII). Em relação às perguntas realizadas nas entrevistas, seguiram os questionamentos de violência, acerca de denúncia, não representação, família e relacionamento. A análise se deu por intermédio da e análise de conteúdo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como a pesquisa se dá em decorrência de três entrevistas realizadas em 2023, que são os casos I, II e III que representaram criminalmente e permanecem com seus companheiros, as entrevistas realizadas em 2024 os casos IV, V, VI e VII em que não ocorreram representação criminal. Pode-se pensar em primeiro momento que a dificuldade de encontrar mulheres dispostas a compartilhar suas histórias de violência doméstica/conjugal e não representação condiz de um não querer recordar da negatividade do acontecimento ou não estar preparada para relatar sobre. Mas, em um segundo momento, é possível encontrar mulheres que não representaram, e que não continuam com seus companheiros, com exceção das participantes I, II e V que permanecem com seus companheiros.

Encontra-se algumas similaridades e destaques individuais - mas que são naturalizados nas relações conjugais violentas - nas narrativas e vivências dessas mulheres, como no caso I e II em que as vítimas relatam que não se sentem seguras com relação ao seus companheiros. No caso III a participante apresenta uma história transgeracional, a qual ela tenta colocar fim, pois é um ciclo que permanece de sua mãe até sua filha. Para Hirigoyen (2006) a transgeracionalidade é uma história de agressões e maus tratos que se naturaliza nas gerações seguintes.

Em seguimento aos casos, as entrevistadas IV e VI não representaram criminalmente e não estão em um relacionamento amoroso com os agressores, diferente da participante V que não representou e continua com o companheiro. A participante do caso VII não realizou a denúncia. Os casos da segunda parte, IV, V, VI e VII compartilham de duas histórias de violências doméstica, uma repetição de relacionamentos conjugais e violentos. Para Laplanche e Pontalis (2001) compulsão à repetição é definida no seu dicionário psicanalítico como algo em que o sujeito se coloca em experiências desagradáveis mais de uma vez.

A violência psicológica foi extremamente presente nas relações conjugais dessas mulheres, os discursos são repletos de vivências sobre os abusos emocionais que são reconhecidos, como no caso VI e VII, em que comparam e então consideram pior a violência psicológica do qualquer outra violência, isso se dá porque essa violência é causadora de grande impacto que não são vistos no corpo, mas na saúde mental. Para Adeodato *et al.* (2005) tem efeitos que são invisíveis para os outros e acabam diminuindo a autoestima da mulher e o respeito próprio, o que pode fazer com que ela não se sinta vista e reconhecida em sua subjetividade. Segundo o CIANFA (2018), a violência psicológica pode atrapalhar na autoestima da mulher, autoconfiança e interferir na vida social, na perda de identidade e autonomia, na dificuldade em estabelecer relações e ainda outras consequências graves para a saúde mental da mulher.

A insegurança de sair na rua após realizar o boletim de ocorrência e ter a medida protetiva também surge, as participantes relatam seus medos e o cuidado quando atravessam a rua e os lugares que frequentam, essas mulheres estão oprimidas de uma maneira tão drástica, que mesmo após não estarem mais em seus relacionamentos continuam com receio. Para Foucault (2005) a violência é uma forma de dominação e imposição. Aquelas que permanecem com seus companheiros e realizaram a representação, relatam uma insegurança na presença do companheiro. Para Pasinato (2004) a intervenção judicial é uma maneira da mulher ter o poder, denunciar e representar torna possível sair da posição que a mulher ocupa, mas não é algo simples, pois como dito por elas os receios e medos permanecem. Muitas vezes não conseguindo nem denunciar, como no caso VII. Uma das razões apontadas por Larrauri (2008), é o medo da vingança, o que faz com que não se realize um boletim de ocorrência.

Questionadas sobre a razão da não representação contra seus agressores, as vítimas manifestam que sentem pena dos seus ex-companheiros e também em razão dos seus filhos, como nos casos IV, V e VI. Para Larrauri (2008), existem seis razões para as mulheres retirarem suas denúncias e uma delas é em decorrência dos seus filhos. Stuker (2016) apresenta que mesmo que se espera uma reação a violência sofrida, muitas vezes o poder que as mulheres têm de dar um fim em suas relações é em nome das crianças e não exatamente por si próprias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período de agosto de 2022 a julho de 2024, realizou-se a pesquisa “Mulheres em situação de violência conjugal e a (não) representação criminal contra o homem agressor” Acerca dos casos retratados, I, II e III em que ocorreu uma grande resistência em conseguir participantes que não representaram criminalmente, muitas vezes as mulheres demonstraram estar movidas pela vergonha ou pelo desejo de não querer mais se vincular ao assunto. O caso I e II as vítimas ainda não se sentem seguras com relação ao seus companheiros, já o caso III apresenta uma história de

violência doméstica transgeracional a qual entrevista tenta colocar fim. As três trazem em seus discursos se sentirem transformadas, após elas terem realizado as intervenções judiciais com seus parceiros a situação mudou. Para Brandão (1998), a suspensão do processo judicial e da queixa é um instrumento de negociação entre a vítima e seu parceiro como uma maneira de transformação da relação conjugal ou dissolução. Essas três mulheres não apresentam uma história de não-representação criminal, apenas de desistência em certos momentos, isso já demonstra o significado que o fator da não-representação criminal carrega para essas mulheres, que as fazem negar de falar sobre a violência sofrida.

Nos demais casos, foi viável encontrar mulheres que não representaram criminalmente, mas todas em algum momento solicitaram medida protetiva, exceto a participante VII que não realizou a denúncia e as participantes como o caso V e VI que optaram por não representar. O que está presente nos discursos dessas mulheres é a maternidade como um fator importante para o fim de suas relações conturbadas e violentas, como no caso VII em que a participante compartilha que o momento em que os seus filhos presenciaram a violência foi quando ela soube que era necessário dar um fim à relação. Todavia o caso da participante V que não representa, pois tem uma filha com o agressor e pensa nela, essa renúncia em razão da filha pode ser entendida por uma construção social da maternidade, em que anula as próprias vontades em razão dos filhos (Stuker, 2016). Assim como narrado nos casos, as vítimas apresentam dois relacionamentos amorosos em suas vidas, e desde muito jovens repletos de violência, Hirigoyen (2006) afirma que toda violência é psicológica. Para completar a tese, Lima e Werlang (2011) afirmam que o excesso de uma realidade cotidiana pode acarretar em uma desilusão e assim uma forma de expressão seria a repetição.

Nessa conjuntura, mensurar a negativa da representação judicial, com a consequente punição legal do homem violentador e compreender as razões da mulher em manter-se fixa em relações que a desqualificam e podem inclusive levar a sua eliminação física (feminicídio), apontam a relevância da proposta de investigação para a Psicologia e para a Universidade, que pode produzir ferramentas para auxiliar o desenvolvimento de uma postura protagonista com as mulheres auxiliando-as a perceberem-se competentes para construir outras possibilidades de viver relações, inclusive amorosas, ao mesmo tempo em que se atribui sentido a uma Universidade comunitária, articulada aos anseios e demandas da sociedade e capaz de produzir relevantes contribuições no cenário das relações e dos direitos humanos. Com isso, conclui-se que a pesquisa se mostrou de suma importância, pois possibilitou a escuta e a evidência da luta contra violência doméstica, a dificuldade de encontrar mulheres que não representam criminalmente e continuam com seus agressores, pois apenas uma entre sete casos é uma mulher que não representou e continua com seu agressor, o que demonstra o peso significativo desse fator. A proposta de investigação trouxe significativos benefícios para as mulheres, ao possibilitar um lugar de fala, de reflexão e até encaminhamentos terapêuticos para suas dores, além de trazer benefícios para a área de conhecimento, para a Psicologia, o Grupo de Pesquisa e a Universidade, que poderá desenvolver ferramentas para qualificar ainda mais as ações da rede de proteção à mulher, contribuindo na construção de relações amorosas pautadas no respeito, na emancipação e nos direitos humanos. Faz-se necessário continuar incansavelmente auxiliando essas mulheres para que seja possível concretizar a campanha do Feminicídio Zero, cujo lema é “Nenhuma violência deve ser tolerada” (Ministério das Mulheres, 2024).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha**. Brasília, DF.

BRASIL, Ministério das Mulheres. **Filme da campanha Femicídio Zero traz exemplos de como pessoas próximas podem apoiar a mulher em situação de violência**, 20 de Ago 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2024/agosto/filme-da-campanha-femicidio-zero-traz-exemplos-de-como-pessoas-proximas-podem-apoiar-a-mulher-em-situacao-de-violencia>> Acesso em: 21 de Ago. 2024.

BRANDÃO, Elaine Reis. Violência conjugal e o recurso feminino à Polícia. In: BRUSCHINI, Cristina; HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Horizontes Plurais: **Novos Estudos de Gênero no Brasil**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.

CIANFA, Solange Ferrari. **Tratamento de Traumas por Violência em Perdizes**. 2018. Disponível em:< <http://www.solferrari.psc.br/tratamento-de-traumas-porviolencia-em-perdizes.php>.> Acesso em 22 de Ago. 2024.

FOUCAULT, Michel (1974). **A verdade e as formas jurídicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: NAU, 2005.

GIFFIN, K. Gender Violence, Sexuality and Health. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 10 (*supplement 1*): p. 146-155, 1994.

HAYECK, C. M.. Refletindo sobre a violência. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**. ano 1, vol. 1, 2009. Disponível em: http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Refletindo%20sobre%20a%20viol%C3%Aancia.pdf. Acesso em julho de 2023.

HIRIGOYEN, M. **A violência no casal**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. **Vocabulário de psicanálise**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 17

LARRAURI, Elena. **Mujeres y Sistema Penal: Violencia doméstica**. Buenos Aires: IBdef, 2008.

LIMA, G. Q.; WERLANG, B. S. G. Mulheres que sofrem violência doméstica: contribuições da psicanálise. **Psicologia Em Estudo**, v. 16, n. 4, p. 511–520, 2011.

PASINATO, Wânia. **Delegacias de Defesa da Mulher e Juizados Especiais**

PIBER, L. D. **Violência de Gênero: Ouvindo familiares dos agressores e das mulheres vitimadas**. Relatório de Atividades, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões: Santo Ângelo, 2017.

STUKER, Paola. **Entre a cruz e a espada: Significados da renúncia à representação criminal por mulheres em situação de violência conjugal no contexto**

da Lei Maria da Penha. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

TELES, M. A. de A.; MELO, M. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

OS DESAFIOS ATUAIS DA RESSOCIALIZAÇÃO DE APENADOS NO BRASIL

*Ana Clara Naressi da Silva
Milena Jost Burtzlaff
Mário Luis Oliveira dos Santos*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O sistema penitenciário brasileiro encontra obstáculos ao reintegrar os indivíduos apenados na sociedade, visto que os métodos tradicionais utilizados e situações enfrentadas dificultam a eficácia do sistema prisional, que deveria punir pelo ato delitivo sem limitar-se a isso, mas também garantindo a possibilidade de ressocialização. Nesse contexto, a pesquisa tem por finalidade desenvolver estudo sobre os desafios atuais na ressocialização de apenados no Brasil. Assim, orienta-se pelo questionamento: a premissa do atual sistema, sendo voltada para a punição de crimes no âmbito da justiça, ao mesmo tempo que deve garantir suporte na reintegração, é efetiva nos dias atuais do cenário nacional?

Dessa forma, o presente resumo expandido justifica-se no âmbito social, visto que o sistema penitenciário impacta diretamente na sociedade por meio do seu dever de garantir a segurança da população no momento em que cumpre a função preventiva da pena. Por isso, seu objetivo é compreender o modo de funcionamento do sistema carcerário e suas alternativas, suas consequências no indivíduo e na sociedade, além de ponderar sobre sua efetividade. A metodologia utilizada encontra-se no método hipotético-dedutivo e no procedimento analítico e monográfico, com utilização de pesquisa indireta bibliográfica e documental, abordando os principais pontos relevantes ao entendimento do leitor.

A ORIGEM E A BASE LEGAL DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Em primeiro momento, é importante entender a origem do sistema prisional e das punições aplicadas aos crimes, bem como sua base legal. A fórmula crime-prisão dependeu do desenvolvimento complexo dos grupos sociais assim como da formação dos governos e Estados, uma vez que o conceito de crime sempre acompanha uma previsão legislativa, tal como leciona Tatiana Chiaverini em sua obra “Origem da Pena de Prisão” publicada em 2009.

Ainda segundo a autora, a origem do sistema penitenciário é comumente associada aos cleros e mosteiros da idade média onde aqueles que não cumpriam com suas obrigações eram isolados em celas para que se reconectassem com Deus. Utilizando-se dessa base a sociedade desenvolveu e dissipou um sistema penitenciário que, ao decorrer do tempo, procurou tornar-se mais humanitário, deixando de lado o entendimento da punição como espetáculo descrito por Michel Foucault em sua obra Vigiar e Punir (FOUCAULT, 2014), embora ainda não se possa dizer que alcançou a plenitude da humanização.

Na atualidade, a Constituição Federal Brasileira e em especial o Código Penal materializam o direito de punir do Estado voltado para a privação ou restrição de liberdade, entre outros, tal como leciona no Artigo 5º da Constituição, inciso XLVI. Ainda, no inciso XLIX, é assegurado aos apenados o respeito à integridade física e moral (BRASIL, 1988).

Ademais, a Lei de Execução Penal de nº 7.210/1984 em seu primeiro artigo discorre sobre o objetivo da execução penal que, além de efetivar as sentenças proferidas e decisões criminais, visa proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado (BRASIL, 1984). Esses fatores, até então assegurados por lei, entram em conflito com a realidade vivenciada pelo sistema prisional no que concerne à superlotação das unidades prisionais, condições precárias, violência e conflitos internos, carência de programas de reabilitação, inadequação do atendimento psicológico e social dentre outros explorados neste trabalho de pesquisa, além da dicotomia entre a realidade proposta pela LEP e a situação atual brasileira incapaz de atingir essa previsão.

O sistema penitenciário brasileiro possui, para além da legislação, órgãos encarregados da gestão e fiscalização do sistema prisional no país, como o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), que coordena e orienta as políticas penitenciárias em nível nacional, e o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), que formula e propõe a política criminal e penitenciária nacional.

FUNCIONAMENTO E CONDIÇÕES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Nesse contexto, destaca-se que a principal característica do sistema penitenciário atual está na superlotação de pessoas que não se amedrontam diante da pena, ou seja, praticam os mais variados crimes, tratando com indiferença a possibilidade da punição. Por conta disso, “um dos grandes desafios do penitenciarismo atual é a compatibilização da prática penitenciária com as leis ou os regulamentos disciplinadores da execução penal” (LEAL, 1998, p. 42), o que impacta diretamente o indivíduo e torna a prisão uma fábrica de reincidências. Isso enfatiza a falha na função preventiva da pena, a qual deveria ser responsável por evitar a prática de crimes, afastando potenciais desobediências à lei por meio da ameaça de sanção.

Dessa forma, vivendo em um local onde se encontram aprisionadas milhares de pessoas sem assistência, jamais poderia o indivíduo empenhar-se na possibilidade da ressocialização. No dia a dia, os prisioneiros vivem a precariedade, com celas superlotadas, falta de água e luz, além do tráfico interno onde precisam adentrar a uma facção para sobreviver. Ainda, os cárceres femininos expressam ainda mais o tratamento desumano. Em muitos desses, por exemplo, o encarceramento é feito sem nenhuma separação, ou seja, “não têm sessão para gestante e parturiente e creche para o menor desamparado cuja mãe ou responsável estiver detida” (LEAL, 1998, p. 59). Além disso, os casos de doenças são frequentes, conforme apresentado na obra “As marcas do cárcere” de Leandro Ayres França, que aponta a tuberculose e o HIV como as principais (FRANÇA, 2016).

Além da rotina de saúde e convivência inseguras, os métodos de punição tornam-se falidos na situação atual. Esses, deixam de proteger os direitos humanos fundamentais, mostrando que o modelo carcerário atual necessita de mais atenção. Por conta disso, “a incúria do governo, a indiferença da sociedade, a lentidão da justiça, a apatia do Ministério Público e de todos os demais órgãos da execução penal” (LEAL, 1998, p. 69) são grandes colaboradores da desordem, já que a verdadeira melhoria depende do esforço conjunto do Governo e da comunidade.

Ademais, tal informação se comprova ao analisar o julgamento do RE (Recurso Extraordinário) 641.320/RS, que teve como relator o Ministro Gilmar Mendes. Na argumentação do Ministro Celso de Mello durante seu voto, ele destacou:

“A situação precária e caótica do sistema penitenciário brasileiro, cuja prática, ao longo de décadas, vem subvertendo as funções primárias da pena, constituindo, por isso mesmo, expressão lamentável e vergonhosa da inércia, da indiferença e do descaso do Poder Executivo, cuja omissão tem absurdamente propiciado graves ofensas perpetradas contra o direito fundamental, que se reconhece ao sentenciado, de não sofrer, na execução da pena, tratamento cruel e degradante, lesivo à sua incolumidade moral e física e, notadamente, à sua essencial dignidade pessoal”. (Brasil, Supremo Tribunal Federal, 2011)

Ainda de acordo com o Ministro, a situação dramática e cruel constatada no modelo penitenciário nacional constitui um conflito, visto que as declarações formais de direitos contempladas no texto constitucional, convenções internacionais e resoluções das Nações Unidas, são descumpridas pelo Poder Executivo, a quem incumbe viabilizar a implementação do que prescreve e determina a lei. Assim, o Estado não tem garantido o direito básico do sentenciado de receber tratamento penitenciário justo e adequado, que não implique exposição do condenado a meios cruéis ou moralmente degradantes, fazendo-se respeitar um dos mais expressivos fundamentos que dão suporte ao Estado Democrático de Direito: a dignidade da pessoa humana. Além disso, o Poder Executivo, que deveria construir estabelecimentos penitenciários, viabilizar a existência de colônias penais e de casas do albergado, além de prover os recursos necessários ao cumprimento da própria Lei de Execução Penal, não tem adotado as medidas essenciais ao adimplemento de suas obrigações legais, muito embora a legislação preveja isso. Esse inadimplemento não pode repercutir, de modo negativo ao sentenciado, frustrando-lhe o exercício de direitos subjetivos a ele assegurados, sob pena de configurar-se excesso de execução.

Assim, entende-se que “treinar homens para a vida livre, submetendo-os a condições de cativeiro, afigura-se tão absurdo como alguém se preparar para uma corrida ficando na cama por semanas” (THOMPSON, 1976, p. 44), ou seja, também é necessário trazer a justiça integrativa em um momento anterior ao cativeiro, já que se torna impossível ressocializar um indivíduo que sequer foi antes socializado.

A EFICÁCIA DO SISTEMA ATUAL E SEUS EFEITOS SOBRE O INDIVÍDUO

Nesse sentido, o Doutor em Estudos Comparados sobre as Américas pela UnB (Brasília, DF, Brasil), professor de Sociologia da Universidade de Brasília e pesquisador do CNPq, Arthur Trindade M. Costa, dividiu a justiça criminal em eficiência, eficácia e efetividade. Essa divisão compreende a eficácia como referente aos efeitos da punição sobre as ocorrências criminais.

Ante exposto anteriormente, compreende-se que a realidade vivenciada pelo sistema carcerário brasileiro caminha por rumos distintos do idealizado na lei, compreendendo-o como “um dos temas mais difíceis e complexos e uma das maiores violações de direitos humanos que ocorre no Brasil”, afirmação do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Luís Roberto Barroso em evento realizado na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, em outubro de 2023. Nesse sentido, destaca-se ainda a influência social, no momento em que o Poder Judiciário sofre a pressão da sociedade que foca apenas na punição do indivíduo e criação de leis para tal. Entretanto, permanece o questionamento: a prisão seria realmente a melhor resposta em todos os casos?

Ademais, conforme a ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) 347 MC de 2015, requerida pelo Partido Socialismo e Liberdade - PSOL

e que teve como relator o Ministro Marco Aurélio, entende-se a necessidade de mudança no sistema. Essa, teve em sua fundamentação tópicos como a situação atual do sistema prisional brasileiro, a crescente violação de direitos humanos e o papel do Supremo Tribunal Federal em garantir o mínimo existencial. De acordo com o presidente, os detentos podem ser privados de liberdade, mas não de dignidade. Ele argumenta que a decisão tem um interesse social, partindo da ideia de que um sistema penitenciário inadequado alimenta a criminalidade. Além disso, destaca-se o reconhecimento do STF sobre a ocorrência do estado de coisas inconstitucionais, que representa essa violação massiva de direitos fundamentais no sistema carcerário ao comprometer a eficácia da pena e promete desenvolvimento de soluções e melhorias à rotina carcerária.

Nesse sentido, torna-se mister explorar o conceito da reeducação no sistema prisional e reconhecer as políticas já implementadas nesse viés. Quanto à reeducação, Brenda Samara da Silva leciona:

“A reeducação no sistema prisional é uma questão fundamental para a promoção da justiça e para a redução da violência e da reincidência criminal. A reeducação pode ser entendida como um processo de transformação do detento, com o objetivo de prepará-lo para o retorno à sociedade após o cumprimento da pena. Nesse sentido, a oferta de atividades educacionais, profissionalizantes e de assistência social é fundamental para o sucesso do processo de reeducação.” (Silva, 2023)

A partir dessa premissa, também é importante reconhecer as políticas de reeducação já adotadas, como o Projeto Começar de Novo, criado em 2009 pela Resolução nº 96/2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O projeto busca apoiar a reintegração social de presos, ex-detentos e pessoas em cumprimento de penas alternativas. Atua em nível estadual, envolvendo órgãos públicos e a sociedade civil em ações culturais, sociais e de capacitação profissional, com o objetivo de reduzir a reincidência criminal (TJPA, 2014).

A eficácia dessas medidas vem sendo analisada por estudos que indicam avanços, mas também desafios. Segundo o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), programas de reeducação podem reduzir a reincidência para cerca de 30%, em comparação aos 50% registrados entre os que não participam. No entanto, a falta de recursos, a baixa qualificação profissional e a superlotação dificultam os resultados (DA SILVA, 2023). Dessa forma, para aumentar a efetividade desses programas, é fundamental investir em recursos, capacitação e políticas públicas que favoreçam a reintegração dos apenados, além de mecanismos de fiscalização que assegurem o cumprimento das diretrizes legais, que vão além da punição e visam a reintegração social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, conclui-se que o estudo desenvolvido acerca do sistema carcerário atual brasileiro é de suma importância, pois busca conscientizar e informar sobre a necessidade de mudança na sociedade. Entende-se, portanto, que o sistema utilizado atualmente pelas penitenciárias é falho em diversos pontos, visto que sua realidade se distancia do disposto em lei. Nesse sentido, responde-se ao questionamento inicial: a premissa do atual sistema, sendo voltada para a punição de crimes no âmbito da justiça, ao mesmo tempo que deve garantir suporte na reintegração, é efetiva nos dias atuais do cenário nacional?

Dessa forma, compreende-se que os fatores históricos, sociais e culturais influenciam diretamente no funcionamento do sistema, tornando-o classicista e ineficiente. Assim, evidencia-se o fato de que o Direito Penal se expande além do cárcere, indo até a realidade social dos indivíduos antes dele. Por conta disso, ainda que na tentativa de ressocializar, se torna necessário que sejam tomadas medidas preventivas de socialização e conscientização, buscando que o indivíduo esteja em condições que não tornem o crime um caminho único.

Portanto, é necessário que as medidas atuais sejam reestruturadas, tornando-se capazes de verdadeiramente ressocializar o indivíduo, ao mesmo tempo que devem punir pelo crime cometido, focando no equilíbrio, na reeducação e reformulação do que vêm sendo exercido desde o início dos tempos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 347 MC de 2015**. Relator: Ministro Marco Aurélio. Brasília, 09 de setembro de 2015. Cadernos de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: Concretizando Direitos Humanos. Brasília, p. 65-77, 2024. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2024/06/cadernos-stf-pessoasprivadasliberdade-5.pdf>. Acesso em 10 de setembro de 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário n. 641.320-RS**, rel. min. Gilmar Mendes, julgado em 03 fev. 2011, Plenário. Brasília, DF: STF, 2011. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=6423622>. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Brasília, DF: Senado Federal, 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em 10 de setembro de 2024.

CHIAVERINI, Tatiana. **Origem da Pena de Prisão**. 1. ed. São Paulo, 2009.

COSTA, Arthur T. M. **(In)efetividade da justiça criminal brasileira: uma análise do fluxo de justiça dos homicídios no Distrito Federal**. Civitas - Revista de Ciências Sociais, v. 15, p. 11–26, 2015. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2015.1.17088>. Acesso em: 10 de setembro de 2024

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 42. ed. Petrópolis, 2014.

FRANÇA, Leandro Ayres. **As marcas do cárcere**. 1. ed. Porto Alegre, 2016.

LEAL, César Barros. **Prisão: Crepúsculo de uma era**. 1. ed. Belo Horizonte, 1998.

LOURENÇO, Margareth. **Sistema prisional é uma das maiores violações de direitos humanos no Brasil, diz presidente do STF e do CNJ**. Agência CNJ de Notícias, Brasília, 27 out. 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/sistema-prisional-e-uma-das-maiores-violacoes-de-direitos-humanos-no-brasil-diz-presidente-do-stf-e-do-cnj/>. Acesso em: 11 de set. 2024.

SILVA, Brenda Samara da. **A eficácia do sistema prisional brasileiro: reeducação vs reincidência**. 2023. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Arcos, 2023.

THOMPSON, Augusto. **A questão penitenciária**. Petrópolis, 1976.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO, SEXUALIDADE E DISCRIMINAÇÃO: RELATOS BASEADOS NAS INTERVENÇÕES REALIZADAS. NO PET-SAÚDE EQUIDADE¹

Gabriela Slodkowski Nunes⁴⁵

Rafaela Luz Kulinski⁴⁶

Lizete Dieguez Piber⁴⁷

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho pretende analisar como o projeto Programa de Educação pelo Trabalho para Saúde (PET - EQUIDADE E SAÚDE), desenvolvido pelo Ministério da Saúde, surge no contexto da necessidade de combate às diversas formas de violência contra as mulheres, com um foco particular naquelas que se manifestam em relação à orientação sexual, identidade de gênero e gênero, a partir de ações diretas com os trabalhadores e trabalhadoras do SUS. Diante da tese, busca induzir os profissionais do ramo da saúde pública a contribuírem com a diminuição da discriminação e violência de gênero, a partir de intervenções práticas elaboradas pelo Grupo Tutorial 3 (Eixo 2) da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) - campus Santo Ângelo.

Instituído pela Portaria Interministerial nº 1.802, de 26 de agosto de 2008, o PET-Saúde tem como fundamento a educação pelo trabalho, constituindo-se em uma iniciativa direcionada ao fortalecimento das ações de integração entre ensino, serviço e comunidade, por meio de atividades que abrangem o ensino, a pesquisa, a extensão universitária e a participação social. Nesse sentido, o projeto PET - EQUIDADE E SAÚDE, em parceria com os cursos de Direito, Educação Física, Enfermagem, Farmácia e Psicologia, que constituem o Grupo Tutorial 3 (Eixo 2), busca promover a integração entre esses elementos, visando à melhoria das práticas profissionais e ao enfrentamento das questões relacionadas à violência de gênero no contexto da saúde pública.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

O relativo resumo expandido surgiu como uma forma de compilar as informações obtidas através dos estudos do PET referentes aos temas relacionados à violência de gênero abordados durante o segundo semestre de 2024 e, também, propiciar o relato das intervenções realizadas dentro do âmbito da saúde, tendo sido realizadas visitas na Secretaria de Saúde, no Setor de Atendimento Especializado (SAE) e no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Outrossim, o assunto estudado foi minuciosamente trabalhado e apresentado em intervenções realizadas dentro do

---

⁴⁵ Acadêmica de Direito. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Bolsista do PET – SAÚDE EQUIDADE. gabrielanunes@aluno.santoangelo.uri.br

⁴⁶ Acadêmica de Direito. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Bolsista do PET – SAÚDE EQUIDADE. rafaelalkulinski@aluno.santoangelo.uri.br.

⁴⁷ Professora do curso de Psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões-campus Santo Ângelo, Psicóloga, Mestre em Educação Brasileira. Tutora do PET – SAÚDE EQUIDADE.

CAPS, dessa forma, a subsequente discussão apresentará o conteúdo abordado e sua relação com os(as) trabalhadores(as) da saúde, relacionando com os temas de saúde e equidade.

Preliminarmente, cabe introduzir a finalidade do Programa de Educação Tutorial - PET no âmbito do Ministério da Educação, esclarecido na Portaria nº 976, de 27 de Julho de 2010, em seu artigo 2º: O PET constitui-se como um programa de educação tutorial desenvolvido em grupos organizados a partir de cursos de graduação das instituições de ensino superior do País, orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Os objetivos determinados pela legislação mencionada, que foram desenvolvidos pelo Grupo Tutorial 3 (Eixo 2) da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai (URI), no qual mantém a síntese do mediante estudo, são as seguintes:

I - desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar; II - contribuir para a elevação da qualidade da formação acadêmica dos alunos de graduação; III - estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica; IV - formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior no país; V - estimular o espírito crítico, bem como a atuação profissional pautada pela cidadania e pela função social da educação superior; VI - introduzir novas práticas pedagógicas na graduação; (Incluído pela Portaria MEC nº 343, de 24 de abril de 2013) VII - contribuir para a consolidação e difusão da educação tutorial como prática de formação na graduação; e (Incluído pela Portaria MEC nº 343, de 24 de abril de 2013) VIII - contribuir com a política de diversidade na instituição de ensino superior-IES, por meio de ações afirmativas em defesa da equidade socioeconômica, étnico-racial e de gênero. (Incluído pela Portaria MEC nº 343, de 24 de abril de 2013)

Dessa forma, ao considerar os objetivos do PET, especialmente aqueles voltados à promoção da cidadania, da função social da educação superior e da valorização da diversidade, torna-se evidente a relevância de incorporar temáticas como a equidade e a violência de gênero nas práticas acadêmicas. A articulação entre ensino, pesquisa e extensão prevista no programa cria um espaço propício para o desenvolvimento de ações que problematizam essas questões e contribuam para a formação crítica dos estudantes, preparando-os para atuar de maneira ética e transformadora nos diferentes contextos sociais, inclusive no sistema de saúde.

Nesse sentido, a contextualização de termos cotidianos relacionados à violência de gênero se faz imprescindível para a formação do conhecimento íntegro do assunto e auxiliar na efetividade da implementação da equidade dentro do sistema de saúde, tanto aos trabalhadores quanto aos pacientes. Assim, a equidade pressupõe *dar tratamento desigual aos desiguais, na medida de suas desigualdades*, ou seja, conforme Neri Junior (1999, p.42) “Dar tratamento isonômico às partes significa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades”. Entretanto, a violência e a discriminação influenciadas por estruturas socioculturais impossibilitam a concretude desse ideal.

Historicamente, a sociedade foi construída com base em uma estrutura patriarcal, ou seja, um sistema social, político e econômico em que a figura masculina é o centro do poder e exerce o controle sobre as mulheres e outros grupos marginalizados, como a população LGBTQIA+. O patriarcado, conforme o sociólogo francês Pierre Bourdieu, se consolidou por meio de leis, normas culturais e religiões que reforçam a ideia de que as mulheres deveriam submeter-se aos homens, restringindo seus acessos à educação, à autonomia financeira e à participação política. Durante séculos, essa divisão de papéis de gênero foi naturalizada e perpetuada pela força das instituições e pela violência como mecanismo de controle, adaptando-se às mudanças sociais, mantendo privilégios masculinos e limitando a emancipação feminina e a de outros grupos minoritários.

Portanto, cabe o entendimento do conceito de gênero dentro desse ambiente de desigualdade social. Assim, o gênero refere-se a definição que foi construída ao longo da formação da sociedade do que se entende como o papel, função ou comportamento esperado de alguém com base em seu sexo biológico, ou seja, categoriza e polariza as atribuições dadas aos homens e mulheres. Segundo Rosângela Angelin e Noli Bernardo Hahn, na obra “Movimentos Feministas e a Vida das Mulheres”, o gênero é um “elemento constitutivo da experiência de todas as pessoas e da organização das relações sociais, e é a sua constituição, tanto do ponto de vista das prescrições normativas quanto das diversas formas de resistência e construção de alternativas, que tem implicado em diversas formas de violência praticadas contra as mulheres”. Em vista disso, a violência, normalizada pela estrutura patriarcal, se manifesta como um produto das relações desiguais entre os distintos gêneros e pode ser observada na forma de agressão física, psicológica, sexual ou simbólica.

Por conseguinte, a violência de gênero é qualquer ato violento cometido com base na identidade de gênero ou orientação sexual de um indivíduo, sendo, também, uma das formas mais brutais de manutenção do patriarcado. Ademais, factualmente, as partes mais vulnerabilizadas, como mulheres e o público LGBTQIA+, são mais atingidas por esse tipo de violência, uma vez que, os preconceitos e estereótipos existentes contra esse corpo social estão profundamente arraigadas na cultura social e, dessa forma, precisam ser desnaturalizadas.

Nessa perspectiva, é importante abordar que a sexualidade, diferente de gênero, refere-se ao conjunto de sentimentos, comportamentos, e identidades relacionados à atração sexual, amorosa e afetiva que uma pessoa experimenta, envolvendo biológicos, psicológicos, sociais e culturais. Ademais, a discriminação de gênero ocorre quando uma pessoa é tratada de forma desfavorável ou desigual devido ao seu gênero, identidade de gênero ou sexualidade.

Por conseguinte, a partir do exposto, reconhece-se a existência da violência em razão de gênero, orientação sexual e identidade de gênero. Contudo, essa violência pode ser propagada de diferentes formas dentro do Brasil, não limitando-se apenas à violência física: pode ser apresentada como agressões sexuais, morais, psicológicas, simbólica e outros.

INTERVENÇÃO PRÁTICA

A intervenção prática, realizada pelas autoras deste presente estudo, aconteceu na tarde do dia 22 de novembro, na recepção do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) II de Santo Ângelo. As bolsistas Gabriela Rafaela prepararam uma apresentação sobre VIOLÊNCIAS DE GÊNERO: mulheres, LGBTQIA+, discriminação de gênero e sexualidade, para os trabalhadores e trabalhadoras do CAPS. Materiais didáticos em formato de exposição digital em *slides* foram utilizados pelas acadêmicas. No primeiro momento, uma breve apresentação informativa sobre os termos *sexualidade, gênero, violência e violência de gênero* foi exibida. Posteriormente, foram apresentados alguns tipos de violência, seguidos por uma explanação sobre a violência contra a mulher e contra a população LGBTQIA+, encerrando-se com a abordagem do conceito de discriminação.

Por se tratar da segunda intervenção realizada no local, os(as) trabalhadores(as) já demonstravam maior familiaridade com as acadêmicas, o que contribuiu para que a conversa e as atividades ocorressem de forma fluida e participativa. Embora estivessem previstas duas atividades para o encontro, apenas uma foi executada, em razão da limitação de tempo disponível.

A atividade desenvolvida consistiu na distribuição de papéis contendo frases, falas, notícias ou situações diversas, as quais foram lidas em voz alta pelos participantes. Após a leitura, cada indivíduo foi convidado a expressar como se sentia ao ouvir o conteúdo e, em seguida, relacioná-lo a algum tipo de violência abordado anteriormente na apresentação. A proposta gerou um debate enriquecedor, especialmente por refletir situações vivenciadas no cotidiano dos presentes. Além disso, contou-se com o apoio da professora tutora Rosângela e da preceptora Cristina, psicóloga do CAPS, que contribuíram com informações complementares ao longo da apresentação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisa a relevância do projeto PET - Equidade e Saúde como uma estratégia formativa que visa enfrentar a violência de gênero no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio de ações educativas voltadas aos profissionais da área. Ao longo do estudo, constata-se que a integração entre ensino, serviço e comunidade, preconizada pelo PET, contribui significativamente para o fortalecimento das práticas profissionais pautadas na equidade, no respeito à diversidade e na promoção dos direitos humanos.

As intervenções práticas realizadas pelo Grupo Tutorial 3 (Eixo 2) da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai (URI), especialmente no CAPS II de Santo Ângelo, demonstram o potencial de impacto dessas ações na sensibilização dos trabalhadores da saúde quanto às temáticas de gênero, sexualidade e violência. A participação ativa dos profissionais nas atividades propostas revela abertura para o diálogo e interesse pela transformação da realidade em que estão inseridos.

Conclui-se, portanto, que a formação crítica dos acadêmicos aliada ao engajamento dos profissionais da saúde fortalece a construção de um ambiente mais inclusivo e preparado para lidar com as múltiplas expressões da violência de gênero.

A continuidade de projetos como o PET - Equidade e Saúde mostra-se essencial para fomentar práticas comprometidas com a justiça social, a cidadania e a função social da educação superior.

REFERÊNCIAS

PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA IGUALDADE. **JusBrasil**. 2001. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/principio-constitucional-da-igualdade/2803750#:~:text=O%20princ%C3%ADpio%20da%20igualdade%20pressup%C3%B5e,exata%20medida%20de%20suas%20desigualdades%E2%80%9D>. Acesso em: 21 Fev. 2025.

LAZDAN, A. M.; REINA, F. T.; MUZZETI, L. R.; RIBEIRO, P. R. M. **A dominação masculina de Pierre Bourdieu: críticas e reflexões a partir da psicologia analítica**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 9, n. 2, p. 470–487, 2014. DOI: 10.21723/riaee.v9i2.7050. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7050>. Acesso em: 26 fev. 2025.

SILVA, Tadeu Tomaz da. **A produção social da identidade e da diferença**. In: SILVA, Tadeu Tomaz da [Org.]. Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis-RJ, Vozes, 2000, pp. 103-131.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 976, de 27 de julho de 2010**. Institui diretrizes para o Programa de Educação Tutorial – PET. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 27 jul. 2010.

ANGELIN, Rosângela; HAHN, Noli Bernardo. **Movimentos feministas e a vida das mulheres: (re)construindo possibilidades emancipatórias**. Passo Fundo: IFIBE, 2023.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO NO PRESÍDIO ESTADUAL DE SÃO BORJA (2023-2025)

Vagner de Mattos Poerschke

PROBLEMA DE PESQUISA

O sistema prisional brasileiro é caracterizado por problemas estruturais graves como superlotação, deficiências no atendimento à saúde, escassez de programas de educação e capacitação profissional, fatores que comprometem a ressocialização dos apenados. O Presídio Estadual de São Borja (PESB), situado no interior do Rio Grande do Sul, não escapa a esse contexto. Como as políticas públicas atualmente implementadas nesse estabelecimento têm impactado a reintegração social dos apenados?

OBJETIVO

Analisar as políticas públicas de ressocialização aplicadas no PESB no período de 2023 a 2025, com foco em programas de educação, capacitação, trabalho e saúde, identificando seus resultados, limites e potenciais.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou abordagem quantitativa e qualitativa. A primeira baseou-se na aplicação de questionários estruturados a 50 detentos com condenação definitiva. A segunda envolveu revisão bibliográfica em bases como SciELO, Google Scholar e relatórios do CNJ e DEPEN. As perguntas investigaram aspectos sociodemográficos, experiências com programas de ressocialização e percepções sobre o sistema prisional.

DESENVOLVIMENTO

Os dados demonstraram que 82% dos detentos possuem filhos e 60% têm histórico familiar de prisão, revelando um círculo intergeracional de vulnerabilidade. A maioria residia em bairros periféricos de São Borja, como Passo, Paraboi e Pirahy, e trabalhava em atividades informais e de baixa qualificação, como serviços gerais, construção civil e pequenas vendas.

A análise revelou que 48% dos detentos são pardos ou pretos, confirmando o perfil racialmente desigual da população carcerária brasileira. Cerca de 50% declararam-se solteiros, enquanto 82% afirmaram ter filhos, o que reforça a necessidade de políticas que considerem as responsabilidades familiares dos apenados.

Em relação à educação, apenas 18% estavam inseridos em programas formais de ensino dentro do presídio, e 72% nunca participaram de nenhuma atividade educacional após a prisão. Quanto à capacitação profissional, apenas 12% relataram ter frequentado oficinas ou cursos, e 64% expressaram desejo de se qualificar profissionalmente.

Sobre a saúde, embora o presídio disponha de Unidade Básica de Saúde Prisional, 46% relataram dificuldades de acesso a atendimento médico, especialmente no que se refere à saúde mental. Depressão, ansiedade e insônia foram citadas como queixas frequentes.

No tocante ao trabalho prisional, apenas 20% estavam envolvidos em atividades laborais internas. Os demais relataram inatividade, ociosidade ou falta de oportunidades. Apesar disso, 88% dos entrevistados manifestaram interesse em participar de atividades remuneradas.

A ausência de continuidade, planejamento e monitoramento dos programas foi apontada como uma das principais deficiências institucionais. Além disso, a escassez de profissionais especializados e de recursos materiais dificulta a manutenção de projetos de reinserção social.

CONCLUSÃO

As políticas de ressocialização no PESB apresentam avanços pontuais, como a existência de estrutura de saúde e iniciativas educacionais incipientes. No entanto, permanecem limitadas por fatores estruturais, institucionais e sociais. A pesquisa identificou grande interesse da população carcerária em oportunidades de formação, trabalho e atendimento em saúde mental, indicando que a oferta de programas efetivos poderia gerar impacto positivo significativo.

A efetiva ressocialização requer um modelo integrado, com participação do poder público, iniciativa privada e sociedade civil. A promoção de educação, trabalho e saúde dentro do sistema prisional é imprescindível para reduzir a reincidência e promover dignidade aos apenados. A coleta de dados diretos permitiu aproximar a realidade à teoria, oferecendo subsídios para futuras intervenções políticas mais eficazes.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S.; BORDINI, E. **Reincidência e criminalidade**. São Paulo: Edusp, 1991.

AZEREDO, F. **Direitos humanos e prisões**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2024.
BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Brasília, 2024. CNJ.

CPI do Sistema Carcerário: Relatório Final. Brasília: Senado Federal, 2008. IPEA. Sistema de Justiça Criminal no Brasil: desafios e oportunidades. Brasília, 2021.
MADEIRA, L. **O carcereiro: vida e poder nos presídios brasileiros**. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

SANTOS, M. **Políticas de igualdade racial e sistema penal**. Porto Alegre: Zouk, 2023.

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, v. 16, n. 35, p. 20-45, 2014.

VULNERABILIDADE DA PESSOA IDOSA NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO ENVELHECIMENTO DIGNO

Emanuela Leal Rodrigues

Rafaela Rodrigues

Luana Máira Moura de Almeida

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O envelhecimento da população é uma realidade crescente no Brasil e no mundo, isto por diversos fatores como baixos índices de natalidade, avanços na medicina, higiene e saneamento, melhorias na nutrição e mudanças no estilo de vida. Entretanto, no Brasil, muitas pessoas idosas estão expostas a uma realidade de alta vulnerabilidade, física, emocional, social, familiar, psicológica e outras. Apesar da existência de normas legais como o Estatuto da Pessoa Idosa e dispositivos constitucionais que asseguram a dignidade dessa população, a efetividade dessas garantias está longe de ser uma realidade para grande parte dos idosos brasileiros. Com isso resta o questionamento de qual posicionamento o Estado deve tomar diante das violações cometidas contra eles e como o restante da sociedade pode ser mais inclusiva e acolhedora. Sendo a vulnerabilidade da pessoa idosa um reflexo direto de desigualdade estruturais, da fragilidade das políticas públicas e da persistente negligência social diante da necessidade dessa faixa etária. Essa análise será conduzida com base no método de abordagem dedutivo, partindo de premissas gerais sobre o envelhecimento populacional e os direitos sociais para a análise de situações concretas enfrentadas pelas pessoas idosas no Brasil. O procedimento adotado é o bibliográfico, fundamentado em legislações e estudos acadêmicos pertinentes ao tema. Dessa forma, este trabalho será desenvolvido a partir das seguintes etapas: O envelhecimento populacional no Brasil e os direitos fundamentais da pessoa idosa, Conceito de vulnerabilidade e sua aplicação ao idoso, Os desafios enfrentados pela população idosa no Brasil, Políticas públicas e sua (in)efetividade na proteção da pessoa idosa, Perspectivas para o envelhecimento digno, seguidas das considerações finais.

O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NO BRASIL E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA PESSOA IDOSA (RAFA)

Desde as últimas décadas do século XX, o Brasil vivencia um intenso processo de transição demográfica, marcado pela queda nas taxas de fecundidade e mortalidade e pelo aumento da expectativa de vida da população. Esses fatores têm provocado um acelerado envelhecimento populacional, que coloca novos desafios ao Estado, à sociedade civil e às estruturas familiares. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população com 60 anos ou mais ultrapassou os 32 milhões em 2023, representando aproximadamente 15% dos brasileiros. A projeção é que esse percentual chegue a 30% até 2050, o que transformará o Brasil em uma sociedade envelhecida, com profundas repercussões nas áreas de saúde, previdência social, trabalho, moradia, mobilidade urbana e direitos humanos.

Nesse contexto, torna-se fundamental analisar o arcabouço normativo voltado à proteção da pessoa idosa, especialmente no que diz respeito à efetividade de seus

direitos fundamentais. A Constituição Federal de 1988 inaugura um novo paradigma ao reconhecer a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito (art. 1º, III) e ao estabelecer, no art. 230, o dever da família, da sociedade e do Estado de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, a defesa de sua dignidade e seu bem-estar (Brasil,1988). Com o advento do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), essa proteção ganhou densidade normativa, regulamentando garantias específicas em áreas como saúde, transporte, educação, trabalho, assistência social, moradia e acesso à justiça (Brasil,1988).

Entretanto, a efetivação desses direitos ainda é um desafio diante das múltiplas formas de exclusão, violência e negligência que acometem a população idosa. É nesse cenário que o conceito de vulnerabilidade assume papel central, tanto na análise das condições sociais e econômicas dos idosos quanto na formulação de políticas públicas inclusivas.

CONCEITO DE VULNERABILIDADE E SUA APLICAÇÃO À PESSOA IDOSA E OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELA POPULAÇÃO IDOSA NO BRASIL

De acordo com Otávio de Tolêdo Nóbrega, professor da Universidade de Brasília, especialista em Gerontologia pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) o conceito de vulnerabilidade refere-se à propensão de um indivíduo a sofrer danos ou ser afetado negativamente por influências externas, que podem ser de natureza física, social, econômica ou psicológica. No caso da pessoa idosa, essa vulnerabilidade pode se expressar de diferentes maneiras, como a ausência de acesso a proteção e cuidados adequados, bem como a falta de recursos ou capacidades para se proteger contra abusos. Estar exposto a ambientes desfavoráveis, enfrentar dificuldades financeiras, lidar com a solidão ou com o isolamento social são também formas de manifestação da vulnerabilidade. Assim, a vulnerabilidade pode resultar de uma combinação de diversos fatores, como problemas de saúde, ausência de rede de apoio, pobreza, discriminação, preconceitos e estigmas relacionados à idade (conhecidos como etarismo ou idadismo) entre outros.

Pesquisadores da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), analisaram as denúncias de violência aos idosos no período de 2020 e 2023. Foram consideradas as notificações de casos suspeitos ou confirmados de violência envolvendo pessoas com 60 anos ou mais, excluindo-se registros referentes a um mesmo episódio. A investigação utilizou diversas variáveis relacionadas aos idosos vitimados, como idade, localização geográfica, raça ou cor, sexo, nível de escolaridade, faixa de renda, vínculo entre agressor e vítima, além do contexto em que a violência ocorreu, com o objetivo de delinear o perfil das vítimas.

O número total de denúncias notificadas durante o período de 2020 até 2023 chegou a 408.395 mil, representando 21,6% em 2020, 19,8% em 2021, 23,5% em 2022 e 35,1% em 2023. Com 53% dos casos, a região sudeste foi a que apresentou mais registros em todos os anos no período analisado. Em seguida, vem a região nordeste – terceiro maior número de idosos do país, com 19,9% de denúncias.

Outro dado, levantado na pesquisa que evidencia a relação entre envelhecimento e vulnerabilidade é o alto número de denúncias envolvendo idosos com 80 anos ou mais, que atingiu 34% dos casos em 2023. As mulheres se mostraram mais vulneráveis à violência, reflexo da desigualdade de gênero que se agrava com a idade-elas representaram mais de 67% das denúncias nos últimos três anos,

chegando a quase 70% em 2022.

Quanto à raça/cor, idosos brancos foram os mais atingidos, seguidos pelos pardos, ambos com aumento percentual ao longo dos anos, com destaque para os pardos em 2022, com 31,30% dos casos. A violência também se mostrou mais frequente entre idosos com baixa escolaridade, especialmente analfabetos ou com ensino fundamental incompleto. Apesar disso, houve alto índice de subnotificações, com 73,16% de casos sem informações declaradas em 2023.

A maioria dos agressores identificados foram os próprios filhos das vítimas, com aumento constante, chegando a 56,29% em 2023. As agressões ocorreram, principalmente, na residência compartilhada entre vítima e agressor, seguida pela casa da própria vítima.

POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA (IN)EFETIVIDADE NA PROTEÇÃO DA PESSOA IDOSA

A proteção dos idosos também é uma responsabilidade do Estado, conforme previsto na Constituição Federal de 1988. “Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.” (Brasil, 1988). Por esta razão o Estado desenvolve algumas políticas públicas com o objetivo de tornar efetivo o princípio da dignidade da pessoa humana e garantir os direitos sociais fundamentais como, a Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/1994) que estabelece diretrizes para assegurar os direitos sociais dos idosos, promovendo sua autonomia e integração na sociedade. Complementando essa iniciativa, o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) consolida direitos em áreas como saúde, educação, trabalho, previdência, cultura e justiça, além de estabelecer medidas de proteção contra negligência, discriminação e violência (Brasil, 2003).

Na área da saúde, a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (Portaria nº 2.528/2006) orienta o Sistema Único de Saúde (SUS) na promoção de um envelhecimento ativo e saudável, com diretrizes que incluem atenção integral à saúde da pessoa idosa, implantação de serviços de atenção domiciliar e capacitação de profissionais de saúde. No âmbito da assistência social, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), garante um salário mínimo mensal às pessoas idosas com 65 anos ou mais que não possuem meios de prover sua subsistência nem de tê-la provida por sua família. (Brasil, 2006).

Além disso, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) oferecem serviços de proteção social básica, como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que atende famílias em situação de vulnerabilidade, incluindo aquelas com pessoas idosas. Essas políticas e programas visam garantir os direitos e a dignidade das pessoas idosas, promovendo sua inclusão e bem-estar na sociedade brasileira.

Entretanto, apesar das leis e projetos desenvolvidos pelo Estado com o objetivo de garantir qualidade de vida aos idosos, ainda ocorrem muitos crimes e violências contra esse grupo. Um caso recente que evidencia isso é o esquema de fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), conhecido como "Farra do INSS", que revelou um desvio de recursos estimado em R\$6,3 bilhões entre 2019 e 2024, afetando milhões de aposentados e pensionistas. Entidades associativas cobravam valores de segurados para serviços como assessoria jurídica, planos de saúde e academias, muitas vezes sem consentimento. A maioria das vítimas são idosos, frequentemente vulneráveis, devido à idade avançada, limitações cognitivas ou

dificuldades de locomoção e a grande maioria moradora em zona rural.

Esse esquema configura uma forma de violência institucional, despojando-os de recursos essenciais para sua sobrevivência e dignidade, aproveitando-se das fragilidades desse grupo. É imperativo que o Estado adote medidas eficazes para combater essas fraudes, responsabilizar os envolvidos e garantir que os idosos afetados sejam devidamente ressarcidos e assistidos, protegendo assim seus direitos e dignidade.

PERSPECTIVAS PARA O ENVELHECIMENTO DIGNO

As perspectivas de um envelhecimento digno passam necessariamente pelo reconhecimento dos direitos fundamentais da pessoa idosa, conforme previsto no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), na Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/1994) e nas diretrizes da Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos. Esses instrumentos legais reforçam a importância do acesso à saúde, à moradia adequada, à educação continuada, ao transporte, à cultura, ao lazer e à proteção contra qualquer forma de negligência, violência ou discriminação. Do ponto de vista da saúde, é imprescindível a promoção do envelhecimento ativo e saudável, conceito amplamente difundido pela OMS, que enfatiza a otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança para melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem. Nesse contexto, o fortalecimento da atenção primária, o acesso a serviços de saúde integrados e a valorização de práticas preventivas são estratégias fundamentais.

Além disso, o envelhecimento digno está intimamente ligado ao respeito à autonomia e à capacidade de tomada de decisões da pessoa idosa. Isso implica não apenas acesso a cuidados adequados, mas também inclusão social e participação cidadã, que ainda persiste em diferentes contextos sociais e institucionais. A família, a comunidade e o Estado desempenham papéis essenciais na construção de uma rede de apoio sólida. Programas intergeracionais, ações de educação para o envelhecimento e iniciativas de envelhecimento ativo nas comunidades têm se mostrado eficazes na promoção da dignidade e da valorização da pessoa idosa.

Em suma, é necessário promover um modelo centrado na pessoa, que respeite sua história, singularidade e protagonismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil possui um conjunto abrangente de políticas públicas destinadas à proteção das pessoas idosas. No entanto, para que essas políticas sejam realmente efetivas, é fundamental superar desafios relacionados à implementação adequada, à integração entre diferentes setores, ao monitoramento contínuo e à capacitação dos profissionais envolvidos. Além disso, é importante fortalecer a conscientização e o engajamento da sociedade para que o envelhecimento digno e saudável seja uma realidade para todos.

A promoção de um envelhecimento digno não depende apenas da existência de leis e programas, mas também do compromisso constante do Estado, das instituições e de cada cidadão em garantir os direitos, a inclusão e o bem-estar das pessoas idosas. Assim, um esforço conjunto e contínuo é essencial para construir uma sociedade mais justa, acolhedora e preparada para as necessidades de sua população idosa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.741**, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm Acesso em: 26 mai.2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 mai.2025.

ESCORSIM, Silvana Maria. **O envelhecimento no Brasil: aspectos sociais, políticos e demográficos em análise**. Serv. Soc. Soc. (142) • Sep-Dec 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/KwjLV5fqvw6tWsfWVvczcMn/>. Acesso em: 26 mai.2025.

NÓBREGA, Otávio de Toledo. **Idoso Frágil ou Vulnerável**. Universidade de Brasília. Disponível em: <https://noticias.unb.br/artigos-main/7332-idoso-fragil-ou-vulneravel>. Acesso em: 26 mai.2025.

SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, **Pesquisa revela mapa da violência contra idosos no Brasil**. Divulgação Científica. Disponível em: <https://www.uff.br/05-06-2024/pesquisa-revela-mapa-da-violencia-contra-idosos-no-brasil/>. Acesso em: 26 mai.2025.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm Acesso em: 26 mai.2025.

A REFORMA PSIQUIÁTRICA: UMA LUTA PELA DIGNIDADE HUMANA

*Laura Marcondes de Andrade*⁴⁸

*. Letícia Lassen Petersen*⁴⁹

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Imagine ser trancado em um lugar onde o tempo parece não passar, onde o silêncio é interrompido apenas pelos gritos da dor não ouvida. Onde o sofrimento psíquico é tratado como um erro a ser escondido, e não como uma condição humana a ser acolhida. Por décadas, essa foi a realidade de milhares de brasileiros internados em manicômios — instituições que, em vez de curar, muitas vezes feriam ainda mais.

A Reforma Psiquiátrica no Brasil não nasceu de um decreto frio ou de uma assinatura solene. Ela nasceu da indignação. Da coragem de profissionais, familiares e usuários que se recusaram a aceitar que a loucura fosse sinônimo de exclusão. Ela é, antes de tudo, um movimento de resistência — político, social e cultural — que floresceu no solo fértil da redemocratização brasileira.

DESENVOLVIMENTO

A Lei n.º 10.216/2001, frequentemente chamada de Lei da Reforma Psiquiátrica, é muito mais do que um conjunto de artigos. Como afirma Paulo Amarante, um dos principais teóricos do movimento, essa lei representa uma virada de chave na forma como o Estado e a sociedade enxergam a saúde mental. Ela rompe com a lógica manicomial — baseada no isolamento, na tutela e na medicalização excessiva — e propõe um novo paradigma: o cuidado em liberdade. Essa mudança é comparável a trocar os muros de concreto por redes de afeto. É como substituir a cela por uma praça, o silêncio forçado por escuta ativa, o rótulo por reconhecimento.

A verdadeira revolução da Reforma Psiquiátrica não está apenas no fechamento de hospitais psiquiátricos, mas na construção de uma nova cultura de cuidado. Uma cultura que entende que saúde mental não se trata apenas de ausência de sintomas, mas da presença de vínculos, de sentido, de dignidade. Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), residências terapêuticas, equipes de saúde mental na atenção básica — esses são os novos espaços de cuidado. Espaços onde o sujeito é protagonista de sua própria história, e não apenas um paciente a ser contido.

O Movimento Antimanicomial, que inspirou e impulsionou a reforma, é um grito coletivo contra os abusos cometidos em nome da “cura”. É a memória viva de histórias como da renomada psiquiatra Nise da Silveira e da enfermeira Yvonne Lara da Costa, que desafiaram o eletrochoque com pincéis e tintas, provando que a arte podia ser mais terapêutica que a violência.

É também a lembrança de tantas vidas apagadas nos corredores dos manicômios, cujos nomes talvez nunca conheçamos, mas cuja dor não pode ser esquecida.

Contudo, como alertam estudiosos como Ana Paula Guljor, presidente da Associação Brasileira de Saúde Mental – ABRASME e coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (LAPS- Fiocruz), a

---

⁴⁸ Graduanda do Curso de Direito da URI Santo Ângelo/RS

⁴⁹ Professora Dra. do Curso de Direito da URI Santo Ângelo/RS

luta está longe de terminar. Fechar manicômios sem garantir uma rede de atenção psicossocial estruturada é como tirar alguém do deserto sem oferecer água. O risco é trocar o abandono institucional pelo abandono comunitário — mais sutil, mas igualmente cruel.

Além disso, a legislação ainda apresenta lacunas. Juristas como Maria Helena Diniz e Tércio Sampaio Ferraz Júnior apontam a imprecisão de termos técnicos e a falta de regulamentação clara sobre internações involuntárias. Isso abre espaço para interpretações divergentes e insegurança jurídica, especialmente em um cenário de crescente judicialização da saúde mental.

Diante desses desafios, a doutrina contemporânea propõe uma abordagem mais ampla: o Biodireito. Um campo interdisciplinar que une direito, medicina e ética para lidar com os dilemas da vida e da saúde. Como defende Walter Esteves Piñeiro, é preciso que princípios como autonomia, beneficência, não-maleficência e justiça orientem cada decisão — seja ela clínica, jurídica ou política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Reforma Psiquiátrica é, no fundo, um espelho. Ela nos obriga a olhar para o outro — e para nós mesmos — com mais humanidade. A reconhecer que todos somos, em alguma medida, vulneráveis. Que a loucura, como dizia Franco Basaglia, não está apenas nos hospitais, mas atravessa a sociedade. Cuidar da saúde mental é, portanto, um ato de civilização. É escolher a escuta em vez do silêncio, o cuidado em vez do controle, a vida em vez do esquecimento.

Porque, no fim das contas, lutar pela dignidade de quem sofre é lutar pela dignidade de todos nós. O presente recorte de pesquisa, tem a pretensão de discutir a desconstrução do banimento social como modalidade de cura e espaço de reeducação para a efetiva socialização e sistematizar enquanto monografia de conclusão de curso.

REFERÊNCIAS

[HTTPS://LAURAARAUJO.JUSBRASIL.COM.BR](https://LAURAARAUJO.JUSBRASIL.COM.BR). **A reforma psiquiátrica e a Lei 10.216/2001** | Jusbrasil. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-reforma-psiquiatrica-e-a-lei-10216-2001/152373192>>.

ALEGRE, P. et al. **Revista do Ministério Público do RS 6 BIOÉTICA E BIODIREITO: origem, princípios e fundamentos**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://www.amprs.com.br/arquivos/revista_artigo/arquivo_1527188648.pdf>.

[HTTPS://PR860648580624.JUSBRASIL.COM.BR](https://PR860648580624.JUSBRASIL.COM.BR). **A Lei No 10.216, de 6 de abril de 2001 e seus impactos na saúde mental e no tratamento de pessoas com transtornos mentais** | Jusbrasil. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-lei-no-10216-de-6-de-abril-de-2001-e-seus-impactos-na-saude-mental-e-no-tratamento-de-pessoas-com-transtornos-mentais/2489227434>>.

PITTA, A. M. F.; GULJOR, A. P. A VIOLÊNCIA DA CONTRARREFORMA PSQUIÁTRICA NO BRASIL: UM ATAQUE À DEMOCRACIA EM TEMPOS DE LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA SOCIAL. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, [S. l.], n. 246, p. 6–14, 2019. DOI:

10.25247/2447-861X.2019.n246.p6-14. Disponível em:
<https://portaldeperiodicos.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/525>.
Acesso em: 27 maio. 2025.

GULJOR, A. P.; AMARANTE, P. MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTA ANTIMANICOMIAL: CONTEXTO POLÍTICO, IMPASSES E A AGENDA PRIORITÁRIA. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades, [S. l.], n. 242, p. 635–656, 2018**. DOI: 10.25247/2447-861X.2017.n242.p635-656. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/412>. Acesso em: 27 maio. 2025.

Basaglia F. **Carta de Nova York – o doente artificial**. In: Amarante P, organizador. Escritos Seleccionados em Saúde Mental e Reforma Psiquiátrica Rio de Janeiro: Garamond; 2005. p. 151-160.

Ratton H. **Em nome da Razão**. Curta metragem. Belo Horizonte; 1980.

PIÑEIRO, Walter Esteves. **Bioética e Biodireito: uma introdução**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002. p. 65.